

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

KAMILA ALVES MÁXIMO

FLUXO MUNDIAL DE INVESTIMENTO BRASILEIRO DIRETO E AS
POLÍTICAS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO: PARADIGMA CHINÊS

Brasília

2011

KAMILA ALVES MÁXIMO

FLUXO MUNDIAL DE INVESTIMENTO BRASILEIRO DIRETO E AS
POLÍTICAS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO: PARADIGMA CHINÊS

Monografia apresentada
como requisito parcial para a
conclusão do curso de
bacharelado em Relações
Internacionais do Centro
Universitário de Brasília –
UniCeub.

Orientador: Professor Marcelo
Gonçalves do Valle

Brasília, DF

2011

KAMILA ALVES MÁXIMO

FLUXO MUNDIAL DE INVESTIMENTO BRASILEIRO DIRETO E AS
POLÍTICAS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO: PARADIGMA CHINÊS

Monografia apresentada
como requisito parcial para a
conclusão do curso de
bacharelado em Relações
Internacionais do Centro
Universitário de Brasília –
UniCeub.

Orientador: Professor Marcelo
Gonçalves do Valle

Banca Examinadora

Professor Marcelo Gonçalves do Valle (orientador)

Professor Roberto Carlito Zanetti (membro)

Professora Fátima Faro (membro)

Dedico este trabalho a minha família que, com muito amor, investiu e acreditou nos meus estudos. Sem o seu amor e dedicação, talvez não tivesse conseguido chegar até aqui.

Agradeço a toda a minha família que sempre esteve ao meu lado nas horas mais difíceis da minha formação. Aos meus professores pela a dedicação e compreensão. Aos meus amados amigos que sempre fizeram, dia a dia, tudo valer a pena.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo caracterizar o processo de internacionalização das empresas brasileiras por meio da análise dos fluxos de investimento brasileiro direto (IBD) registrados nos últimos anos. Para tanto, baseado no modelo econômico do Paradigma de Ohlin, são analisados os motivos que influenciam as empresas a tomarem a decisão de se instalar em outros mercados. O modelo comportamental de Uppsala também é utilizado para explicar a forma com que este processo de internacionalização acontece. Diante disto, é apresentada uma análise do cenário mundial atual, bem como dos fluxos mundiais de investimento estrangeiro direto (IED), identificando seus maiores emissores. Os motivos que levam as empresas a internacionalizarem seus negócios também são apresentados. Dentro da perspectiva brasileira, é analisada a participação do Brasil como emissor de IED, bem como as principais barreiras encontradas pelas empresas ao engajarem neste processo. Traça-se ainda um panorama do IBD, onde é possível identificar que a maior parte destes investimentos é destinada aos países da América Latina, em função de fatores sociais e geográficos. Esses fatores, caracterizados pela distância física e cultural, também podem atuar como verdadeiras barreiras à internacionalização. A China, no entanto, apesar de hábitos culturais e idioma diferentes, além de sofrer com a distância em relação a mercados estratégicos, conseguiu por meio de fortes políticas governamentais instalar empresas em todo o globo. Finalmente conclui-se que o Brasil ainda não dispõe de políticas públicas sólidas para o apoio à internacionalização de suas empresas.

Palavras-Chaves: Investimento externo direto; Internacionalização de empresas; políticas públicas.

ABSTRACT

This paper discusses the characteristics of the internationalization process of Brazilian companies, through the analysis of Brazilian Direct Investment (BDI) flows registered in recent years. Based on the economic model of the Ohlin Paradigm, it analyses the motives leading companies to make the decision of going abroad. The behavioral Uppsala Model is also employed to explain the form in which the internationalization process occurs. Then, it presents an analysis of the current world scenario, as well as the world's flows of Foreign Direct Investment (FDI), identifying the major international investors. The motives leading companies to internationalize their business are also presented. Within the Brazilian perspective, it verifies the Brazilian participation as an origin of FDI, as well as the main barriers faced by national companies that engage in this process. The paper presents a panorama of the BDI, where it can be verified that most of these investments are destined to Latin America, due to social and geographic factors. Those factors, characterized by physical and cultural distance, may also act as real barriers to the internationalization. China, however, in despite of the different cultural habits and language and the physical distance to strategic markets, managed to install companies around the globe through strong governmental policies. Finally, it concludes that Brazil still doesn't have concrete public policies that aim to support the internationalization of its companies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS	12
1.1 Panorama geral.....	12
1.2 Teorias de internacionalização.....	22
1.2.1 <i>Modelo eclético de dunning ou paradigma de Ohlin</i>	<i>22</i>
1.2.2 <i>Modelo de internacionalização de Uppsala.....</i>	<i>24</i>
2 BRASIL E CHINA: POTÊNCIAS EMERGENTES	28
2.1 BRICS.....	28
2.2 BRASIL.....	32
2.2.1 <i>Abertura Comercial.....</i>	<i>32</i>
2.2.2 <i>Internacionalização de Empresas Brasileiras</i>	<i>37</i>
2.3 CHINA	53
2.3.1 <i>Histórico.....</i>	<i>53</i>
2.3.1 <i>A Ascensão Econômica e seus fatores propulsores.....</i>	<i>57</i>
2.4 A internacionalização de empresas chinesas.....	64
3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO A INTERNACIONALIZAÇÃO	75
3.1 Definição.....	75
3.2 INSTRUMENTOS E AÇÕES DE APOIO A INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS	77
3.2.1 <i>ACORDOS INTERNACIONAIS</i>	<i>78</i>
3.2.2 <i>INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTOS.....</i>	<i>79</i>
3.2.3 <i>APOIO INFORMACIONAL, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E OUTRAS ORIENTAÇÕES</i>	<i>80</i>
3.2.4 <i>Outros Incentivos</i>	<i>82</i>
3.3 PRINCIPAIS DESAFIOS E FUTURAS PERSPECTIVAS PARA AS EMPRESAS BRASILEIRAS.....	83
Conclusão.....	94
Referências Bibliográficas	97

INTRODUÇÃO

As empresas brasileiras, assim como as empresas dos demais países que integram o grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), são empresas que entraram tardiamente no processo de internacionalização, tendo que conquistar mercados diante da forte concorrência e experiência de multinacionais já consolidadas (como as norte-americanas, japonesas e européias) de países desenvolvidos, que tiveram seu processo de abertura econômica antecipadamente e por isso já operam em outros mercados há quase um século. O que justifica a grande dificuldade demonstrada pelas empresas de países em desenvolvimento para se integrarem ao processo de internacionalização.

O fenômeno da globalização alterou todo o cenário macroeconômico mundial, o que diminuiu as fronteiras entre as nações e provocou a crescente inserção de empresas domésticas em outros países, o que se chama de internacionalização. Assim, este se tornou um tema constante nos dias atuais.

Dentre as diversas formas que a internacionalização pode assumir, tratar-se-á neste trabalho sobre a internacionalização através do Investimento Estrangeiro Direto (IED). Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), este tipo de investimento baseia-se na aquisição de um interesse duradouro (relação de longo prazo) numa outra economia que não aquela em que o investidor reside, com expectativa de lucro. Os IED podem assumir a forma de direto (criação ou aquisição de empresas no exterior) ou indireto (os investimentos em portfólio, referentes a empréstimos, ações ou financiamentos) ¹.

Os fluxos mundiais de saída de IED nas últimas décadas tiveram aumento relevante e mais relevante ainda tem sido a participação das chamadas economias emergentes na emissão destes investimentos externos.

Em 2009, os afluxos mundiais de IED movimentaram um total de US\$ 1,2 trilhão de dólares, o que representa aproximadamente 2% do total do valor do Produto Interno Bruto (PIB) mundial (US\$ 58 trilhões). Apesar dos países em desenvolvimento

¹ INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *Foreign Direct Investment in Emerging Market Countries — Report of the Working Group of the Capital Markets Consultative Group (CMCG)*. 18 set. 2003. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/cm/cg/2003/eng/091803.HTM>> Acesso 18 Mai 2011.

(PEDs) serem responsáveis pela maior parte destes investimentos, as economias em desenvolvimento vêm tornando-se emissores importantes de IED (US\$ 478 bilhões), em especial os BRICS, que emitiram, em 2009, US\$ 207 bilhões de dólares desse total (36%), onde só o investimento da China representou 53% (US\$ 95 bilhões), enquanto o Brasil atingiu o valor de US\$ 26 bilhões (15%). É interessante comparar a atuação do Brasil em relação à china, onde a emissão brasileira ainda tem uma participação relativamente pequena, apesar de vir demonstrando muito interesse em ampliá-la ².

Foi a partir da década de 1990, com a abertura comercial é que foram registrados os primeiros fluxos relevantes de investimento brasileiro externo (IBD), e, somente após os anos de 2000 que se notou uma expansão mais significativa das multinacionais brasileiras no cenário internacional.

Atualmente a economia brasileira está entre as dez maiores economias do mundo, ocupando a oitava posição das maiores economias mundiais, em 2010, com um PIB anual de aproximadamente US\$ 2 trilhões de dólares ³ e projeção de subir para a sétima posição já no próximo ranking de 2011, entando deixa a desejar um lugar de maior destaque no comércio mundial. Para que o Brasil ocupe no ranking um lugar proporcional a enorme capacidade econômica que dispõe é necessário elevar a competitividade das nossas empresas ⁴.

O processo de internacionalização é importante não só para as empresas investidoras como também traz significativos benefícios ao país, pois além de gerar maior competitividade e integração dos mercados internacionais, o aumento de saída de IED está fortemente relacionado ao estado de desenvolvimento do país, à maturidade das empresas e a sua capacidade de adquirir vantagens competitivas em nível regional e mundial. E ainda, “Em termos econômicos, aumenta-se o acesso da economia nacional

²UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). UNCTADStat. 2011. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/TableViewer/tableView.aspx>>. Acessado: 18 Mai 2011.

³CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. The World Factbook. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2195.html?countryName=Brazil&countryCode=br®ionCode=sa&#br>>. Acessado: 18 Mai 2011.

⁴ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Disponível em: <<http://country.eiu.com/article.aspx?articleid=1978063382&Country=China&topic=Economy&subtopic=Recent+developments&subsubtopic=Economic+performance%3a+Policy+tightening+has+yet+to+have+much+impact>>. Acessado: 18 Mai 2011.

a novas tecnologias, fortalecem-se as operações das empresas no mercado doméstico e geram-se *spillovers* positivos em outros setores da economia”⁵.

A China apesar de também ser classificada como um entrante tardio no processo de internacionalização possui atualmente na arena internacional empresas atuando como verdadeiros *global players*.

E é neste contexto que se insere o objeto de estudo deste trabalho, que buscará caracterizar os fluxos de IBD nas últimas décadas, e propiciar alternativas, a partir da análise do modelo de desenvolvimento econômico da China, onde o apoio estatal à internacionalização via IED constituiu fator fundamental.

Assim, no primeiro capítulo buscar-se-á definir o conceito de internacionalização, bem como apresentar uma visão geral sobre os IED no mundo, através de uma análise dos fluxos atuais, frente às principais teorias que buscam explicar este processo, onde será apresentada a abordagem econômica baseada nos conceitos de custos de transação diante à decisão de internacionalização, o chamado Paradigma Eclético de Dunning ou Paradigma de Ohlin (1980), e o modelo comportamental de Uppsala (1977).

No segundo capítulo, falar-se-á das estatísticas brasileiras de internacionalização via IED, desde sua abertura econômica até os dias atuais, e ainda serão apresentados dados sobre o desenvolvimento e ascensão da China no cenário mundial. Em seguida, no terceiro capítulo, falar-se-á da importância das políticas públicas de apoio à internacionalização, onde serão demonstradas as atuais políticas existentes no Brasil a cerca do tema, bem como os futuros desafios e perspectivas para o apoio à internacionalização de empresas no país.

⁵ BRASILGLOBALNET. Disponível em:
<<http://www.brasilglobalnet.gov.br/Internacionalizacao/frmRadarInternacionalizacao.aspx>>. Acessado em 18 Mai 2011.

1 INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS

Num mundo globalizado, em que as fronteiras dos negócios entre os países desaparecem em ritmo acelerado, o tema internacionalização de empresas torna-se constante em países desenvolvidos, bem como no Brasil e em outros países em desenvolvimento, fazendo-se uma necessidade e não mais uma opção, obrigando as empresas a serem mais competitivas, como garantia de sua sobrevivência, levando em conta não só a concorrência com seus vizinhos, mas com o mundo.

Nas últimas décadas houve um aumento considerável nos fluxos mundiais de IED, fazendo com que a internacionalização da produção de empresas domésticas se tornasse objeto de estudo, visto o importante papel que estas têm desempenhado na atual economia global.

Assim, a primeira seção tratará do processo de internacionalização de uma maneira geral, fornecendo conceitos básicos e a contextualização do tema no cenário mundial, enquanto a segunda apresentará alguns dos modelos teóricos recentes associados à internacionalização dos negócios.

1.1 PANORAMA GERAL

Não existe ainda uma definição universal para o conceito de globalização, nem tão pouco, quando ao certo ele surgiu. No entanto sabe-se que este não é um fenômeno recente e que seu ápice aconteceu durante o período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial. Entendendo globalização como o conjunto das transformações na ordem política e econômica dos países, nota-se que uma nova ordem mundial veio acarretada a este fenômeno, onde o comércio internacional e a internacionalização de empresas tornaram-se práticas cada vez mais presentes e fundamentais para o desenvolvimento econômico das nações, pois promovem, entre outros fatores, a geração de riquezas e

viabilização do acesso a recursos e mercados. Em uma integração chamada de “aldeia-global”⁶.

Logo, dizer que vivemos em um mundo globalizado nos remete a idéia de que estamos numa era em que as nações estão passando por grandes transformações, e suas fronteiras desaparecendo em ritmo acelerado, proporcionando um espaço econômico, político e social comum⁷.

Estamos diante de uma época em que as economias nacionais estão subordinadas à atividade econômica mundial, não existe mais nenhuma nação em isolamento econômico, todos os aspectos de uma economia são ligados às economias de seus parceiros comerciais, caracterizando um cenário de interdependência econômica entre as nações⁸.

O conjunto das poderosas forças que comandam o processo de globalização é independente dos governos, portanto, participar ou não deste processo não se qualifica como uma escolha⁹.

Pode-se identificar, dentre deste conjunto, três forças percursoras do aumento das relações comerciais entre os países, que facilita o comércio internacional e a internacionalização de produtos e mercados. A primeira é a tecnologia da comunicação e informação, que permite o fluxo de idéias para além das fronteiras nos dias atuais, possibilitando tanto que as empresas divulguem seus produtos em outros mercados como também que os consumidores tenham a oportunidade de conhecer produtos estrangeiros. A rede de TV a cabo no Brasil ilustra a afirmação, pois através dos sistemas de televisão a cabo no mundo, um comercial pode ser passado simultaneamente em diferentes países, aumentando a demanda global pelo produto. As redes globais de comunicação permitem que indivíduos e empresas de várias partes do mundo se interajam de forma rápida e global, possibilitando que estes possam coordenar a produção e o *desing* de um determinado produto no mundo inteiro, em tempo simultâneo¹⁰.

⁶ HELD, David & MCGREW, Antony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 11.

⁷ SILBER, S. D. *A globalização dos mercados*. In: VASCONCELOS, M. A. S.; LIMA, M.; SILBER, S. (Orgs.). *Gestão de Negócios Internacionais*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006, v. 1, p. 17-27.

⁸ CARBOUGHT, Roberto J. *Economia Internacional*. São Paulo: Thomson, 2004, p. 3.

⁹ SILBER, S. D. *A globalização dos mercados*. In: VASCONCELOS, M. A. S.; LIMA, M.; SILBER, S. (Orgs.). *Gestão de Negócios Internacionais*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006, v. 1, p. 17-27.

¹⁰ HOLLAND, Neila A. *A Internacionalização dos Negócios*. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 11.

Os progressos na informática e na tecnologia da comunicação diminuíram a influência de fatores de tempo e geografia, permitindo que indivíduos e empresas se interajam de forma rápida e transnacional. A mudança tecnológica, trouxe inovações técnicas que permitem uma maior produtividade com menores custos de transporte¹¹.

O segundo fator impulsionador do processo de globalização dos negócios é a expansão do fluxo de comércio e investimentos, conduzida por governos e órgãos internacionais, que propicia o aumento das relações comerciais entre as nações e acelera a abertura de novos mercados. Os diversos programas oferecidos pelos governos nacionais para apoio à internacionalização de suas empresas - denominados políticas públicas, que serão vistos com maior profundidade nos capítulos seguintes - se mostram como um exemplo, bem como as facilidades (subsídios, incentivos fiscais, etc.) oferecidas pelos governos estrangeiros, como forma de estimular e atrair novos investimentos para o país. Além disto, órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e organismos nacionais, como no caso do Brasil, o BNDES, ABDI, APEX-Brasil, entre outros, auxiliam e aumentam a disponibilidade e acesso dessas empresas a financiamentos, tornando possível a internacionalização dos negócios¹².

E, como terceira força que atua determinantemente para o aumento das relações comerciais entre países, é a tendência de unificação da comunidade global. A integração econômica, por exemplo, faz com que os países unam suas forças para alcançarem uma cooperação econômica mútua, o que maximiza o uso de seus recursos, oferece maiores mercados e aumenta seu poder de voz na comunidade internacional. Esta cooperação pode ir desde acordos econômicos de cooperação entre as nações até tratados econômicos regionais como: North American Free Trade Agreement (NAFTA), o Mercado do Cone Sul (MERCOSUL), União Européia, a recém-formada União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), entre outros¹³.

Essas transformações na economia mundial e a intensa e contínua liberalização de mercados, vivenciadas nas últimas décadas, desencadeiam um processo crescente de

¹¹ CARBOUGHT, Roberto J. *Economia Internacional*. São Paulo: Thomson, 2004, p. 6.

¹² HOLLAND, Neila A. *A Internacionalização dos Negócios*. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 11.

¹³ Ibidem. p. 11.

envolvimento de empresas domésticas em operações com outros países, chamado de internacionalização¹⁴.

De maneira geral, entende-se por processo de internacionalização:

“A transição de empresas de bases ‘multidomésticas’ para um sistema corporativo internacionalizado, onde as diversas funções corporativas, como: finanças, manufatura, distribuição, comercialização, P&D, entre outras, são desenvolvidas em locais distintos, todas integradas e coordenadas sob um comando centralizado”¹⁵.

Assim, dizer que uma determinada empresa se internacionalizou remete a idéia de que ela optou por abrir uma filial fora do seu país de origem.

São diversas as razões que motivam empresas a penetrarem outros mercados. Em linhas gerais, a decisão da empresa em se internacionalizar está ligada a sua preocupação em manter, fortalecer e ampliar sua penetração nos mercados-alvo e ganhar experiência gerencial e operacional. Razões como aquisição de tecnologia e atualização tecnológica, benefícios fiscais, necessidade de estar perto do cliente, de superar barreiras protecionistas, antecipar-se às práticas da concorrência, de estar mais próximo de fontes de recursos financeiros, são fatores que levam a empresa a iniciar a prática de internacionalização¹⁶. Outros fatores como a busca de economia de escala, desenvolvimento de competências para atuar em mercados globais e saturação do mercado interno também impulsionam a tomada da decisão por parte das empresas de se internacionalizarem, e fazem dos mercados internacionais excelentes oportunidades para o seu crescimento¹⁷.

As empresas que optam por executar atividades fora de suas fronteiras podem ser classificadas de diversas maneiras, de acordo com a sua forma de atuação no mercado externo:

¹⁴ PERIN, Fernanda. *PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS: Um estudo sobre o Investimento Direto Externo, 2001-2008*. Universidade Federal de Florianópolis, 2010, p. 15. Disponível em: <<http://cnm.ufsc.br/files/2011/04/Fernanda-Steiner-Perin.pdf>>. Acessado em: 19 Abr 2011.

¹⁵ STURGEON, 1997 apud ZANATTA, Mariana Nunciaroni. *Políticas Brasileiras de Incentivo à Inovação e Atração de Investimento Direto Estrangeiro em Pesquisa & Desenvolvimento*. Universidade Estadual de Campinas, 2006, p. 11.

¹⁶ ARRUDA, C.A.; GOULART, L.; BRASIL, H.V. *Estratégias de Internacionalização: Competitividade e Incrementalismo*. In: Fundação Dom Cabral. *Internacionalização de Empresas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996. p. 23.

¹⁷ FUNDAÇÃO DOM CABRAL. *Pesquisa Sobre a Internacionalização da Empresa Brasileira*. 2002, p. 10. Disponível em: <<http://acervo.ci.fdc.org.br/AcervoDigital/Relat%C3%B3rios%20de%20Pesquisa/Relat%C3%B3rios%20de%20Pesquisa%202002/Pesquisa%20sobre%20a%20Internacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Empresa%20Brasileira%20Sum%C3%A1rio%20Executivo.pdf>>. Acessado em: 19 Abr 2011.

- Multinacional (MNC): possuem toda cadeia produtiva em outro país, com unidades independentes e forte presença local. Empresas MNCs possuem subsidiárias em vários países e formulam suas estratégias de acordo com as diferenças regionais de cada mercado¹⁸.
- Global: são mais centralizadas e estratégicas do que as MNC's; como suas operações centralizadas em escala global, possuem alta vantagem competitiva em termos de custos; elas vêem o mercado mundial como um todo integrado. As empresas globais padronizam suas operações no mundo inteiro, em todas as áreas tentando torná-las uniformes, para isso é necessária intensa comunicação entre as partes, fazendo com que haja total interdependência das mesmas¹⁹.
- Internacional: através da difusão e adaptação mundiais exploram conhecimentos e recursos da matriz que possui influência e controle considerável, mas nem comparados com os de uma companhia global; também com menos autonomia que as MNC's, as unidades nacionais adaptam produtos e idéias da matriz²⁰.
- Transnacional: integram processos globalmente, otimizando-os, racionalizando recursos e atuando com produtos globais; buscam através da eficiência atingir padrões de competitividade global. A cadeia produtiva deste tipo de empresa é disseminada em vários países diferentes²¹.

Estas empresas internacionalizadas, seja ela global, multinacional, transnacional ou internacional, caracterizam-se por realizar investimento no exterior, chamado de Investimento Estrangeiro Direto (IED) – em inglês, *Foreing Direct Investment* (FDI) - para abertura de subsidiárias, que são assim filiais estrangeiras dessas empresas. Quando este tipo de firma emprega IED significa que elas estão inserindo dinheiro em outras economias com finalidades produtivas, ou seja, os seus

¹⁸ BARTLETT; GHOSHAL, 1989 *apud* GALINA, Simone V.R. *Desenvolvimento Global de Produtos: O Papel das Subsidiárias Brasileiras de Fornecedores de Equipamentos do Setor de Telecomunicações*. Universidade de São Paulo, Escola Politécnica. São Paulo: 2003, p. 28-29.

¹⁹ BARTLETT; GHOSHAL, 1989 *apud* GALINA, Simone V.R. *Desenvolvimento Global de Produtos: O Papel das Subsidiárias Brasileiras de Fornecedores de Equipamentos do Setor de Telecomunicações*. Universidade de São Paulo, Escola Politécnica. São Paulo: 2003, p. 28.

²⁰ *Ibidem*. p. 28.

²¹ *Ibidem*. p. 28-29.

lucros serão originados diretamente de uma atividade produtiva específica, e em geral, sem liquidez²².

“O investimento direto significa, além disso, uma decisão: vender diretamente ou fabricar no estrangeiro, ao invés de simplesmente exportar ou importar através de parceiros comerciais estrangeiros. Seu pressuposto é a mobilidade do capital: sem essa mobilidade, fabricar ou vender em representante próprio fora do país de origem não pode entrar nos projetos estratégicos e na alavancagem da competitividade das empresas”²³.

O IED é realizado através das modalidades de investimento *greenfield*, *joint venture* e de fusão e aquisição (F&A).

O investimento *greenfield* trata-se de aplicações que envolvem projetos sem estrutura física prévia, onde o investidor aplica seus recursos na construção da estrutura necessária para a operação, sem utilizar de instalação ou marca de empresa já existente no mercado receptor de recursos²⁴.

O *joint-venture* é a participação de várias empresas no capital de uma unidade econômica juridicamente independente para poderem desenvolver uma determinada atividade produtiva e/ou comercial, partilhando lucros e riscos do negócio²⁵.

Enquanto que a atividade de F&A se refere a aquisições, ou fusões, em empresas já existentes. Em uma fusão os ativos e as operações das empresas envolvidas são estabelecidos para formar uma nova entidade jurídica, ainda que se mantenha as marcas já existentes. E, em uma aquisição, o controle dos ativos e das operações é transferido para a empresa compradora, com a obtenção total ou parcial da propriedade e do controle da firma²⁶.

“Os processos de F&A contribuem com a maior parte do valor dos fluxos de IED no mundo, e são caracteristicamente direcionados aos países desenvolvidos [...] Esta é a forma empregada com maior frequência pelas empresas da Europa ocidental e dos Estados Unidos da América (EUA). A preferência pela realização de F&A em economias desenvolvidas em

²²AMATUCCI, Marcos. *Internacionalização de empresas: teorias, problemas e casos. Teorias de Negócios Internacionais e a Economia Brasileira – de 1850 a 2007*. In: AMATUCCI, Marcos. (Org.). São Paulo: Atlas, 2009, Cap. 1, p. 5-6.

²³AMATUCCI, Marcos. *Internacionalização de empresas: teorias, problemas e casos. Teorias de Negócios Internacionais e a Economia Brasileira – de 1850 a 2007*. In: AMATUCCI, Marcos. (Org.). São Paulo: Atlas, 2009, Cap. 1, p. 5-6.

²⁴BRASILGLOBALNET. Disponível em:

<<http://www.brasilglobalnet.gov.br/Internacionalizacao/frmApresentacao.aspx>> Acessado em: 06 Abr 2011.

²⁵ Ibidem.

²⁶ PERIN, Fernanda. *PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS: Um estudo sobre o Investimento Direto Externo, 2001-2008*. Universidade Federal de Florianópolis, 2010, p. 15. Disponível em: <<http://cnm.ufsc.br/files/2011/04/Fernanda-Steiner-Perin.pdf>>. Acessado em: 06 Abr 2011.

detrimento das economias em desenvolvimento pode ser explicada pela existência de um maior número de empresas bem estruturadas nas mesmas, que caracterizem boas oportunidades para esse tipo de investimento. [...] Ainda que o valor total dos investimentos *greenfield* seja inferior ao daqueles realizados através de processos de F&A, o número desses projetos é superior. Isso se deve ao fato de uma fusão ou aquisição de empresa envolver uma transação financeira muito superior àquela necessária para a criação de uma nova estrutura. Ao contrário das F&A, os investimentos *greenfield* são geralmente direcionados para economias em desenvolvimento, além de serem mais comumente empregados por empresas dessas mesmas economias e do Japão”²⁷.

Uma das principais características do processo de globalização econômica é o desenvolvimento dos fluxos globais de IDE²⁸.

Dados fornecidos pela United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), mostram que, em 2009, o fluxo de saída de IED mundial foi de US\$ 1,2 trilhão e de estoque foi de US\$ 19 trilhões de dólares. Os países desenvolvidos têm emitido a maior parte desses fluxos de IED, correspondendo a 75% (US\$ 820 bilhões) e a 84% (16 trilhões) dos fluxos, respectivamente²⁹.

A UNCTAD desenvolve uma pesquisa anual de IED³⁰, onde através da comparação dos ativos de investimento no exterior com o total de ativos da empresa, calcula o que chama de “índice de transnacionalização” da empresa.

De acordo com este estudo as dez maiores empresas transnacionais, no ano de 2008, são expressas no quadro 1.1, a seguir:

²⁷ CARBONELL, Livia Machado. *Fluxos mundiais de investimento estrangeiro direto e a participação do Brasil como receptor desses investimentos*. Centro Universitário de Brasília, 2008, p. 6.

²⁸ PERIN, Fernanda. *PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS: Um estudo sobre o Investimento Direto Externo, 2001-2008*. Universidade Federal de Florianópolis, 2010, p. 49. Disponível em: <<http://cnm.ufsc.br/files/2011/04/Fernanda-Steiner-Perin.pdf>>. Acesso em: 06 Abr 2011.

²⁹ UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *UNCTADStat*. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org>> Acessado em: 12 Mai 2011.

³⁰ United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *World Investment Report 2009: Transnational Corporations, Agricultural Production and Development*. Genebra: United Nations, p. 228-230. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/wir2009_en.pdf>. Acesso em: 06 Abr 2011.

**QUADRO 1.1 - RANKING MUNDIAL DAS EMPRESAS
MAIS TRANSNACIONAIS 2008 ***

	Corporação	Segmento	Origem
1	Xstrata PLC	Extração e Mineração	Reino Unido
2	AABB Ltd.	Engenharia	Suiça
3	Nokia	Elétrica e Equipamentos eletrônicos	Finlândia
4	Pernod Ricard AS	Comida, bebida e tabaco	França
5	WPP Group Plc	Prestação de serviços	Reino Unido
6	Vodafone Group Plc	Telecomunicações	Reino Unido
7	Linde AG	Produtos químicos	Alemanha
8	Anheuser-Busch Inbev AS	Comida, bebida e tabaco	Holanda
9	Anglo American	Extração e Mineração	Reino Unido
10	ArcelorMittal	Metal e produtos metálicos	Luxemburgo

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da UNCTAD.

A empresa que foi considerada a mais internacionalizada de acordo com o estudo, foi a Xstrata PLC, com um índice de transnacionalidade de 93,2%, onde seus ativos fora do país são de U\$ 52 milhões de dólares, as vendas estrangeiras de U\$ 25 milhões de dólares e com 38 milhões de empregados localizados fora do país de origem.

Um fato a ser notado é que entre a lista das dez empresas mais internacionalizadas, não consta nenhuma oriunda dos Estados Unidos, e dentre os cem países no Ranking pouco se nota a presença de transnacionais americanas, resultado este justificado pela forma tradicional desta nação em impor o seu processo produtivo, centralizando toda a sua cadeia produtiva e assim dando origem a um número surpreendente de multinacionais.

A presença de transnacionais provenientes de PEDs, apesar de tímida, já é notada no Ranking. Pesquisas mostram que as economias em desenvolvimento têm dado uma atenção cada vez maior ao tema de internacionalização de empresas através de IED, visto que este processo está diretamente vinculado ao desenvolvimento do país. Através do IED movimentam-se consideráveis volumes de capital. Assim, quanto maior

o número de firmas atuando em mercados internacionais uma economia nacional tem mais ela ocupa uma posição dominante no cenário mundial³¹.

Ademais, a diversificação de mercados traz para a firma importantes aperfeiçoamentos, pois possibilita às empresas a terem acessos a novos recursos, novos mercados, novas tecnologias, novas estratégias de desenvolvimento, busca por eficiência produtiva, entre outros fatores que acabam trazendo vantagens competitivas às empresas que se internacionalizam em relação às demais³².

Assim, a abertura dos mercados em economias em desenvolvimento - em uma era em que os mercados nacionais estão se transformando em um imenso mercado global - leva as empresas nacionais destes países a se deparar com a concorrência de empresas transnacionais em seu território doméstico, obrigando estas a procurem outros mercados e maneiras para se tornarem competitivas³³.

As empresas que não são competitivas colocam em risco sua sobrevivência, pois perdem espaço e acabam sendo substituídas por empresas mais eficientes, com preços e qualidades relativas melhores. A verdade é que a internacionalização é o caminho natural para que as empresas se mantenham competitivas, pois se estas se dedicarem unicamente a produzir para o mercado interno, sofrerão a concorrência, e possível estrangulamento, das empresas estrangeiras dentro do próprio país³⁴.

“O investimento exterior nem sempre é uma escolha e [...] nas circunstâncias da concorrência em alguns mercados e produtos, pode se transformar em uma necessidade para muitas firmas domésticas. Conseqüentemente, a não realização desses investimentos pode acarretar perda de dinamismo dessas empresas sob pressão da concorrência internacional, ocasionando impactos negativos sobre o emprego e a competitividade da economia. A comparação que deve ser feita para a análise da conveniência ou não do investimento é, portanto, entre as perdas e ganhos de uma situação sem investimento versus as perdas e ganhos de uma situação com investimento direto no exterior. Nessa comparação, os efeitos negativos sobre o emprego e o balanço de pagamentos do investimento no exterior podem ser menores do que na situação de perda de competitividade e de mercados das firmas domésticas”³⁵.

³¹ PALLOIX, Christian. *As Firms Multinacionais e o Processo de Internacionalização*. Lisboa: Estampa, 1974, p. 15.

³² BERNARDES, Sérgio Pio. *Exportação ou Investimento Direto? Lições da Espanha*. In: AMATUCCI, Marcos (Org.). *Internacionalização de empresas: teorias, problemas e casos*. São Paulo: Atlas, 2009, Cap. 5, p. 131.

³³ HOLLAND, Neila A. *A Internacionalização dos Negócios*. Rio de Janeiro: Forense, 1999. p. 4.

³⁴ Ministério das Relações Exteriores. *Exportação Passo a Passo*, Julho, 2007, p. 10.

³⁵ IGLESIAS E VEIGA, 2002 *apud* TAVARES, Márcia. Investimento brasileiro no exterior: panorama e considerações sobre políticas públicas. CEPAL SERIE Desarrollo productivo. Santiago, Chile: Nações Unidas, nov. 2006, n. 172, p. 29-30.

A entrada em um novo mercado exige das empresas um alto investimento, em um ambiente de incertezas composto por diversos obstáculos que dificultam e muitas vezes impedem o sucesso de sua inserção no ambiente internacional. São vários os fatores que podem inibir a inserção internacional das empresas como: diferenças culturais e lingüísticas, barreiras políticas, diplomáticas, burocráticas e etc, que serão vistas em maior contexto nos próximos capítulos.

Assim, um dos fatores fundamentais para que as empresas consigam transpor estas barreiras e se internacionalizarem - desfrutando de todas as vantagens trazidas por este processo - é através da adoção de uma estratégia de internacionalização. A elaboração desta estratégia pode acontecer de diversas maneiras, desde que se reconheça, para sua adequação, um conjunto de fatores que envolvem a cultura empresarial, as condições materiais e as condições sociopolíticas³⁶.

Nota-se que a globalização inseriu vários fatores à pauta de internacionalização, trazendo novos modelos e estratégias diferenciadas para o tema, pois a difusão das inovações entre as nações e os ajustes políticos e culturais que vem sendo realizados, acompanhados da livre disseminação de bens, serviços, pessoas, habilidades e idéias pelas fronteiras geográficas, acabam sendo fatores que merecem atenção³⁷.

A falta de conhecimento externo limita os empresários na busca pela internacionalização de suas empresas. Assim, torna-se necessário que se busque o conhecimento deste mercado externo bem como entender o processo de internacionalização para que se consiga elaborar estratégias sólidas de penetração em outras economias³⁸.

Em contrapartida, o apoio governamental, no que diz respeito à elaboração de políticas públicas, tem denotado fundamental importância na expansão dos fluxos de IED em todo o mundo. Elementos como: liberalização das restrições aos investimentos diretos no exterior; criação de instrumentos que facilitem e resguardecem os investimentos no exterior; informação e assistência técnica; incentivos fiscais; mecanismos de seguros

³⁶ BERNARDES, Sérgio Pio. *Exportação ou Investimento Direto? Lições da Espanha*. In: AMATUCCI, Marcos (Org.). *Internacionalização de empresas: teorias, problemas e casos*. São Paulo: Atlas, 2009, Cap. 5, p. 125.

³⁷ OLIVEIRA JUNIOR, M. M. *Multinacionais Brasileiras: Internacionalização, inovação e estratégia global*. Porto Alegre: Bookman, 2010, p. 59.

³⁸ Ibidem. p. 126.

para os investimentos; e financiamento, vem atuando como forças propulsoras à internacionalização³⁹.

Face a isto, nos próximos subcapítulos, serão apresentados alguns modelos teóricos de internacionalização de empresas que se fazem necessários ao entendimento do tema.

1.2 TEORIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Existe uma vasta gama de teorias, relativamente recentes, ligadas à internacionalização de empresas.

Nos próximos subcapítulos, falar-se-á do modelo comportamental da Escola Nórdica, a chamada teoria de Uppsala (1977) e do modelo econômico do Paradigma de Ohlin (1980).

1.2.1 MODELO ECLÉTICO DE DUNNING OU PARADIGMA DE OHLIN

O chamado Paradigma Eclético de Dunning (1980), também denominado Paradigma de Ohlin, formulado por Eli Heckscher, em 1919, e posteriormente desenvolvido por seu aluno Bertil Ohlin, tenta explicar os fatores que influenciam uma empresa a tomar a decisão de se internacionalizar e considera que as vantagens econômicas é que irão decidir a atuação da firma no mercado internacional. A tomada de decisão de uma companhia se internacionalizar é uma decisão estratégica, onde temos uma série de cálculos visando à obtenção de vantagem competitiva, em outras palavras, visando uma atuação lucrativa, delineando vantagens comparativas entre países e/ou regiões para a tomada de decisão.

Este modelo enfatiza diferenças na dotação ou estoque de fatores de produção como o principal determinante das vantagens comparativas no comércio internacional,

³⁹ ALMEIDA, 2007 *apud* BERNARDES, Sérgio Pio. *Exportação ou Investimento Direto? Lições da Espanha*. In: AMATUCCI, Marcos (Org.). *Internacionalização de empresas: teorias, problemas e casos*. São Paulo: Atlas, 2009, Cap. 5, p. 125.

buscando explicar a composição dos fluxos de comércio, o padrão de comércio internacional⁴⁰.

Este modelo diz, em linhas gerais que cada país tem vantagens comparativas no produto, o qual o processo produtivo emprega de forma intensiva o fator de produção abundante naquele país, assim cada país irá produzir e exportar o produto intensivo em seu fator abundante⁴¹, em outras palavras, os países geralmente tendem a exportar produtos que utilizam o fator de produção que se encontra relativamente abundante no mercado doméstico e importar produtos que utilizam o fator de produção menos abundante no país.

“Cada nação exportará a mercadoria cuja produção exija a utilização intensiva do seu fator abundante e barato, e importará a mercadoria cuja produção exija a utilização intensiva do seu fator relativamente escasso e caro. Por isto esta teoria também é conhecida como Teoria das Proporções dos Fatores ou das Dotações dos Fatores”⁴².

Por exemplo, o Brasil, é considerado um país grande e conseqüentemente rico em terras. Como existe terra em abundância, convém para o Brasil produzir e exportar produtos agrícolas em geral, que usufruam como principal fator de produção a terra. Pois estando a terra em abundância, seu custo de venda será mais baixo, logo cairá o custo de produção, fazendo com que o produto tenha o seu preço final mais baixo do que nos demais países, que irão então importar do Brasil. Bem como o Brasil importará outros produtos os quais não detém seu fator de produção abundante.

Assim, de todas as causas possíveis das diferenças entre os preços relativos das *commodities* e entre as vantagens comparativas das nações, esta teoria destaca a diferença na abundância dos fatores entre as nações como causa básica ou determinante das vantagens comparativas e do comércio internacional. Ou seja, aqui as vantagens comparativas não são somente admitidas, como vimos nos modelos anteriores, e sim explicadas, mostrando que a diferença na abundância relativa e custo dos fatores é a cauda da diferença nos preços relativos das *commodities*, com economia fechada entre duas nações. Esta diferença nos preços relativos dos fatores e nos preços relativos das *commodities* traduz-se então, em uma diferença nos preços absolutos dos fatores e das *commodities* entre as duas nações. E é exatamente esta diferença entre os preços

⁴⁰ BAUMANN, Renato. et al. *Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p.19.

⁴¹ Ibidem, p.20.

⁴² DOMINICK, Salvatore. *Economia Internacional*. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 6ª Ed., 1998. p.70.

absolutos das *commodities* entre as nações que são consideradas a causa imediata do comércio⁴³.

O modelo de Ohlin ainda explica o IED através da interação entre três fatores:

- As vantagens de localização, que referem-se às vantagens comparativas que uma empresa tem ao se instalar em regiões privilegiadas do ponto de vista da produção, do acesso a matérias-primas, da distribuição, dos mercados, ou de incentivos governamentais. Estas vantagens estão ligadas à posse de uma série de recursos e capacidades⁴⁴;
- As vantagens de propriedade (*ownership*) representam a extensão das vantagens competitivas específicas da empresa para o mercado externo alvo, podem ser de natureza estrutural - posse de ativos intangíveis, como direitos de propriedade intelectual, conhecimento tecnológico, marketing e reputação da empresa - e/ou transacional - capacidade da empresa de gerenciar suas atividades em nível global⁴⁵; e
- As vantagens de internalização, que correspondem às vantagens obtidas pela substituição de custos de mercado por custos burocráticos, em outras palavras, diz respeito à atuação no mercado internacional por meio da identificação, avaliação e aproveitamento de seus recursos e competências, prevenindo-se contra a perda de suas vantagens competitivas para outras empresas⁴⁶.

Dunning afirma que a combinação destes três fatores – propriedade, localização e internalização – explicam a internacionalização das empresas e a forma com que ela acontece⁴⁷.

1.2.2 MODELO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE UPPSALA

Na década de 1970, na Escola Uppsala, hoje conhecida como Escola Nórdica de Negócios Internacionais, na Suécia, Johanson e Vahlne (1977) desenvolveram o

⁴³ DOMINICK, Salvatore. *Economia Internacional*. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 6ª Ed., 1998. p.70-71

⁴⁴ Ibidem. p. 70.

⁴⁵ Ibidem. p. 71.

⁴⁶ Ibidem, p. 71.

⁴⁷ AMATUCCI, Marcos. *Teorias de Negócios Internacionais e a Economia Brasileira – de 1850 a 2007*. In: AMATUCCI, Marcos. (Org.). *Internacionalização de empresas. Teorias, problemas, casos*. São Paulo: Atlas, 2009. São Paulo: Atlas, 2009, Cap. 1, p. 15-16.

modelo comportamentalista com base em estudos do processo de internacionalização de empresas suecas.

Este modelo baseia-se em observações empíricas de empresas suecas, fundamentadas na teoria comportamental de Simon (1957) e Cyert e March (1963), que em linhas gerais afirma que o comportamento da empresa é resultado da soma de milhares de decisões cotidianas.

A idéia geral do estudo de Johanson e Vahlne é que as empresas irão de internacionalizar gradualmente. E, o que vai fazer o processo evoluir é a junção da aquisição de conhecimentos sobre os mercados externos e o comprometimento de recursos nesses mercados. Tradicionalmente, a empresa exportará para o país estrangeiro, depois estabelecerá uma subsidiária de vendas, e, em alguns casos, iniciará a produção no determinado país. Em outras palavras, os teóricos deste modelo vêem o processo de internacionalização da empresa como sendo um processo de aprendizagem, onde as empresas investem recursos de maneira gradual e adquirem conhecimentos sobre certos mercados internacionais de forma incremental. Remetendo ao conceito de cadeia de estabelecimento, onde a empresa irá desenvolver certo produto em um mercado gradativamente, dependendo do conhecimento existente sobre o negócio e o mercado e assim, os riscos e incertezas deste tipo de ação seriam diminuídos⁴⁸.

Outra proposição desta teoria é a relação entre a ordem cronológica da internacionalização e as diferenças de linguagem, cultura, de desenvolvimento industrial, entre outras – estas diferenças são chamadas pelo autor de “distância psíquica” – que impedem o fluxo para o mercado externo. Quando se tem uma distância cultural muito grande, a realização de negócios internacionais acaba sendo inviável.

O conhecimento do mercado, incluindo o conhecimento sobre as oportunidades e os problemas, é atribuído, principalmente, através da experiência proporcionada pelos negócios em andamento⁴⁹.

À medida que a experiência da empresa aumenta, ela aprende e cria segurança sobre a forma de operar em determinado país, e da mesma maneira, seu

⁴⁸ PORTO, Lana. et al. *Análise do Modelo de Uppsala com Foco nas Competências Requeridas para sua Operacionalização*. Revista Eletrônica Gestão e Sociedade, 2008, v. 2, nº 3. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/gestaoesociedade/article/viewFile/558/541>>. p. 5. Acessado em: 09 Set 2010.

⁴⁹ AMATUCCI, Marcos. *Teorias de Negócios Internacionais e a Economia Brasileira – de 1850 a 2007*. In: AMATUCCI, Marcos. (Org.). *Internacionalização de empresas. Teorias, problemas, casos*. São Paulo: Atlas, 2009. São Paulo: Atlas, 2009, Cap. 1, p. 19-21.

comprometimento com recursos também aumenta, em consequência do conhecimento adquirido que trará maior segurança na aplicação do investimento.

Assim, em suma podemos dizer que esta teoria é baseada em três pressupostos básicos:

- Para que a empresa possa se internacionalizar ela tem que ter conhecimento sobre o mercado que irá atuar. A falta de conhecimento é o maior obstáculo ao sucesso deste processo⁵⁰;
- Este conhecimento chave para a internacionalização da empresa será adquirido através das atuais operações da empresa em um determinado mercado-alvo⁵¹;
- Através do conhecimento, a empresa começará a investir seus recursos em outro mercado de forma gradual ⁵².

Assim, a aplicabilidade desta teoria cabe não só as empresas suecas como também a todas as outras firmas que desejam expandir seus mercados e investir no exterior⁵³.

Em síntese das informações apresentadas neste primeiro capítulo, cabe ainda dizer que, os negócios internacionais, em especial, a internacionalização de empresas através do IED é atividade em fase de forte expansão, que oferece como resultados muitas vantagens, tanto para a firma quanto também para o desenvolvimento da sua economia de origem.

Ademais, ainda que incipientes - principalmente se tratando de países em desenvolvimento - já é comum não só o desejo da iniciativa privada bem como ações estatais para o aumento destes fluxos.

Entretanto, o mercado internacional é um meio incerto, composto de inúmeros desafios e operações de risco, que exige uma atenção, experiência e cooperação entre

⁵⁰ PORTO, Lana. et al. *Análise do Modelo de Uppsala com Foco nas Competências Requeridas para sua Operacionalização*. Revista Eletrônica Gestão e Sociedade, 2008, v. 2, nº 3. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/gestaoesociedade/article/viewFile/558/541>>. p. 5. Acessado em: 09 Set 2010.

⁵¹ Ibidem.

⁵² Ibidem.

⁵³ MACADAR, B. M. B. *A internacionalização de grandes empresas brasileiras e as experiências do Grupo Gerdau e da Marcopolo*. 4º Encontro de Economia Gaúcha. Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2008, p. 3-4. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/tds/036.pdf>>. Acessado em: 09 Nov 2010.

governo e iniciativas privadas para que as empresas consigam se projetar no cenário global de forma segura, competitiva e duradoura.

Assim, no próximo capítulo, será feita uma análise sobre a internacionalização das empresas brasileiras, identificando quais são as principais motivações que as levam a se aventurarem no mercado internacional, bem como as principais barreiras no país que ainda impedem a ação dessas. E ainda, uma análise da perspectiva chinesa, onde serão apresentados os fatores que contribuíram de forma fundamental para a expansão de suas firmas em todo o globo.

2 BRASIL E CHINA: POTÊNCIAS EMERGENTES

Nas últimas décadas, o Brasil tornou-se percussor de uma notável expansão de seus investimentos em mercados estrangeiros. Entretanto, o número de multinacionais brasileiras no globo ainda é incipiente, se comparado à posição ocupada pelo Brasil como sétima maior economia do mundo, com um PIB anual de US\$ 2,1 trilhões de dólares e perspectivas de se tornar a quinta economia até 2025 ⁵⁴. Assim pode-se dizer então que se deveria explorar mais o potencial que o Brasil dispõe.

A China, apesar da condição de país emergente, vem crescendo a índices surpreendentes. Dentre os fatores que impulsionaram esta espantosa trajetória de desenvolvimento da economia deste país, destacam-se os investimentos diretos externos.

A presença de multinacionais chinesas no mundo está consolidada, com muitas de suas empresas já atuando como verdadeiros *global players* no mercado externo. Assim, justifica-se analisar como o processo de internacionalização das empresas da China foi desencadeado, para que se possa compreender os fatores que têm dado suporte a este processo e adaptá-los ao modelo econômico brasileiro.

Para tanto, este capítulo está estruturado em três seções: na primeira encontra-se um breve relato sobre a posição dos dois países dentro do grupo BRICS, bem como o quanto esta associação tem contribuído para a projeção destes no cenário internacional; na segunda falar-se-á sobre as estatísticas brasileiras de internacionalização através de IED; e na terceira apresentar-se-á os dados da China.

2.1 BRICS

O termo BRIC, foi criado em 2001, pelo economista Jim O'Neill para fazer referência as chamadas economia emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China. Durante a

⁵⁴ ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Disponível em: <<http://www.eiu.com>>. Acessado em: 15 Mai 2011.

última reunião deste grupo, ocorrida em Sanya, na China, com início em 14 de abril de 2011, anunciaram também a inclusão da África do Sul ao grupo, alterando a sigla para BRICS.

Este conjunto de países que integram os BRICS apresentam situações econômicas e índices de desenvolvimento semelhantes, tendo em comum fatores como: grande extensão territorial; estabilidade econômica recente; Produto Interno Bruto (PIB) em ascensão; disponibilidade de mão de obra; mercado consumidor em alta; grande disponibilidade de recursos naturais; aumento nas taxas de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); valorização nos mercados de capitais; investimentos de empresas nos diversos setores da economia⁵⁵.

“O consenso implícito que está por detrás do termo BRICS, é que estes países já são, ou constituirão brevemente, superpotências, embora o conceito de referência ainda aplicado seja o de “potências emergentes”⁵⁶.

Estudos recentes indicam que nos próximos 50 anos os BRICS poderão se tornar a principal força na economia global em termos de crescimento de Produto Interno Bruto (PIB), renda per capita e movimentos comerciais e financeiros, superando o conjunto dos países desenvolvidos que formam o G-6 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido e Itália)⁵⁷.

Segundo dados do Banco Mundial e do FMI⁵⁸, a economia deste grupo de países emergentes tem revelado uma importância extraordinária no que diz respeito ao comércio mundial e atração de fluxos de investimentos, representando hoje 25% de toda economia mundial e 50% do crescimento econômico entre os anos de 2000 a 2008, além de corresponderem a 45% de toda população mundial.

Entretanto, apenas uma dessas cinco potências emergentes alcançará a condição de primeira economia planetária, supostamente frente aos EUA a partir de

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.tiberiogeo.com.br/index.php?id=82>>. Acessado em: 17 Abr 2011.

⁵⁶ O Brasil e os demais BRICS – Comércio e Política. Brasília: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010, p. 134. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/2077LivroBRICsPRAImCap.pdf>>. Acessado em: 17 Abr 2011.

⁵⁷ VIEIRA, Flávio Vilela. VERISSIMO, Michele Polline. *Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul*. Economia e Sociedade. Campinas: 2009, v.18, p. 513-546. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182009000300004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acessado em: 17 Abr 2011.

⁵⁸ WORLD BANK. Disponível em: <<http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/0,,menuPK:476823~pagePK:64165236~piPK:64165141~theSitePK:469372,00.html>>. INTERNATIONAL MONETARY FUND. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/data.htm>>. Acessado em: 17 Abr 2011.

2040, e será a China. Isto se sua taxa de crescimento continuar a se manter em ritmo tão acelerado e dinâmico quanto o que temos vivenciado nas últimas décadas, e se a dos EUA continuar a avançar de forma moderada. Enquanto os outros países ficarão atrás do Japão e provavelmente até da Alemanha. O que não quer dizer que todos países do grupo de tornarão superpotências⁵⁹.

O quadro 2.1, a seguir, demonstra os fluxos de IED que têm norteado estes países:

**QUADRO 2.1 - FLUXO DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO
2006-2009 (US\$ MILHÕES)**

	2006	2007	2008	2009
China				
Entrada	72.715	83.521	108.312	95.000
Saídas	21.160	22.469	52.150	48.000
Índia				
Entrada	20.328	25.001	40.418	34.613
Saídas	14.285	17.233	18.499	14.897
Brasil				
Entrada	18.822	34.585	45.058	25.949
Saídas	28.202	7.067	20.457	-10.084
Rússia				
Entrada	29.701	55.073	75.461	38.722
Saídas	23.151	45.916	56.091	46.057
África do Sul				
Entrada	-527	5.695	9.006	5.696
Saídas	6.063	2.966	-3.134	1.584
Estados Unidos				
Entrada	237.136	265.957	324.560	129.883
Saídas	224.220	393.518	330.491	248.074
Economias em desenvolvimento				
Entrada	434.366	564.930	630.013	478.349
Saídas	228.691	292.147	296.286	229.159
Mundo				
Entrada	1.459.133	2.099.973	1.770.873	1.114.189
Saídas	1.410.574	2.267.547	1.928.799	1.100.993

Fonte: Elaborado pela autora com base na UNCTAD. *World Investment Report 2010*.

Os dados da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)⁶⁰, demonstraram que os países desenvolvidos são líderes tanto na emissão quanto na recepção de IED. Dentre eles, os Estados Unidos é o maior receptor e emissor

⁵⁹ O Brasil e os demais BRICs – Comércio e Política. Brasília: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010, p. 135. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/2077LivroBRICsPRAImCap.pdf>>. Acessado em: 17 Abr 2011.

⁶⁰ UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). UNCTADStat. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/TableViewer/tableView.aspx>> Acessado em: 20 Abr 2011.

do mundo, correspondendo a 23% do total da emissão e 13% da recepção mundial de IED.

Com base no quadro supracitado, pode-se observar a ascensão econômica dos cinco países que compõem o grupo BRICS, e o quanto, por estarem se destacando cada vez no cenário mundial, estas economias vêm atraindo investimentos de outros países, bem como se tornando cada vez mais, ao longo dos anos, verdadeiros emissores de IED.

Os fluxos de entrada de IED, principalmente no que diz respeito às nações em desenvolvimento, que, em geral, não possuem capital suficiente para garantir o pleno desenvolvimento de sua economia, são de extrema importância, pois constituem um suplemento de capital para investimento em áreas carentes da economia nacional.

“A contribuição do IED para a economia nacional pode ocorrer através da disponibilização de capital para as empresas nacionais, uma vez que os IED elevam a quantidade de reservas cambiais do país receptor, aumentando sua segurança e acesso a crédito no exterior, ou através da própria instalação da sua filial no país receptor. A instalação da filial contribui para o desenvolvimento porque essa trará novos produtos e processos de inovação, que poderão ser transferidos para as empresas locais de diversas formas, fornecendo oportunidade para que as empresas nacionais contribuam ainda mais para o desenvolvimento do país”⁶¹.

Já em relação à saída de fluxos de IED, é clara a visão por parte dos governos de que os investimentos diretos no exterior são necessários para aumentar a competitividade e aperfeiçoar o desempenho nacional das empresas. Assim como também são importantes, dentre diversos outros fatores, para o recebimento de lucros e dividendos em moeda estrangeira, remetidos por parte das filiais das multinacionais originárias do país, influenciando positivamente a balança de pagamentos da nação e permitindo o acesso a mercados de capitais⁶².

“Desta forma, em uma perspectiva dinâmica, o processo de internacionalização empresarial seria capaz de atenuar a vulnerabilidade externa e gerar divisas futuras, reduzindo a posição deficitária na conta de rendas do balanço de pagamentos”⁶³.

⁶¹ CARBONELL, Livia Machado. *Fluxos mundiais de investimento estrangeiro direto e a participação do Brasil como receptor desses investimentos*. Centro Universitário de Brasília, 2008, p. 5.

⁶² ALMEIDA, 2006 *apud* WOSIAK, Carolina R. NIQUE, Walter. 4º Congresso do Instituto Franco-Brasileiro de Administração de Empresas – IFBAE. Porto Alegre: EA/UFRGS, 2007, p. 3. Disponível em: <<http://www.ifbae.com.br/congresso4/pdf/B151.pdf>>. Acessado em: 20 Abr 2011.

⁶³ COUTINHO, HIRATUKA E SABATTINI, 2009 *apud* MÓDOLO, Débora B. *Internacionalização das Empresas Brasileiras, Chinesas e Indianas*. Universidade de Campinas, [data desconhecida], p. 10.

Disponível em:

<http://www.sep.org.br/artigo/5_congresso/2209_1cc4406cc97da2b12fe1ee6999a3e3ef.pdf>. Acessado em: 20 Abr 2011.

Assim, veremos mais adiante, o que tem feito o governo brasileiro para o apoio a internacionalização de suas empresas, bem como uma análise da China para entendermos como esta nação tem conseguido tamanha expansão, destaque e competitividade de suas empresas nos mercados estrangeiros.

2.2 BRASIL

Para que se entenda o atual cenário de internacionalização das multinacionais brasileiras, faz-se necessária a análise do processo de abertura comercial externa do país.

2.2.1 ABERTURA COMERCIAL

Fazendo um breve histórico do processo de abertura e integração comercial brasileira, nota-se que a abertura de nosso mercado interno na verdade foi:

“a representação do momento final de um longo processo de industrialização no qual a proteção do mercado doméstico aliada à realização ordenada de investimentos com o objetivo de internalizar progressivamente a produção de bens importados foram seus instrumentos principais”⁶⁴.

Apesar de tardio, tivemos um rápido e profundo processo de abertura comercial, através de significativas diminuições de barreiras tarifárias e não-tarifárias, com implicações de peso na economia nacional.

Durante os anos de 1946 a 1951 - período de mandato do Presidente Dutra - diante de tamanha onda inflacionária no país, em função do excesso de demanda, apostou-se na possibilidade de captar recursos externos pela assistência financeira

⁶⁴ BRITTA, Gustavo. *Abertura Comercial e coeficientes de conteúdo importado na indústria*. In: Laplane, Mariano. Coutino, Luciano. Hiratuka, Célio. (Org.). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2003, cap. 2, p. 59.

oficial dos Estados Unidos e em um futuro aumento dos investimentos privados norte-americanos para viabilizar o programa anti-inflacionário, proposto pelo governo⁶⁵.

Assim, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, a política de substituição de importações do Brasil teve claro estímulo dos EUA, priorizando: aumentar a produção local de produtos essenciais (principalmente aqueles antes importados dos EUA); converter a indústria local ao uso de matérias-primas substitutas, no lugar das importadas; manter e melhorar instalações de transporte; e, implantar fundações para o fortalecimento de longo prazo da economia industrial do Brasil como um todo⁶⁶.

Entre a década de 1950 a 1970, o processo de industrialização brasileiro ficou fundamentado no modelo de substituição de importações, sustentado pelo tripé Estado-capital privado e nacional-capital estrangeiro⁶⁷.

Especialmente, a partir do ano de 1957, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), tivemos um crescimento acelerado da indústria brasileira. No entanto, a crise do início da década de 1960 fez com que fossem feitas alterações na política cambial vigente no país, pois esta trazia dois problemas que precisariam ser superados para o avanço da industrialização no Brasil. O primeiro era a constante sobrevalorização da moeda brasileira que desestimulava a exportação. E o segundo problema era o atraso na substituição de importação de bens de capital e insumos básicos. Isto porque, o subsídio cambial oferecido à importação desses bens favoreceu a formação de capital na indústria, contribuindo para atrasar o seu desenvolvimento interno⁶⁸.

No período entre 1967 a 1973, a política de comércio exterior brasileira articulou-se a partir de três estratégias: estímulo à entrada de capitais estrangeiros; incentivo à produção de excedentes exportáveis; e, liberalização progressiva das importações. O que permitiu um acelerado crescimento das exportações industriais⁶⁹.

⁶⁵ GONÇALVES, Reinaldo, et al. *A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998, p. 100.

⁶⁶ MARLAN, 1977 *apud* GONÇALVES, Reinaldo, et al. *A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998, p. 100.

⁶⁷ AVERBUG, André. *Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90*. Revista do BNDES, n. 11. Rio de Janeiro: BNDES. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_02.pdf>. Acessado em: 25 Abr 2011.

⁶⁸ SUZIGAN, 1975 *apud* GONÇALVES, Reinaldo, et al. *A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998, p. 102-103.

⁶⁹ DOELLINGER, CAVALCANTI E BRANCO, 1977 *apud* GONÇALVES, Reinaldo, et al. *A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998, p. 103.

“O Estado além de suas funções básicas de provisão de bens e serviços públicos e das funções de natureza fiscal e monetária, participou da consolidação e do financiamento de uma forte e diversificada estrutura industrial, atuando através da intervenção direta e da criação de condições para a participação dos capitais nacional e estrangeiro. Portanto atuou principalmente na definição e financiamento de grandes blocos de investimento, na produção direta de insumos e no provimento de infraestrutura, fundamentais para a consolidação dos diferentes estágios da pirâmide industrial brasileira”⁷⁰.

Como resultado da estratégia que fora implementada tivemos uma notável transformação da economia brasileira nas décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial.

Nos anos 80, conhecido também como “década perdida”, diante da grande crise econômica, em decorrência do esgotamento do processo de substituição de importações, o Brasil entrou num cenário de estagnação econômica, com forte retração nas taxas de investimentos, aceleração inflacionária, desestruturação do setor público e agravamento dos indicadores sociais⁷¹.

“Diante do quadro de instabilidade macroeconômica, da grave crise cambial e das poucas possibilidades de expansão do mercado interno, tornou-se imperativa uma política de comércio exterior voltada para a geração de superávits comerciais. Assim, a necessidade de controle das contas do governo e a deterioração das condições de financiamento externo eram o ‘pano de fundo’ para a adoção de uma política comercial de forte repressão às importações, de câmbio desvalorizado e de promoção das exportações”⁷².

O que fez com que este período fosse regido por medidas protecionistas de mercado com crescimento baseado em substituições de importações e barreiras não-tarifárias.⁷³

Quando se fala em um processo de substituição de importações, a idéia básica que está associada a este processo é a de promoção – no mercado interno – da

⁷⁰ SERRA 1982; CASSIOLATO, 2001 *apud* BEZERRA, Christiane Luci. *Considerações Sobre a Evolução da Indústria Brasileira no Ambiente de Abertura Comercial da Década de 90*. Revista Teoria e Evidência Econômica. Passo Fundo: v.13, n. 24, maio de 2005, p. 40-41. Disponível em: <http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n24_2005_art3.pdf>. Acessado em: 25 Abr 2011.

⁷¹ AVERBUG, André. *Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90*. Revista do BNDES, n. 11. Rio de Janeiro: BNDES. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_02.pdf>. Acessado em: 25 Abr 2011.

⁷² CASSIOLATO, 2001 *apud* BEZERRA, Christiane Luci. *Considerações Sobre a Evolução da Indústria Brasileira no Ambiente de Abertura Comercial da Década de 90*. Revista Teoria e Evidência Econômica. Passo Fundo: v.13, n. 24, maio de 2005, p. 41. Disponível em: <http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n24_2005_art3.pdf>. Acessado em: 25 Abr 2011.

⁷³ *Ibidem*.

capacidade de oferta de itens anteriormente conseguidos por meio do comércio externo. Assim, a produção nacional substituirá a oferta de alguns produtos importados⁷⁴.

Assim, durante a “década perdida” ficou clara a necessidade de um rápido processo de internacionalização das empresas brasileiras.

Entre os anos de 1985 a 1987, houve uma tentativa do governo de sistematização de estratégia para o desenvolvimento industrial chamada de “Nova Política Industrial”, que tinha como objetivo a modernização e o aumento da competitividade do parque industrial brasileiro e propunha benefícios fiscais como o de isenção do imposto de importação e depreciação acelerada na compra de bens de capital de origem interna ou externa e nos gastos com desenvolvimento tecnológico.⁷⁵

No entanto, esta “Nova Política Industrial” não trouxe grandes mudanças devido às dificuldades de determinantes macroeconômicos e das restrições de ordem fiscal, num cenário global de baixa produtividade com produtos defasados e escalas pouco competitivas⁷⁶.

Foi a partir da década de 1990, que se consolidou no país um projeto de modernização, baseado nos princípios de ajuste fiscal, redução do tamanho do Estado e reformas comercial e financeira, que foram intensificadas na segunda metade desta década, no período pós-Plano Real⁷⁷.

Durante o governo Collor, iniciou-se um abrangente processo de liberalização comercial, instituindo a nova “Política Industrial e de Comércio Exterior”, onde foram extintas a maior parte das barreiras não-tarifárias e definido um cronograma de redução das tarifas de importação. Estas mudanças se estenderam até o governo Fernando Henrique, onde o Plano Real já estava em vigor, combatendo a inflação e conseqüentemente estabilizando a economia. E ainda, as políticas de integração

⁷⁴ BAUMANN, Renato, et al. *Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 97.

⁷⁵ GONÇALVES, Reinaldo, et al. *A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998, p. 105.

⁷⁶ AVERBUG, André. *Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90*. *Revista do BNDES*, n. 11. Rio de Janeiro: BNDES. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_02.pdf>. Acessado em: 25 Abr 2011.

⁷⁷ Ibidem.

comercial do MERCOSUL, ALCA e União Européia, que estavam em andamento, impulsionavam os negócios com os países vizinhos⁷⁸.

O Plano Real, implantado em 1994, constituiu-se uma tentativa bem sucedida de estabilização econômica, com um perfeito alinhamento de fundamentos com as propostas padrão de ajuste do FMI e Banco Mundial para as economias periféricas⁷⁹.

A política do governo de Fernando Henrique Cardoso, tanto em seu primeiro mandato entre os anos de 1994-1998 – fase da âncora cambial – como no segundo, entre os anos de 1999-2002 – fase das metas inflacionárias - teve como foco principal a estabilidade macroeconômica que apoiou-se em três pilares: elevadas taxas de juros; sobrevalorização do real; abertura comercial e financeira da economia brasileira. Esta política macroeconômica manteve as taxas de inflação sob controle através da piora crescente das finanças públicas (onde a dívida externa aumentou extraordinariamente); crescente vulnerabilidade externa e recorrentes crises no balanço de pagamentos⁸⁰. Assim, cabe dizer que o Plano Real, do ponto de vista do combate à inflação, foi indiscutivelmente eficaz, no entanto, deixou marcas terríveis no país.

Durante os mandados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2005 e 2006-2010), houve também esta preocupação com a política macroeconômica, visando à estabilidade monetária. A parte disso, o Brasil adotou a o multilateralismo, que tinha como estratégia quatro eixos principais: integração regional na América do Sul, com dinâmicas diferenciadas nas esferas política, social e econômica; parcerias estratégicas com países do Sul, com ampliação da cooperação internacional para o desenvolvimento; reforma da ordem internacional, com o reconhecimento do Brasil como importante ator político global; e negociações comerciais na Organização Mundial do Comércio (OMC)⁸¹.

⁷⁸ AVERBUG, André. *Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90*. Revista do BNDES, n. 11. Rio de Janeiro: BNDES. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_02.pdf>. Acessado em: 25 Abr 2011.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ PAULINO, Luíz Antônio. *O Plano Real e os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002*. In: PIRES, Gustavo Cordeiro. (Org.). *Economia Brasileira da Colônia ao Governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010, cap. 10, p. 304-309.

⁸¹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro10_perspectivasdodesenvolvimento.pdf>. Acessado em: 06 Jul 2011.

O conjunto destes fatores somados a um cenário econômico mundial favorável possibilitou que as metas de inflação fossem cumpridas, aumento de reservas internacionais, atração maciça de investimento estrangeiro, superávit comercial recorde no ano de 2008, quitação da dívida com o FMI e Banco Mundial além de outras vitórias e avanços no que diz respeito à política comercial onde na Rodada de Doha o Brasil liderou a formação do G-20; houve a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL); realização de vários acordos e parcerias comerciais em novos mercados; entre uma série de outros indicadores, que puderam ser beneficiados com o direcionamento que o Presidente Lula deu a política externa e política comercial brasileira e que atuaram como estimulantes à internacionalização das empresas domésticas⁸².

A combinação desses fatores trouxe para o Brasil um novo modelo de desenvolvimento, com potencial de restabelecer taxas elevadas de crescimento, derivadas do aumento da produtividade industrial, do acesso ao mercado internacional e dos novos fluxos de IED⁸³.

Assim, dado o processo de abertura comercial do Brasil, começar-se-á a analisar a internacionalização de empresas brasileiras através do investimento estrangeiro direto, desde o seu panorama inicial, até a atualidade.

2.2.2 INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS

Nas últimas décadas, nota-se que o IED intensificou-se com velocidade surpreendente em todo o mundo. De um total de US\$ 707 bilhões, no ano de 1998, para US\$ 1,2 trilhão, em 2009. Neste total mundial, as economias em desenvolvimento evoluíram de US\$ 190 bilhões, em 1998, para US\$ 478 bilhões em 2009, obtendo um crescimento de aproximadamente 39,5%. Os países em desenvolvimento são

⁸² Ibidem, p. 121-127.

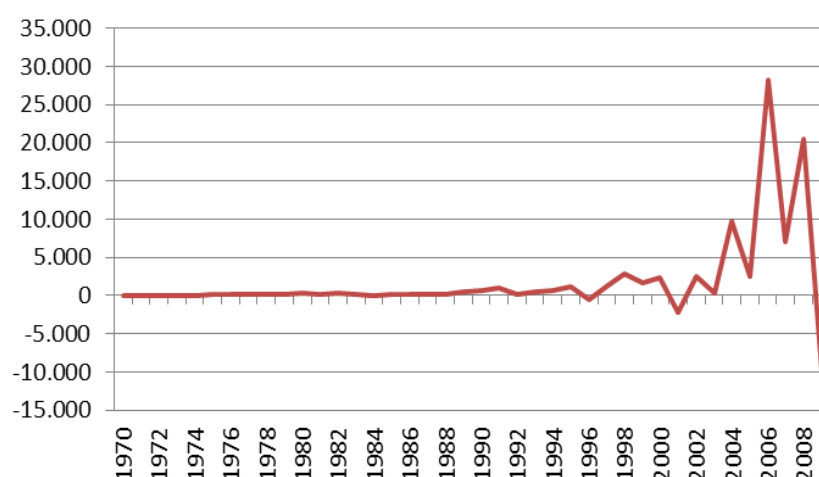
⁸³ BRITTA, Gustavo. *Abertura Comercial e coeficientes de conteúdo importado na indústria*. In: LAPLANE, Mariano. COUTINHO, Luciano. HIRATUKA, Célio. (Org.). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2003, cap. 2, p. 60.

responsáveis hoje por 21% de todo o fluxo de IED, e os BRICS, em especial, por 48% deste total de ação dos PEDs no ano de 2009 ⁸⁴.

Atualmente, desde o início deste século, o Brasil mostrou ter superado seus desafios e se tornou percussor de uma notável expansão de seus investimentos em outros mercados, abandonando o posto de país unicamente atrativo de capital estrangeiro, para atuar também como país investidor em mercados externos. Segundo dados da UNCTAD, os fluxos de IBD no exterior atingiram pela primeira vez a marca de US\$ 1 bilhão em 1991.

A figura 2.1, a seguir, demonstra a evolução dos investimentos brasileiros externos nas últimas décadas:

**FIGURA 2.1 - INVESTIMENTO BRASILEIRO DIRETO
1970-2009 (US\$ MILHÕES)**



Fonte: Elaborado pela autora com base nos indicadores de IED do website UNCTADStat, da UNCTAD.

Até o final da década de 1980 os investimentos diretos do Brasil eram irrelevantes. A partir do início dos anos 90, período em que houve a liberalização da economia nacional, os fluxos de IBD começaram a se intensificar, com aumento de 256% do ano de 1988 para 1990 (US\$ 625 milhões de dólares).

⁸⁴ UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). UNCTADStat. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/TableViewer/tableView.aspx?ReportId=88>> Acessado em: 25 Abr 2011.

Em 1998, o fluxo de investimentos no exterior já alcançava a marca de US\$ 2,8 bilhões. Seis anos mais tarde, em 2004, registrou-se outro relevante aumento do índice de saída de IED, onde estes investimentos atingiram aproximadamente o valor de US\$ 10 bilhões de dólares.

Mas o primeiro grande resultado da expansão das multinacionais brasileiras em outros mercados foi figurado em 2006, quando, pela primeira vez o fluxo de entrada de IED no Brasil foi superado pelo fluxo de IBD, alcançando a marca US\$ 28 bilhões de dólares, aumento de 188% se comparado ao ano de 2004.

O quadro 2.2, abaixo, expressa o fluxo de IBD, dos anos de 2005 a 2009, comparado com o total dos fluxos emitidos pelos países em desenvolvimento nestes mesmos anos:

**QUADRO 2.2 - FLUXO DE SAÍDA DE INVESTIMENTO
BRASILEIRO DIRETO EM RELAÇÃO AOS PED's 2005 - 2009
(US\$ MILHÕES)**

ANO	2005	2006	2007	2008	2009
BRASIL	2.517	28.202	7.067	20.457	-10.084
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	122.707	228.691	292.147	296.286	229.159

Fonte: Elaborado pela autora com base nos indicadores de IED do website UNCTADStat, da UNCTAD.

Devido ao grande fluxo de saída de IED registrado no país em 2006, o Brasil ocupou o segundo lugar de maior investidor externo, dentre os países em desenvolvimento, e o maior da América Latina, obtendo o aumento extraordinário de 1120% em relação aos fluxos do ano anterior e correspondendo a 12% dos fluxos totais dos países em desenvolvimento do ano em questão.

Este crescimento registrado em 2006 deve-se, em parte, pela operação de aquisição da mineradora canadense Inco pela Companhia Vale do Rio Doce, numa negociação de US\$ 18 bilhões de dólares⁸⁵.

⁸⁵ VALE DO RIO DOCE. Disponível em: <<http://www.vale.com/pt-br/Paginas/default.aspx>> Acessado em: 26 Abr 2011.

Em 2007, houve uma redução nos fluxos de IBD em relação ao ano anterior, caindo para US\$ 7 bilhões de dólares. O que não significa dizer que os investimentos brasileiros interromperam seu período de expansão, pois ao comparar os anos de 2007 e 2005, nota-se que os fluxos deste primeiro correspondem a quase três vezes mais que os fluxos obtidos em 2005.

No ano de 2007 houve também importantes aquisições de empresas estrangeiras por transnacionais brasileiras, com um total de 66 operações de aquisição, segundo relatório da consultoria KPMG do Brasil. Dentre as mais importantes, vale ressaltar a aquisição das norte-americanas Chaparral Steel e Qanex pelo grupo Gerdau, numa transação de US\$4,2 bilhões e US\$ 1,4 bilhão respectivamente ⁸⁶ e da Swift Foods Company pela JBS Friboi, passando a se chamar JBS USA, por US\$ 1,4 bilhão de dólares ⁸⁷.

No ano de 2008, mesmo com a crise econômica mundial, houve um grande avanço dos fluxos de IBD, com um aumento considerável de 289% em relação ao ano de 2007, atingindo o segundo nível mais elevado destes investimentos na história brasileira, com US\$ 20 bilhões de dólares.

Segundo relatório divulgado pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), aproximadamente um quarto do valor registrado de IBD no ano de 2008, deve-se ao grande fluxo realizado pelas transnacionais brasileiras em operações de fusão e aquisição, num total de R\$10,8 bilhões, onde as operações de maior relevância foram a operação de aquisição da siderúrgica americana MacSteel, da Quanex Corporation, pela Gerdau, com valor de transação de cerca de US\$ 1,46 bilhão de dólares e a aquisição da alemã LWB Refractories GmbH & Co. K, pela empresa de refratários Magnesita, numa operação de US\$ 952 milhões de dólares ⁸⁸.

Até 2008, a crise financeira internacional tinha afetado principalmente as economias desenvolvidas. Já em 2009, as economias emergentes também começaram a

⁸⁶ VALOR ONLINE. *Gerdau Ameristeel Acerta compra da Chaparral Steel por US\$ 4,22 bilhões em dinheiro*. Disponível em: < http://valoronline.com.br/online/empresas/44/239965/gerdau-ameristeel-acerta-compra-da-chaparral-steel-por-us-422-bilhoes-em-d?page=2&quicktabs_3=0 >. Acessado em: 26 Abr 2011.

⁸⁷ PORTAL G1. *JBS-FRIBOI compra americana SWIFT por US\$ 1,4 bilhão*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1551527-5602,00.html>>. Acessado em: 26 Abr 2011.

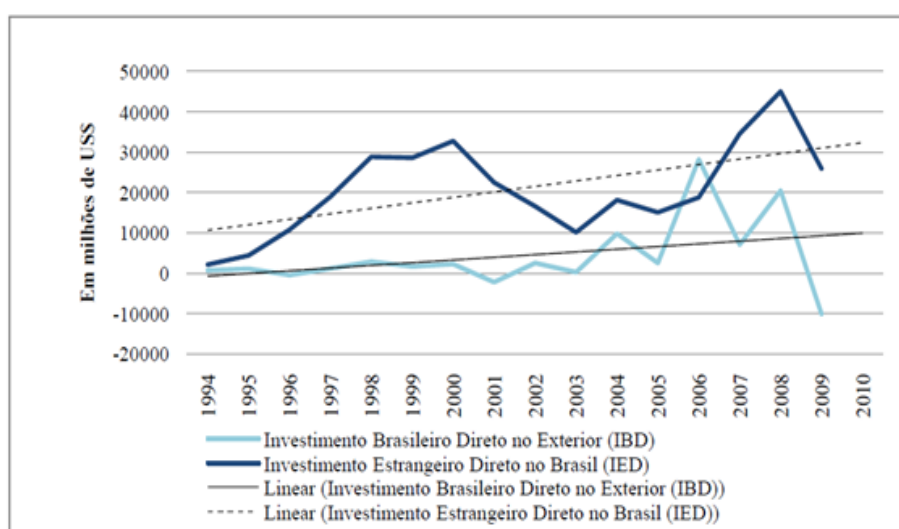
⁸⁸ FUNDAÇÃO DOM CABRAL. *Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010. Repensando as estratégias globais*. 2010 p. 10. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/pt/Documents/ranking_transnacionais_2010.pdf>. Acessado em: 26 Abr 2011.

sentir as consequências da crise, e como já era esperado, a economia brasileira foi afetada de forma profunda, forçando nossas transnacionais a repensarem suas estratégias e se ingressarem em novas formas de gestão para superarem a crise.

Esta instabilidade econômica global identificada em 2009 fez com que a emissão de IED no mundo diminuísse em 42%. O Brasil foi prejudicado diretamente tanto em relação ao fluxo de IBD por parte de nossas transnacionais como também em relação à entrada de IED no país.

Em 2009, o fluxo de IBD constatou o pior resultado anual desde 1970, divulgado pela UNCTAD, registrando déficit de 10 bilhões de dólares, numa queda de 149% em relação aos investimentos de 2008, conforme demonstra a figura 2.2, a seguir:

FIGURA 2.2 – FLUXOS DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL E DE INVESTIMENTO BRASILEIRO DIRETO NO EXTERIOR (US\$ MILHÕES)



Fonte: Banco Central do Brasil. Relatório anual FDC 2010. p.1.

Entretanto, apesar desta regressão verificada em 2009, podemos dizer que, desde o começo do século a presença brasileira no exterior foi consolidada, com fluxos anuais de IBD crescendo a um índice de 400% em dez anos, alcançando a marca de

US\$ 11,5 bilhões em 2010 – terceiro maior fluxo de IBD da história - com um estoque estimado em US\$ 166,29 bilhões até o mês de agosto de 2010⁸⁹.

Assim, como consequência do grande crescimento e liberalização da economia nas últimas décadas, houve um aumento expressivo da presença de empresas brasileiras no cenário internacional.

No último Ranking Mundial dos Maiores Emissores de IED, referente ao ano de 2008, disponibilizado pela UNCTAD, na publicação “*World Investment Report 2009*” – *Transnational Corporations, Agricultural Production and Development* ⁹⁰, o Brasil ocupou a 20ª posição do Ranking, correspondendo a 1,1% da emissão dos fluxos de IED em todo o mundo com US\$ 20 bilhões de dólares.

A América Latina tem se mostrado o principal palco para expansão das transnacionais brasileiras nos últimos anos. Este resultado reflete além da influência de fatores como a proximidade geográfica e cultural, o esforço dos países latino-americanos em aumentarem seus laços e conseqüentemente a integração da região em busca de uma voz mais ativa e de peso no cenário mundial.

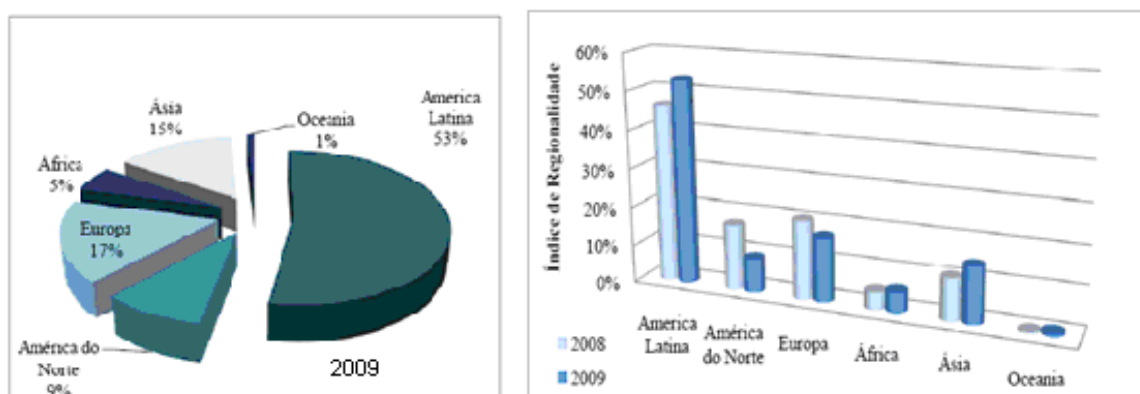
Como exemplo disto se tem a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o Acordo de Promoção de Cooperação Sul-Sul na América Latina, a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), dentre outros esforços governamentais para aumentar ainda mais os laços diplomáticos e econômicos na região, reconhecendo que a cooperação é mutuamente vantajosa. Dos países da América Latina, é importante salientar a posição de liderança regional conquistada pelo Brasil nos últimos anos.

No estudo da Fundação Dom Cabral ⁹¹, foi informado a localização das empresas brasileiras no exterior, bem como as principais mudanças na localização das transnacionais brasileiras entre os anos de 2009 e 2008, conforme demonstra a figura 2.3, abaixo:

⁸⁹MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-estado-de-sao-paulo/2010/08/10/pais-amplia-estoque-de-investimento-no-exterior>> Acessado em: 14 Abr 2011.

⁹⁰UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). UNCTADStat. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/TableViewer/tableView.aspx?ReportId=88>> Acesso 02 Mai 2011.

⁹¹FUNDAÇÃO DOM CABRAL. Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010. *Repensando as estratégias globais*. 2010 p. 11-12. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/pt/Documents/ranking_transnacionais_2010.pdf>. Acessado em: 26 Abr 2011.

FIGURA 2.3 - LOCALIZAÇÃO DAS TRANSNACIONAIS BRASILEIRAS

Fonte: FUNDAÇÃO DOM CABRAL. Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010

A América Latina foi o principal destino das transnacionais brasileiras em 2009, representando mais da metade das regiões de atração de investimento brasileiro, com um índice médio de 53% de regionalidade. O que demonstra um aumento significativo em relação ao ano anterior, quando a América Latina denotou apenas 46% do total dos fluxos de IBD.

Quanto à mudança de localização das nossas transnacionais, nota-se uma considerável diminuição de presença na América do Norte e na Europa do ano de 2008 para 2009, fato este que pode ter sido pela crise econômica mundial.

Já os continentes africano e asiático foram alvo para os investimentos brasileiros. Na Ásia, a Ci&T Softwares iniciou operações no Japão e na China. A China também conquistou novos investimentos das empresas Mafrig e Sabó, economia esta que já era explorada pelas companhias Embraer, Randon e Votorantim. A China é um grande mercado promissor, que intensifica cada ano mais, laços econômicos com o Brasil, além do fato de estar se emergindo como a nova potência mundial. Já na África, a Votorantim se expandiu em cinco países, o mesmo aconteceu com a Randon que entrou na Argélia e Quênia, e com a Weg que iniciou operações no Sudão e em Senegal. E empresas como Marfrig, Petrobras e Totvs que já apareciam no continente, aumentaram sua presença na região ⁹².

⁹² FUNDAÇÃO DOM CABRAL. Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010. *Repensando as estratégias globais*. 2010 p. 12. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/pt/Documents/ranking_transnacionais_2010.pdf>. Acessado em: 26 Abr 2011.

Outro fator que reafirma a sentença de que atualmente a América Latina é o maior palco dos investimentos brasileiros, é que, as principais aquisições realizadas por empresas brasileiras, em 2009, com transações superiores a R\$ 100 milhões de reais, se concentraram em países sul-americanos⁹³.

Esta forte relação das empresas brasileiras com a América Latina nos remete a proposição do Modelo de Uppsala, em que as firmas irão optar por comercializar com as nações mais próximas, que possuem, por exemplo, uma linguagem e cultura similares à sua, pois as diferenças muito grandes entre as nações – chamadas distâncias psíquicas – acabam dificultando e inviabilizando a realização de negócios internacionais.

O quadro 2.3, a seguir, apresentará as principais aquisições realizadas por multinacionais brasileiras em 2009:

**QUADRO 2.3 - PRINCIPAIS AQUISIÇÕES REALIZADAS
POR EMPRESAS BRASILEIRAS 2009
(US\$ MILHÕES)**

Adquirente	Adquirida	País	Valor da transação US\$ Milhões	Setor
Vale	Rio Tinto (Projeto Potássio Rio Colorado)	Argentina	850	Minério
Banco Itau Holding Financeira	Banco Itau Europa	Portugal	498	Serviços Financeiros
Petrobras	Eso Chile Petrolera Ltda	Chile	400	Gasolina
Vale	Cementos Argos SACoal Mine	Colombia	373	Minério
Vale	Mina de carvão El Hatillo, depósito de carvão Cerro Largo e ativos do consórcio Fenoco	Colombia	305	Minério
Votorantim	Cementos Avellaneda S.A.	Argentina	202	Zinco
Banco Bradesco	Banco Espirito Santo S.A.	Portugal	132	Serviços Financeiros

Fonte: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean. 2009. FUNDAÇÃO DOM CABRAL. Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010.

O maior investimento foi o da Vale, em uma transação de US\$ 850 milhões de dólares para aquisição da Rio Tinto, na Argentina. Outro investimento neste país foi o da Votorantim com a aquisição da Cementos Argos ASCoal Mine.

Portugal, Chile e a Colômbia também foram palco de importantes aquisições por parte das multinacionais brasileiras.

⁹³ Ibidem. p. 13.

Em 2010, segundo o Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES), foram realizados 21 investimentos brasileiros na América do Sul e México, sob a forma de ampliações, aquisições, investimento *greenfield* e *joint ventures*. Onde a Argentina, Colômbia e Peru foram os principais receptores de IBD⁹⁴.

O Peru foi o país com maior destaque, com quatro investimentos brasileiros, dentre os quais dois estão entre as maiores transações de empresas brasileiras na América Latina: A Votorantim, com um investimento de ampliação, passou a deter mais de 50% do capital da Cia. Minera Milpo, em uma operação de US\$ 420 milhões de dólares. E a Vale, com um investimento *greenfield*, inaugurou uma mina em Bayóvar, no deserto de Sechura Peru, no valor de US\$ 566 milhões de dólares⁹⁵.

Estudo realizado pela Fundação Dom Cabral⁹⁶, classificou as quarenta empresas mais transnacionais de origem brasileira. O índice, assim como no Ranking das Empresas Mais Transnacionais do Mundo – divulgado pela UNCTAD- é calculado através da média de três indicadores:

- Vendas: Receita bruta de subsidiárias no exterior/receitas totais;
- Ativos: Valor dos ativos no exterior/valor total dos ativos da empresa; e
- Empregados: Número de funcionários no exterior/número de funcionários total.

O quadro 2.4, a seguir, apresenta o Ranking final das dez empresas mais transnacionais do Brasil:

⁹⁴ INDEXINVEST BRASIL 2010. Disponível em: <http://www.cindesbrasil.org/site2010/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=22&Itemid=34>. Acesso em 09 Mai 2011.

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ FUNDAÇÃO DOM CABRAL. Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010. *Repensando as estratégias globais*. 2010 p. 8. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/pt/Documents/ranking_transnacionais_2010.pdf>. Acessado em: 26 Abr 2011.

**QUADRO 2.4 - EMPRESAS BRASILEIRAS MAIS TRANSNACIONAIS
2010**

	Corporação	Segmento	Índice de Transnacionalidade
1	JBS-Friboi	Produtos Alimentícios	0,616
2	Gerdau	Siderurgia e Metalurgia	0,495
3	Ibope	Pesquisa de Mercado	0,456
4	Metalfrio	Máquinas e Materiais Elétricos	0,437
5	Odebrecht	Obras de Infra-estrutura	0,379
6	Marfrig	Produtos Alimentícios	0,366
7	Vale	Extração de Minerais Metálicos	0,342
8	Sabó	Autopeças	0,288
9	Tigre	Material de Construção	0,286
10	Suzano Papel e Celulose	Celulose e Papel	0,276

Fonte: Elaborado pela autora com base no Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010, p. 8. FUNDAÇÃO DOM CABRAL.

Como pode ser observado, a JBS-Friboi foi a empresa com maior índice de transnacionalidade no Ranking de 2010. A firma possui 83,6% de suas vendas, 37,3% dos seus ativos e 64,0% de seus funcionários no exterior, podendo ser considerada a maior empresa privada do Brasil. A baixa porcentagem de ativos no exterior está ligada ao fato do seu inquestionável crescimento também no mercado doméstico, onde a empresa tem adquirido concorrentes nacionais. A última grande negociação no mercado interno foi a operação de fusão com o Grupo Bertin, outro gigante do setor de carnes do Brasil ⁹⁷.

A companhia está presente em todos os continentes, com plataformas de produção e escritórios no Brasil, Argentina, Itália, EUA, Austrália, Uruguai, Paraguai, México, China, Rússia, Egito, Japão e entre outros países, atuando em diversos setores – de alimentos, couro, produtos para animais domésticos, biodiesel, colágeno, latas e produtos de limpeza - com mais de quinze marcas como: Tama, Anglo, Bordon, Apeti, Vigor, Lavarte, Funpet, Leco, etc⁹⁸.

Com início de sua história em 1953, em Anápolis, iniciou seu processo de internacionalização somente a partir do ano de 2005, com a aquisição da Swift

⁹⁷ FOLHA UOL. *Fusão entre JBS-Friboi e Bertin preocupa produtores e rivais menores*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/dinheiro/ult91u625195.shtml>>. Acesso em 26 Abr 2011.

⁹⁸ JBS-FRIBOI. Disponível em: <<http://www.jbs.com.br/QuemSomos.aspx>>. Acesso 26 Mai 2011.

Argentina. E, em 2007, abriu seu capital, se tornando a primeira companhia no setor de frigorífico a negociar suas ações na bolsa de valores. Neste mesmo ano, após a aquisição da Swift & Company nos EUA e Austrália se consolidou como a maior empresa do mundo no setor de carne bovina.

Na segunda posição temos a Gerdau, que apresenta 48,2% de suas vendas, 54,4% de seus ativos e 46,0% de seus empregados no exterior. A Gerdau é líder no segmento de aços longos nas Américas e um dos maiores fornecedores de aços longos especiais do mundo. A empresa tem presença industrial nos cinco continentes, estando presente em quatorze países: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Guatemala, Índia, México, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela⁹⁹.

O Grupo investe em seu processo de internacionalização desde 1980, mas foi entre os anos de 2006 e 2008 - com um bom cenário econômico mundial - que acentuou suas operações, ampliando-as de nove para quatorze países. Atualmente tem ações listadas nas Bolsas de Valores de São Paulo, Nova York, Toronto, Madri e Lima¹⁰⁰.

E em terceiro lugar aparece o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), multinacional brasileira de capital privado e uma das maiores empresas de pesquisa da América Latina. Atualmente além das operações no Brasil, atua em mais treze países latino-americanos e possui um escritório de representação em Miami, Estados Unidos. Adquiriu recentemente a empresa americana Zogby International, com sede em Nova Iorque, e expandiu sua atuação com a abertura de um escritório no Chile e a compra da empresa SKA, em Porto Rico, que também atua com pesquisas de opinião, política e AD HOC¹⁰¹.

Possui parcerias estratégicas, com importante participação acionária em duas empresas: IBOPE Nielsen Online e Millward Brown do Brasil. O IBOPE Nielsen Online é uma joint-venture entre IBOPE e a empresa norte-americana Nielsen. Já a Millward Brown do Brasil é uma parceria do IBOPE com a Millward Brown, Inc. e o

⁹⁹GERDAU S.A. Disponível em: <<http://www.gerdau.com.br/sobre-gerdau/perfil-do-grupo-gerdau-em-numeros.aspx>>. Acessado em: 26 Abr 2011.

¹⁰⁰Ibidem.

¹⁰¹INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=0&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb>> Acessado em: 26 Abr 2011.

Grupo WPP, líder mundial em propaganda, marca e marketing. O IBOPE também investiu no território doméstico, com a aquisição da IDS Marketing Intelligence¹⁰².

Criado em 1942, iniciou seu processo de internacionalização na década de 90. Atualmente o faturamento da empresa gira em torno de US\$ 250 milhões ao ano e nos últimos cinco anos o Grupo obteve um crescimento de 57% no Brasil e na América Latina¹⁰³.

A Fundação Dom Cabral, realizou um estudo¹⁰⁴, em que se pode observar a evolução das transnacionais brasileiras nos últimos três anos. Para a pesquisa, a Fundação listou as quarenta empresas colocadas no Ranking das Transnacionais Brasileiras de 2010, e a partir da variação do índice de transnacionalidade da empresa de 2007 a 2009, descreveu sua evolução. Conforme demonstra o quadro 2.5, a seguir:

**QUADRO 2.5 - EVOLUÇÃO NO ÍNDICE DE TRANSNACIONALIDADE
2007-2009**

Empresa	2009	Δ09/08	2008	Δ08/07	2007	Δ09/07
JBS-Friboi	0,616	2,9%	0,599	13,1%	0,530	16,4%
Gerdau	0,495	-12,1%	0,563	1,1%	0,557	-11,2%
Ibope	0,456	3,0%	0,443	-11,6%	0,501	-9,0%
Metalrio	0,437	-13,1%	0,503	48,9%	0,338	29,5%
Odebrecht	0,379	-4,3%	0,396	30,5%	0,304	24,9%
Marfrig	0,366	-27,4%	0,504	85,1%	0,273	34,4%
Vale	0,342	-11,1%	0,385	-8,1%	0,419	-18,4%
Sabó	0,288	-11,4%	0,325	18,9%	0,274	5,4%
Tigre	0,286	-3,2%	0,296	43,9%	0,206	39,3%
Suzano Papel e Celulose	0,276	-8,2%	0,300	31,6%	0,228	20,8%
Artecola	0,264	1,8%	0,259	50,3%	0,173	52,9%
Lupatech	0,196	-16,3%	0,234	13,2%	0,207	-5,2%
Camargo Corrêa	0,177	0,1%	0,177	-23,2%	0,231	-23,1%
Ci&T Software	0,166	1,8%	0,163	65,7%	0,098	68,6%
Marcopolo	0,164	-16,8%	0,197	23,3%	0,159	2,6%
Weg	0,162	-22,7%	0,210	19,2%	0,176	-7,9%
Stefanini IT Solutions	0,145	-11,9%	0,165	66,8%	0,099	47,0%
Votorantim	0,139	7,1%	0,130	75,7%	0,074	88,2%
Índice Geral de Transnacionalidade	Top 23	0,258	0,278	0,238		
	Todas as 40	0,160	0,171	0,155		

Fonte: FUNDAÇÃO DOM CABRAL. Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010, p. 17.

Ao compararmos o ano de 2007 (relativamente estável) com o ano de 2009 (período de crise), pode-se notar que em geral não houveram mudanças significativas,

¹⁰² INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=0&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb>> Acessado em: 26 Abr 2011.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ FUNDAÇÃO DOM CABRAL. Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010. *Repensando as estratégias globais*. 2010 p.17. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/pt/Documents/ranking_transnacionais_2010.pdf>. Acessado em: 26 Abr 2011.

visto que o índice geral de transnacionalidade alterou de 0,155, em 2007, para 0,160, em 2009. Ainda observando esses dois anos, nota-se que vinte empresas, dentre as quarenta analisadas, aumentaram sua presença no exterior (50%) o que leva a concluir que a crise apenas diminuiu o ritmo de crescimento das empresas não sendo um impedimento para sua expansão internacional¹⁰⁵.

No entanto, dentre as mudanças ocorridas de 2008 para 2009, nota-se que houve uma diminuição na internacionalização das empresas brasileiras, com uma queda no índice geral de transnacionalidade de 0,171 para 0,160, em decorrência da crise que atingiu todos os setores da economia.

Dentre as quarenta empresas analisadas, a Votorantim foi a que obteve maior evolução no índice de internacionalização, com uma variação de 88,2% do ano de 2007 para 2009, resultado este que se deve, em partes, à fusão da Votorantim Papel e Celulose com a Aracruz Celulose que deu origem a Fibria, maior produtora mundial de celulose¹⁰⁶.

Pesquisas da Sobeet/Valor¹⁰⁷ e da FDC¹⁰⁸ demonstram que a maioria das multinacionais brasileiras tem pretensão de continuar seu processo de internacionalização. O principal interesse manifestado por estas companhias é o de ganhar ou manter sua posição em relação aos concorrentes internacionais nos próximos anos. O aumento da demanda externa e ampliação de lucros no mercado transfronteiriço também constam como pretensão.

Estes dados são representados na figura 2.4, abaixo:

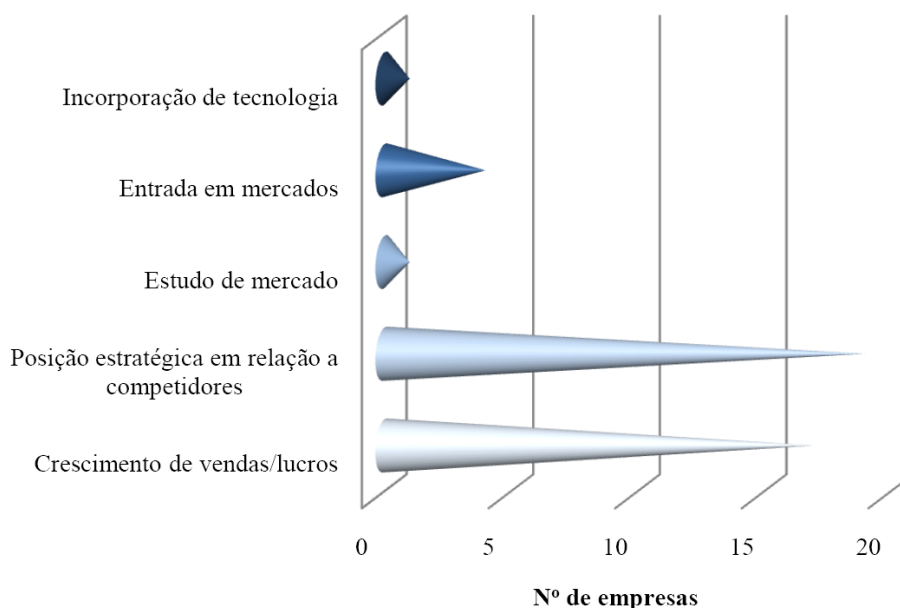
¹⁰⁵ FUNDAÇÃO DOM CABRAL. Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010. *Repensando as estratégias globais*. 2010 p. 18.

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ VALOR ECONÔMICO. *Valor Especial: Multinacionais Brasileiras*. Ano 3. Vol. 3. Set 2010. p. 8

¹⁰⁸ FUNDAÇÃO DOM CABRAL. Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010. *Repensando as estratégias globais*. 2010, p. 19.

FIGURA 2.4 - ESTRATÉGIA INTERNACIONAL DAS EMPRESAS BRASILEIRAS 2009



Fonte: FUNDAÇÃO DOM CABRAL. Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010.

Constatou-se também, no estudo realizado pela FDC, que as mudanças identificadas no cenário internacional nos últimos anos, levaram as empresas brasileiras a mudarem sua estratégia de inserção nos mercados externos.

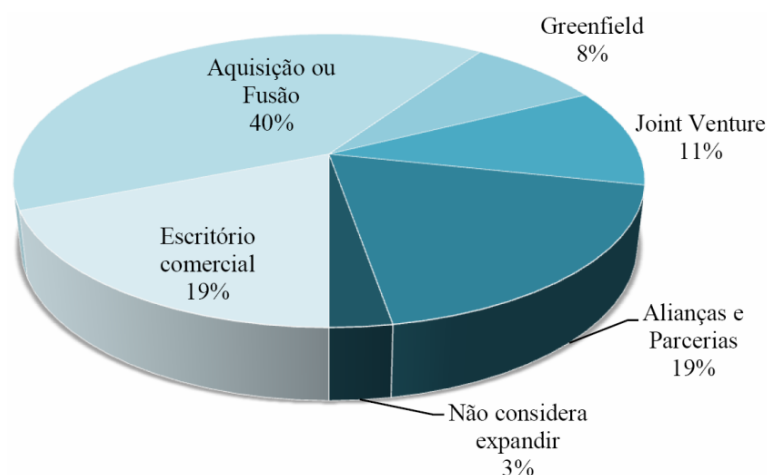
Tradicionalmente, a entrada de empresas brasileiras em territórios estrangeiros se dá de forma gradual, por meio das exportações, seguidas pelo IED no formato de estabelecimento de representações comerciais locais. E, só como última sequência, as empresas realizam investimentos produtivos, por meio da formação de alianças com empresas locais, F&A ou realização de investimentos *greenfield*¹⁰⁹.

Esta forma tradicional de internacionalização das empresas brasileiras está diretamente ligada ao estudo defendido por Johanson e Vahlne, onde a idéia geral do modelo de Uppsala é de que as empresas irão se internacionalizar gradualmente, pois a internacionalização é um processo de aprendizagem que vai evoluindo a medida com que se vai aumentando sua experiência e conhecimentos sobre o mercado internacional, diminuindo os riscos para a realização o IED.

¹⁰⁹ Ministério das Relações Exteriores. *Estudo Investimentos Brasileiros Diretos na República Popular da China*. CARBONELL, Livia. Brasília: 2001, p. 19.

Entretanto segundo demonstra a figura 2.5, a seguir, em 2009 o modo mais considerado pelas empresas domésticas em caso de futura expansão é pela Fusão ou Aquisição, representando 40% do total.

FIGURA 2.5 - MODO DE ENTRADA MAIS PROVÁVEL EM CASO DE EXPANSÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS 2009



Fonte: FUNDAÇÃO DOM CABRAL. Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010.

Dentre uma série de fatores que contribuíram para esta mudança na forma de ingresso, deve-se considerar a valorização do Real, a resistência das empresas brasileiras ante a crise econômica mundial, e a severa desvalorização sofrida por muitas empresas, em especial de economias desenvolvidas¹¹⁰.

Os escritórios comerciais correspondem a 19% das preferências. Este índice pode ser justificado pelo fato de que os escritórios comerciais podem funcionar como um suporte às vendas de produtos fabricados no Brasil, bem como podem auxiliar no contato com fornecedores e clientes locais.¹¹¹

¹¹⁰ Ministério das Relações Exteriores. *Estudo Investimentos Brasileiros Diretos na República Popular da China*. CARBONELL, Lívia. Brasília: 2001, p. 19.

¹¹¹ FUNDAÇÃO DOM CABRAL. Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010. *Repensando as estratégias globais*. 2010 p. 26.

Disponível em: <http://www.fdc.org.br/pt/Documents/ranking_transnacionais_2010.pdf>. Acessado em: 26 Abr 2011.

As alianças e parcerias estratégicas também corresponderam ao índice de 19% na pesquisa, utilizadas, geralmente, quando é interessante pra empresa somente uma parte do processo de produção local, ou ainda no caso das franquias¹¹².

No entanto, ainda é surpreendente e inexpressivo o índice de multinacionais brasileiras que atuam no globo.

O Brasil ocupa atualmente, dentre o Ranking das Maiores Economias Mundiais em 2010, segundo dados do “*The World Factbook*”¹¹³, a oitava posição, com um PIB total de US\$ 2,024 trilhões de dólares, ficando a frente de economias como Canadá e Rússia.

Ao comparar o valor deste PIB com o volume de investimentos e porte das multinacionais brasileiras, nota-se que o índice é incompatível com o posicionamento do país, que está entre as dez maiores economias mundiais. Assim, pode-se dizer que existe grande potencial de internacionalização não realizado pelas empresas brasileiras.

Os motivos para os baixos investimentos de empresas de capital brasileiro no exterior são resultados desde o ambiente institucional e regulatório pouco competitivo até um suposto sentimento de inferioridade do empresário brasileiro. Assim, propõe-se um modelo baseado em quatro principais fatores: o fator geográfico e lingüístico; o ambiental; o motivacional e o cultural¹¹⁴, que serão explicados, a seguir:

De acordo com o fator geográfico, os investimentos brasileiros restritos no exterior se justificam pelo fato do Brasil ser um país isolado. Mesmo se tratando dos países vizinhos sul-americanos, existem, em muitas das vezes, fronteiras naturais intransponíveis. Além disso, a nossa língua oficial, o português, não é a mesma de nossos vizinhos, o que dificulta a formação de parcerias de porte¹¹⁵.

¹¹²FUNDAÇÃO DOM CABRAL. Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010. *Repensando as estratégias globais*. 2010 p. 27.

Disponível em: <http://www.fdc.org.br/pt/Documents/ranking_transnacionais_2010.pdf>. Acessado em: 26 Abr 2011.

¹¹³CIA. *The World Factbook*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2195.html?countryName=Brazil&countryCode=br®ionCode=sa&#br>>. Acessado em: 15 Mai 2011.

¹¹⁴ÂNGELA DA ROCHA, 2003 *apud* PIMENTEL, João Eduardo. *Empresas Multinacionais Brasileiras e Chinesas: Uma Perspectiva Teórica sobre as Possibilidades de Estreitamento das Relações*. Universidade de São Paulo: 2009, p. 4.

Disponível em <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/122.pdf>>. Acessado em: 02 Mai 2011.

¹¹⁵ Ibidem. p. 4.

O fato ambiental está relacionado aos estímulos à internacionalização em termos institucionais e econômicos, onde a autora diz que o ambiente brasileiro deveria apresentar mais estímulos favoráveis o que acarretaria numa reação positiva por parte dos empresários brasileiros e uma conseqüente onda de internacionalização¹¹⁶.

Ainda, considerando que a grande parte das empresas brasileiras se internacionaliza de forma reativa a mudanças no mercado doméstico, o fator motivacional torna-se um elemento importante se relacionado ao fator ambiental anteriormente tratado. E, finalmente, o fator cultural refere-se ao fato da distância cultural identificada dos brasileiros com os outros países do globo, com exceção dos países da América Latina e Portugal, o que pode ser explicado e intensificado também pelo fator geográfico e lingüístico¹¹⁷.

Assim, conclui-se que para que este cenário melhore é fundamental a ação do governo, como coordenador da melhoria do ambiente competitivo e motivador da internacionalização das empresas¹¹⁸.

A análise da China mostrará o quanto o apoio governamental foi importante para a trajetória de expansão e consolidação das empresas chinesas no mundo.

2.3 CHINA

Para que se possa entender a dimensão do desenvolvimento e ascensão da nação chinesa faz-se necessária a análise da abertura de política externa da China desde o início dos anos 70, sendo peça fundamental para o desenvolvimento visto nos dias de hoje.

2.3.1 HISTÓRICO

¹¹⁶ ÂNGELA DA ROCHA, 2003 *apud* PIMENTEL, João Eduardo. *Empresas Multinacionais Brasileiras e Chinesas: Uma Perspectiva Teórica sobre as Possibilidades de Estreitamento das Relações*. Universidade de São Paulo: 2009, p. 4.

Disponível em <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/122.pdf>>. Acessado em: 02 Mai 2011.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ Ibidem.

Em 1972 a China reatou laços diplomáticos com os Estados Unidos, tendo, entre outros objetivos, recuperar-se da acentuada pobreza e atraso tecnológico e produtivo instalados no país por conta do isolamento quase que absoluto da nação mantido desde 1949. Assim, a normalização das relações diplomáticas dos EUA com a China permitiu a importação de produtos com tecnologia de ponta e, permitiu também, em longo prazo, no final dos anos 70, que o país tivesse condições para iniciar sua abertura econômica. Esta política de abertura, idealizada pelo premier Chou-Em-lai foi precursora das reformas econômicas liberalizantes que se sucederiam sob o comando de Deng Xiaoping¹¹⁹.

As reformas iniciadas a partir de 1978, que tiveram como seu mentor Deng Xiaoping – precursor de uma política liberal de desenvolvimento econômico – basearam-se num modelo de gradualismo com plano de longo prazo definido pelo Partido Comunista Chinês (PCC). Os eixos centrais dessa nova rota do modelo chinês foram a descentralização das decisões econômicas através da delegação de poder para as províncias e autoridades locais e a adoção de modelos gerenciais e tecnologias do ocidente.¹²⁰

A política ortodoxa de Deng identificada por fatores como a tradição da cultura do país e a obsessão pela unidade nacional, estabilidade política, ordem e disciplina, constituiu fator determinante de seu êxito na implantação gradual de uma economia de mercado e sua abertura ao exterior¹²¹.

Em 1978, Deng Xiaoping convocou uma “Conferência Nacional de Ciência”, para tornar clara sua intenção de atribuir à Ciência e Tecnologia (C&T) o papel de base

¹¹⁹ MORAES, Antônio Luiz Machado. *A Liberalização Econômica da China e sua importância para as Exportações do Agronegócio Brasileiro*. Brasília: EMBRAPA, 2004, p. 15. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/folderTextoDiscussao/arquivos-pdf/Miolo_22.pdf>.

Acessado em: 04 Mai 2011.

¹²⁰ MARTI, 2007; CUNHA & ACIOLY, 2009, *apud* PINTO, Eduardo, et al. *As Relações Bilaterais Brasil – China: A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil*. IPEA, 2011, p. 9. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110408_estudochinaipeamre.pdf>

Acessado em: 03 Mai 2011.

¹²¹ MORAES, Antônio Luiz Machado. *A Liberalização Econômica da China e sua importância para as Exportações do Agronegócio Brasileiro*. Brasília: EMBRAPA, 2004, p. 16. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/folderTextoDiscussao/arquivos-pdf/Miolo_22.pdf>.

Acessado em: 04 Mai 2011.

das modernizações na agricultura, indústria e nas forças armadas, que iriam compor o seu projeto reformista¹²².

Em primeira instância, foram criadas, em 1979, as chamadas Zonas Econômicas Especiais (ZEE) para a atração de investimento estrangeiro, onde, dentre diversos benefícios concedidos pelo governo, eram oferecidos tarifas reduzidas, pouca burocracia, salários reduzidos e infraestrutura. Em 1984, entra-se num segundo momento de abertura econômica, onde foram criadas as “cidades abertas”, denominadas de Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET), para elaboração e atração de entrada de IED. Dois anos mais tarde, foram introduzidas barreiras tarifárias e não-tarifária na economia chinesa, bem como também houve a eliminação do monopólio de comércio exterior por parte do governo propiciando um maior espaço às transações de bens e serviços¹²³.

Dos anos de 1978 a 1984, houve reformas também para as zonas rurais, como decorrência da fragilidade da agricultura chinesa determinada por baixos níveis de investimentos, de produção e produtividade. Esta estratégia de reforma da agricultura por meio de uma reforma agrária chinesa, de políticas estimulantes de preço e desenvolvimento de indústrias locais, era coerente com o objetivo de buscar a auto-suficiência alimentar e servir de base para o desenvolvimento urbano e industrial¹²⁴.

Em 1985, iniciou-se uma fase de descentralização administrativa do poder do governo em favor de maior autonomia dos governos locais e das empresas e bancos de propriedade do Estado. Neste ano também houve um crescente surgimento de indústrias de propriedade coletiva, inclusive na zona rural, e de propriedade privada, 100% estrangeira ou mista, em associação com capitais chineses. Assim, segundo “*The Intelligence Unit*” as empresas estatais predominantes até 1978, reduziram sua participação no setor industrial em cerca de 80% para um quarto, no fim dos anos 90. Em alguns setores considerados estratégicos, tais como indústria de eletricidade,

¹²² VILLARES, Paulo. OLIVEIRAS, Amaury. *ÍNDIA E CHINA COMO NOVOS DESAFIOS À GOVERNANÇA GLOBAL E AO MULTILATERALISMO*. São Paulo: OBREAL/EULARO, 2006, p 12.

¹²³ PINTO, Eduardo, et al. *As Relações Bilaterais Brasil – China: A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil*. IPEA, 2011, p. 10. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110408_estudochinaipeamre.pdf> Acessado em: 03 Mai 2011.

¹²⁴ MORAES, Antônio Luiz Machado. *A Liberalização Econômica da China e sua importância para as Exportações do Agronegócio Brasileiro*. Brasília: EMBRAPA, 2004, p. 17. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/folderTextoDiscussao/arquivos-pdf/Miolo_22.pdf>. Acessado em: 04 Mai 2011.

petróleo e gás natural, carvão, metalurgia e indústria química, a participação do Estado continuou elevada¹²⁵.

Nos anos de 1991, em meio a um período interno conturbado caracterizado por resistência, greves e pela queda do Partido Comunista da União Soviética, Deng -que já não estava mais no poder, mas ainda exercia influência em vários segmentos da sociedade chinesa- articulou o “Grande Compromisso”, termo que garantia o processo de reformas e de abertura por um período de cem anos, afim de tornar a China uma nação rica e poderosa até a metade do século XXI¹²⁶.

O “Grande Compromisso” intensificou o processo de aceleração da “abertura ao mundo exterior”, trazendo considerável expansão das ZEE’s e ainda a criação da Zona de Desenvolvimento de Alta Tecnologia bem como a acentuação do processo de reformas¹²⁷.

Entre as reformas iniciadas a partir dos anos 90 na China, houveram reformas específicas na política comercial com vistas à inserção do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), que foi conquistada em 2001, e que vem exigindo mudanças diversas na economia chinesa, como a criação de uma base legal para o comércio exterior, com a reforma dos sistemas de importação e exportação e do câmbio, a redução das barreiras alfandegárias e das medidas de proteção e a não elevação dos incentivos à exportação, entre outros¹²⁸.

Assim se deram as reformas que trilharam os primeiros passos rumo ao desenvolvimento e ascensão mundial da China, vista nos dias de hoje. Segundo Deng Xiaoping, este denominado “Socialismo de Mercado”, constitui-se na:

“Diferença essencial entre economia socialista e economia capitalista não consiste em um pouco mais de plano ou um pouco mais de mercado [...] A diferença essencial está em qual sistema de propriedade – a pública ou a privada – exerce o papel

¹²⁵ MORAES, Antônio Luiz Machado. *A Liberalização Econômica da China e sua importância para as Exportações do Agronegócio Brasileiro*. Brasília: EMBRAPA, 2004, p. 17-18. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/folderTextoDiscussao/arquivos-pdf/Miolo_22.pdf>.

Acessado em: 04 Mai 2011.

¹²⁶ PINTO, Eduardo. et al. *As Relações Bilaterais Brasil – China: A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil*. IPEA, p. 11. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110408_estudochinaipeamre.pdf>

Acessado em: 03 Mai 2011

¹²⁷ Ibidem. p. 12-13.

¹²⁸ SERRA, Eduardo Gonçalves. *Considerações Sobre o Impacto da Entrada da China na OMC*. Disponível em: <<http://www.charlespennaforti.pro.br/China%20na%20OMC%20-%20Impactos.pdf>>. Acessado em: 03 Mai 2011.

dirigente da economia [...] Em nossos dias, nenhum país adota de forma pura nem a economia de mercado, nem a economia planificada, pois, desta ou daquela forma, plano e mercado estão sempre combinados em qualquer país – uns acentuando o plano, outros enfatizando o mercado competitivo. A China adota oficialmente uma economia sujeita à regulamentação macroeconômica do estado, mas atribui cada vez mais ao mercado o papel fundamental na distribuição dos recursos”¹²⁹.

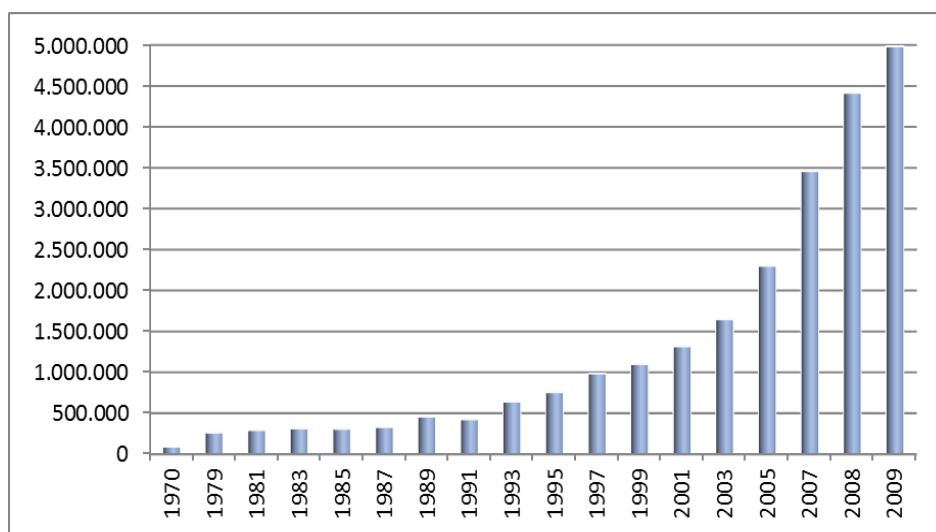
Adiante, notar-se-á como este modelo de abertura econômica gradual e de longo prazo foi fundamental à ascensão da China, bem como a importância do processo de internacionalização de empresas via IED para o desenvolvimento desta economia.

2.3.1 A ASCENSÃO ECONÔMICA E SEUS FATORES PROPULSORES

Atualmente a China é uma das economias que mais crescem no mundo, com uma média de crescimento econômico de aproximadamente 10% nos últimos anos, índice superior a das maiores economias mundiais¹³⁰, conforme demonstra a figura 2.6, a seguir, sobre a evolução do PIB chinês:

¹²⁹ Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI : (Rio de Janeiro: 2008) : *O Brasil no mundo que vem aí. Seminário: China - Brasília*: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 71.

¹³⁰ UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). UNCTADStat. 2011. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/TableView/tableView.aspx>>. Acessado: 10 Mai 2011.

FIGURA 2.6 - PIB NOMINAL DA CHINA 1979 – 2009 (US\$ MILHÕES)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos indicadores de PIB do website UNCTADStat, da UNCTAD.

Nota-se que a partir do final da década de 1970 – após serem implementadas as primeiras reformas com vistas a abertura econômica - iniciou-se na China, uma impressionante trajetória de crescimento. Do ano de 1989 a 1999, houve um aumento de 142% do PIB chinês, passando de US\$ 459 bilhões para US\$ 1,1 trilhão de dólares, respectivamente. Em 2005, a China já ocupava a posição de quarta maior economia mundial¹³¹, com um PIB anual de US\$ 2,3 trilhões, sendo superada apenas por três países desenvolvidos: Estados Unidos da América, Japão e Alemanha. Dois anos mais tarde, em 2007, subiu para a terceira posição¹³², com um PIB avaliado em US\$ 3,5 trilhões de dólares, com uma taxa de crescimento, se comparado ao valor de 2005, de aproximadamente 67%.

Em 2010, a China superou o Japão, ocupando o posto de segunda maior economia do mundo, com um PIB de 9,5% de toda a economia mundial (US\$ 5,8 trilhões), estando atrás agora apenas dos Estados Unidos, com um PIB de US\$ 14,7 trilhões de dólares¹³³.

¹³¹ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Disponível em: <<http://www.eiu.com>>. Acessado em: 09 Mai 2011.

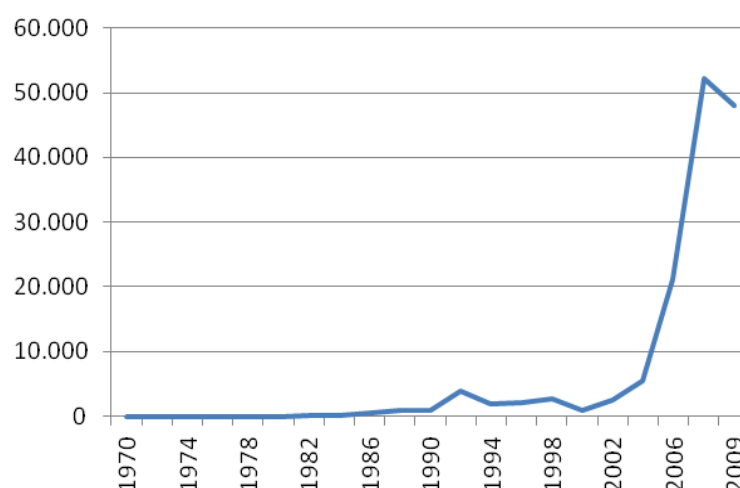
¹³²Ibidem.

¹³³Ibidm.

Segundo estudo realizado pela PricewaterhouseCoopers¹³⁴, esta liderança dos EUA como maior economia mundial está com os dias contados. Até os meados deste século, estima-se que a China e a Índia ocuparão os dois primeiros lugares consecutivamente, enquanto os EUA, atual líder, passarão a figurar na terceira posição. E o Brasil atrás dos EUA, com a quarta posição.

Não é só a considerável evolução do PIB da China, nas últimas décadas, que vem chamando à atenção. A participação da economia chinesa na emissão de IED também vem sendo destaque no cenário mundial, como pode-se verificar na figura 2.7, abaixo:

FIGURA 2.7 - FLUXOS DE SAÍDA DE IED DA CHINA 1970 – 2009
(US\$ MILHÕES)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos indicadores de IED do website UNCTADStat, da UNCTAD.

Dos anos de 1970 até o início da década de 1990, os fluxos de saída de IED da China eram praticamente nulos. A partir do ano de 1992 é que foi verificado o primeiro fluxo relevante de IED- em decorrência da articulação do “Grande Compromisso”, quando se iniciou o processo de reformas específicas na política comercial e abertura da economia chinesa através das ZEE’s - com um índice de US\$ 4 bilhões de dólares, aumento de 789% em relação aos seis anos anteriores.

¹³⁴ESTADÃO. *Estudo prevê o Brasil como o 4º PIB mundial em 2050*. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+brasil,estudo-preve-o-brasil-como-o-4o-rdm-pib-mundial-em-2050,not_50225,0.htm> . Acessado em: 12 Maio 2011.

E aos poucos, os resultados dos estímulos governamentais foram aparecendo. Como consequência da política gradual e de longo prazo implementada, em 2005 constatou-se, pela primeira vez na economia da China, uma saída de fluxo ultrapassando a marca de US\$ 10 bilhões, apresentando um índice de US\$ 12,2 bilhões de dólares. E, a partir deste ano, verificou-se uma taxa de crescimento contínua nos fluxos de IED. Do ano de 2005 para 2006, houve um surpreendente aumento dos investimentos chineses de (73%), indo para US\$ 21,1 bilhões de dólares.

Em 2008 os fluxos de IED tiveram valor recorde na história chinesa, atingindo a marca de US\$ 52,1 bilhões de dólares. No ano seguinte, como consequência da crise econômica mundial, verificou-se uma queda de 9% neste índice, caindo para US\$ 48 bilhões de dólares.

Entretanto, apesar deste valor decrescente verificado em 2009, não se pode dizer que houve uma regressão da expansão dos afluxos de IED chineses no mundo. A China vem conquistando uma posição anual cada vez melhor no Ranking dos maiores emissores mundiais de IED, onde, atualmente, ocupa a terceira posição, com total de US\$ 15 bilhões de dólares emitidos em 2010, perdendo só para os EUA e Países Baixos. Deste total do fluxo de saída de IED da China, em 2010, US\$ 7,3 bilhões foram injetados na economia brasileira¹³⁵.

“Essa expansão do IDE chinês é uma decorrência da estratégia governamental que articula, por um lado, o controle dos fornecedores de energia e alimento e, por outro, a expansão em setores onde as empresas industriais chinesas tem se desenvolvido, como o de automóveis, informática, telecomunicações, etc”¹³⁶.

Segundo estudo do IPEA, dos US\$ 229,6 bilhões de dólares relativos ao estoque de saída de IED da China, em 2009, um pouco mais de três quartos foram direcionados para as atividades de serviços financeiros e comércio de atacado e varejo (setor terciário); correspondendo a 17,2%, vieram as atividades de mineração e

¹³⁵ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-globo/2011/05/05/america-latina-atraiu-us-112-bilhoes-em-2010>>. Acessado em: 10 Mai 2011.

¹³⁶ HOLLAND & BARBI, 2010 *apud* PINTO, Eduardo. et al. *As Relações Bilaterais Brasil – China: A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil*. IPEA, 2011, p. 35. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110408_estudochinaipeamre.pdf> Acessado em: 03 Mai 2011.

exploração de petróleo (setor primário); e por último, com uma pequena participação no estoque total de IED realizado pela China (5,2%), está o segmento de manufaturas.¹³⁷

“Cabe destacar que a participação do IDE chinês no setor manufatureiro está subestimado, pois a participação do setor terciário é fruto do grande volume de IDE relacionado aos investimentos para constituição das companhias *holdings*, matrizes regionais, geralmente localizadas nos centros financeiros. A partir desses centros, essas empresas puderam diversificar seus investimentos para terceiros países nos mais diversos setores”¹³⁸.

Quanto à entrada de IED, apesar da China ser considerada um mercado hostil - por conta de uma série de barreiras que incluem desde restrições ao investimento externo, procedimentos burocráticos complexos e deficiência do governo na garantia de direitos dos investidores, entre outros - desde o início dos anos 80, quando foram criadas as primeiras reformas específicas para a abertura de sua economia ao mundo, ela se tornou alvo de investimentos estrangeiros¹³⁹.

Atualmente, este país emergente se coloca como um dos maiores receptores de IED do mundo, e o principal destino dentre os investimentos de países desenvolvidos¹⁴⁰.

Foi a partir do ano de 1992, como resultado da política liberal de desenvolvimento econômico traçada por Deng Xiaoping, que o ingresso de IED na China teve um aumento considerável, atingindo pela primeira vez a marca de US\$ 11 bilhões de dólares, com crescimento de mais de 100% em relação ao ano anterior (US\$ 4,36 bilhões)¹⁴¹.

Desde então os fluxos de entrada de IED na economia chinesa tiveram relevante expansão. Dados dos últimos dez anos demonstram que a China recebeu

¹³⁷PINTO, Eduardo. et al. *As Relações Bilaterais Brasil – China: A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil*. IPEA, 2011, p. 35. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110408_estudochinaipeamre.pdf> Acessado em: 03 Mai 2011.

¹³⁸MOFCOM, 2010 *apud* PINTO, Eduardo. et al. *As Relações Bilaterais Brasil – China: A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil*. IPEA, 2011, p. 35. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110408_estudochinaipeamre.pdf> Acessado em: 03 Mai 2011.

¹³⁹MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Estudo sobre Investimentos Brasileiros Diretos na República Popular da China*. CARBONELL, Livia. Brasília: 2001, p. 1.

¹⁴⁰Ibidem.

¹⁴¹UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). UNCTADStat. 2011. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/TableViewer/tableView.aspx>>. Acessado: 13 Mai 2011.

5,93% dos IED's do mundo, dos quais aproximadamente 19% vieram direcionados de países desenvolvidos¹⁴².

Em 2008, os fluxos atingiram uma marca recorde de US\$ 108 bilhões de dólares. E, em 2010, um índice próximo a este foi registrado, alcançando o valor anual de US\$ 105,7 bilhões¹⁴³.

Dentre os principais países investidores na economia chinesa, no ano de 2010, que contribuíram com valor acima de US\$ 1 bilhão de dólares, aparece, em primeiro lugar, Hong Kong¹⁴⁴, seguido por Taiwan, Cingapura, Japão, Estados Unidos, Coreia do Sul, Reino Unido e França, respectivamente. Assim, pode-se concluir que a maioria do fluxo de entrada de IED na China é proveniente de países asiáticos¹⁴⁵.

Segundo Ministério do Comércio da China, estes altos valores registrados de entrada de IED no país, serão brevemente superados pelo fluxo de saída de IED. A perspectiva é de que, num prazo de três anos, os investimentos chineses no exterior aumentem de forma surpreendente, com uma taxa anual de crescimento que deve ficar entre 20 e 30 por cento nos próximos anos, o que provavelmente resultará em uma melhor posição da China dentro do Ranking mundial de maiores países investidores¹⁴⁶.

Outras estatísticas que podem ser analisadas para reafirmam a atual posição da China como potência em ascensão são: o seu volume de reservas internacionais, no valor de US\$ 854 bilhões de dólares, o maior do mundo; a China ocupa o posto de terceira nação com maior fluxo comercial; é a segunda maior importadora de petróleo e consome cerca de um terço de todo o aço produzido no mundo¹⁴⁷.

“O que pode sustentar uma nação como sendo uma grande potência, ao longo dos anos, é a combinação entre os fatores de capacidade de inovação tecnológica e de produção econômica, juntamente com a eficácia do poderio militar. A extensão do território e tamanho da população também tornam-se

¹⁴² UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). UNCTADStat. 2011. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/TableViewer/tableView.aspx>>. Acessado: 13 Mai 2011.

¹⁴³ MINISTÉRIO DO COMÉRCIO DA CHINA. *Statistics: Foreign Direct Investment*. Disponível em: <<http://english.mofcom.gov.cn/static/column/statistic/foreigninvestment.html/1>> Acesso em 13 Mai 2011.

¹⁴⁴ Neste estudo Hong Kong por fazer parte de uma região administrativa especial, os dados não entram nas estatísticas chinesas.

¹⁴⁵ MINISTÉRIO DO COMÉRCIO DA CHINA. *Statistics: Foreign Direct Investment*. Disponível em: <<http://english.mofcom.gov.cn/static/column/statistic/foreigninvestment.html/1>> Acesso em 13 Mai 2011.

¹⁴⁶ Ibidem.

¹⁴⁷ INSTITUTO DO PVC. TREVISAN, Cláudia. Disponível em: <http://www.institutodopvc.org/publico/?a=conteudo_link&co_id=102>. Acesso 13 Mai 2011.

fatores importantes, principalmente em tempos de universalização dos processos de industrialização”¹⁴⁸.

Assim, considerando o fato de que a China é o maior país asiático e figura entre o quarto país com maior território do mundo e o primeiro a nível de detentor da maior população mundial do planeta (1,3 bilhão de habitantes),¹⁴⁹ além de ser um país abundante em recursos naturais, pode-se dizer que sua evolução e inserção na economia mundial foi uma consequência natural¹⁵⁰.

O fato de se ter a maior população do planeta implica a presença de mão-de-obra barata e abundante, verificada na China. A força de trabalho potencial no país é estimada em 780 milhões de pessoas, além de o trabalhador chinês estar entre os que recebem o pior salário do mundo, e os menores benefícios, o que torna as condições laborais no país bastante vantajosas¹⁵¹.

“A combinação entre, de um lado, custos reduzidos em termos de emprego de capital para a utilização da vasta mão-de-obra disponível e, de outro, a existência de altas taxas de poupança interna e de investimentos decorrente do ainda baixo nível de consumo da população tem sido apontada como razão principal do acelerado crescimento chinês”¹⁵².

A estrutura industrial chinesa possibilita altos ganhos pela produtividade e principalmente economia de escala. Com uma estrutura industrial de 500 setores (em 1990 a China representou papel ativo na reorganização da produção industrial em escala mundial), uma vasta disponibilidade de mão-de-obra intensiva em trabalho intensivo e em capital (utilização de tecnologia de ponta com baixa utilização de capital humano); baixa carga tributária; baixa remuneração trabalhista; abundância de recursos naturais (titânio, prata, alumínio, petróleo, fósforo, ferro, enxofre, estanho, etc.); taxa de câmbio fixa e desvalorizada (8,28 yuan / dólar – o que facilita as exportações chinesas no mercado mundial pois diminuí o valor dos produtos exportados); e a pirataria (produção de um produto semelhante ao do concorrente a preços bem mais baratos); os custos de

¹⁴⁸ KENNEDY, 1988 *apud* LYRIO, Maurício Carvalho. *Ascensão da China como Potência: Fundamentos Políticos Internos*. Ministério das Relações Exteriores. Fundação Alexandre Gusmão, 2010, p. 31-32.

¹⁴⁹ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook: China*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>>. Acessado em: 13 Mai 2011.

¹⁵⁰ KUAZAQUI, Edmir. *Estratégias de Entrada e Operação em Mercados Internacionais: China*. In: Amatucci, Marcos (Org.). *Internacionalização de empresas: teorias, problemas e casos*. São Paulo: Atlas, 2009, Cap. 6, p. 146.

¹⁵¹ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook: China*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>>. Acessado em: 13 Mai 2011.

¹⁵² LYRIO, Maurício Carvalho. *Ascensão da China como Potência: Fundamentos Políticos Internos*. Ministério das Relações Exteriores. Fundação Alexandre Gusmão, 2010, p. 37.

produção na economia chinesa acabam por ser baixíssimos - se comparados a de outros lugares - o que faz destes, os fatores que têm contribuído diretamente para que a economia chinesa esteja em estágio de plena ascensão¹⁵³.

Assim, pode-se dizer que a atual ascensão da China no cenário internacional deve-se, em grande parte, a quatro principais fatores: mão-de-obra barata, desvalorização cambial, baixo custo de produção e alto índice de pirataria¹⁵⁴.

A maioria destes fatores supracitados são também os que atuam como atrativos à entrada de IED na economia chinesa¹⁵⁵.

O grande fluxo de entrada de IED na China tem se posicionado como outro elemento importante, pois dá suporte à sustentação das elevadas taxas de crescimento econômico e assim, acaba por ser mais um aspecto fundamental na crescente trajetória de desenvolvimento e ascensão da economia chinesa¹⁵⁶.

Demonstrar-se-á, a seguir, o quanto as empresas chinesas vêm ganhando mercados em todo o mundo.

2.4 A INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS CHINESAS

Apesar das desvantagens que o país possui em termos de diferença de cultura, ambiente institucional, línguas, ambiente político, entre outros, a China vem se destacando e ganhando cada vez mais importância na arena internacional, com empresas

¹⁵³KUAZAQUI, Edmir. *Estratégias de Entrada e Operação em Mercados Internacionais: China*. In: Amatucci, Marcos (Org.). *Internacionalização de empresas: teorias, problemas e casos*. São Paulo: Atlas, 2009, Cap. 6, p. 146-147.

¹⁵⁴O GLOBO. *China cresce 10,7% e pode tirar da Alemanha posto de 3ª maior economia do mundo*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/01/25/287553181.asp>>. Acessado em: 13 Mai 2011.

¹⁵⁵MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Estudo sobre Investimentos Brasileiros Diretos na República Popular da China*. CARBONELL, Livia. Brasília: 2001, p. 3-4.

¹⁵⁶CRESCIMENTO ECONÔMICO DE LONGO PRAZO NA CHINA: UMA INVESTIGAÇÃO ECONOMETRICA. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A067.pdf>> Acesso em: 13 Mai 2011.

multinacionais espalhadas em todo o globo e com perspectiva de se tornar a maior economia do mundo nos próximos anos¹⁵⁷.

Esta evolução apresentada pelo país nas últimas décadas só foi possível de ser consolidada por meio do eficaz papel desempenhado pelo governo chinês que contribuiu de forma determinante para o desenvolvimento desta economia asiática.

Dentre todas as reformas e projetos apresentados na seção do histórico de abertura comercial, cabe ainda salientar que, no final da década de 1990, a China formulou como instrumento fundamental para o seu desenvolvimento econômico e inserção geopolítica, uma estratégia para internacionalização de empresas, denominada “Going Global”, adotada no ano de 2000¹⁵⁸.

O programa visava atingir quatro principais objetivos¹⁵⁹:

- Aumentar os IED’s chineses através da descentralização e relaxamento das concessões de autorização para saída das suas empresas domésticas;
- Melhorar o nível e a qualidade dos projetos de IED;
- Reduzir os controles de capitais e criar novos canais de financiamento de projetos de internacionalização; e,
- Com o objetivo de promover o reconhecimento das marcas das empresas chinesas, buscou-se integrar a sua política de internacionalização de empresas a outras políticas existentes para o setor externo;

O governo chinês atuou severamente, como peça indispensável neste processo de internacionalização de suas empresas, incentivando as firmas por meio de mecanismos de financiamento e desburocratização do processo administrativo para a realização de IED¹⁶⁰, além de outros incentivos, previstos no programa “*Going Global*”, que serão tratados no próximo capítulo.

¹⁵⁷VIEIRA, Flávio Vilela. VERISSIMO, Michele Polline. *Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul*. Economia e Sociedade. Campinas: 2009, v.18, p. 513-546. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182009000300004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acessado em: 17 Abr 2011.

¹⁵⁸ ACIOLY & LEÃO, 2011; HOLLAND & BARBI, 2010 *apud* ACIOLY, Luciana. PINTO, Eduardo Costa. CINTRA, Marcos Antonio. AS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL – CHINA: A ASCENSÃO DA CHINA NO SISTEMA MUNDIAL E OS DESAFIOS PARA O BRASIL. IPEA, 2011, p. 19. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110408_estudochinaipeamre.pdf>. Acesso 09 Mai 2011.

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ Ibidem.

Neste contexto, após os anos 2000, verificou-se um rápido avanço do processo de internacionalização das empresas chinesas¹⁶¹.

No cenário atual, algumas multinacionais chinesas já alcançaram tamanho nível de competitividade internacional, que vêm atuando como verdadeiros *global players*. De acordo com o último Ranking Mundial das 100 Empresas Mais Transnacionais em 2008, realizado pela UNCTAD, pode-se notar - apesar da enorme presença de multinacionais de países desenvolvidos- uma singela participação de empresas chinesas (incluindo Hong Kong), onde constam a Hutchison Whampoa Limited, China Ocean Shipping (Group) Company e CITIC Group¹⁶².

Em 2006, a consultoria Boston Consulting Group publicou um estudo chamado New Global Challengers, que apresenta um Ranking das cem empresas, pertencentes a países emergentes, com potencial de se tornarem importantes *players* do século XXI¹⁶³.

A China liderou a lista com 44 empresas, a Índia apareceu em segundo (21 empresas) e o Brasil em terceiro (12 empresas). Entre as empresas chinesas estão Aluminium Corporation of China (Chalco), PetroChina Company, Haier Company, BOE Technology Group Company, Hisense, Midea Holding Company, Lenovo Group, China FAW Group Corporation, China HuaNeng Group, Galanz Group Company. Das brasileiras estão Petrobrás, Sadia, Embraer, Embarco, Perdigão, entre outras¹⁶⁴.

“A presença das empresas chinesas no mundo, tanto em termos setoriais como geográficos, mostra uma tendência à diversificação de seus negócios e a um ganho de experiência no aproveitamento de novas oportunidades. As empresas estatais nesse modelo chinês têm papel relevante ao se constituírem como empresas líderes que se articulam e abrem oportunidades para empresas menores e do setor privado”¹⁶⁵.

No Brasil, os investimentos diretos chineses vêm apresentando grande oscilação, embora seja notado, a partir de 2007, um crescimento mais regular. Neste

¹⁶¹ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Comunicados do IPEA nº 84. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110405_comunicadoipea84.pdf>. Acessado em: 15 Mai 2001.

¹⁶² UNITED Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). World Investment Report 2009: Transnational Corporations, Agricultural Production and Development. Genebra: United Nations. p. 228-230. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/wir2009_en.pdf>. Acesso em: 05 Mai 2011.

¹⁶³ O Ranking completo pode ser encontrado em THE BOSTON CONSULTING GROUP. Disponível em: <http://iis-db.stanford.edu/evnts/4326/New_Global_Challengers_May06.pdf>. Acessado em: 14 Mai 2011.

¹⁶⁴ ARQUIVOCHINA.COM. Disponível em: <<http://arquivochina.wordpress.com/2006/08/16/top-100-multinacionais-do-seculo-21-41-chinas-e-12-brasileiras/>>. Acessado em: 14 Mai 2011.

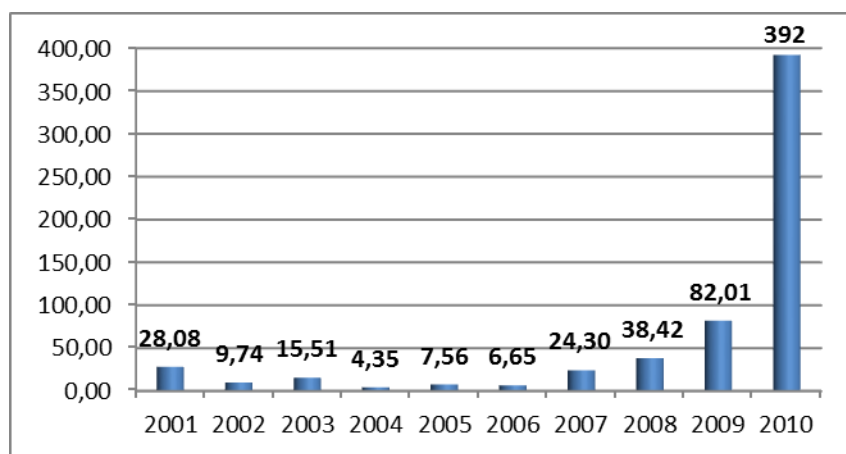
¹⁶⁵ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Comunicados do IPEA nº 84. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110405_comunicadoipea84.pdf>. Acessado em: 15 Mai 2011.

ano, verificou-se que os fluxos de IED chineses tiveram um surpreendente aumento de 265%, em relação ao ano anterior, alcançando a marca de US\$ 27,3 milhões de dólares. Em 2008, o incremento foi de 58% (US\$ 38,4 milhões), em 2009 de 113%, em relação a este último ano, subindo para US\$ 82 milhões de dólares. Em 2010, os investimentos totalizaram US\$ 392 milhões, o que significa um aumento de 372% em relação aos investimentos realizados pela china no Brasil em 2009.¹⁶⁶

Em apenas três meses, do ano de 2010, as empresas chinesas fecharam negócios no Brasil em valores dez vezes maiores que os investimentos realizados no país nos últimos três anos. Em 2010, os chineses anunciaram US\$ 20 bilhões de investimentos, onde o maior deles foi a compra das operações brasileiras da espanhola Repsol pela estatal Sinopec, numa operação de aproximadamente US\$7 bilhões de dólares¹⁶⁷.

A figura 2.8, a seguir, mostra a evolução da entrada de IED chineses no Brasil:

**FIGURA 2.8 - INVESTIMENTOS DIRETOS DA CHINA NO BRASIL
2001 – 2010 (US\$ MILHÕES)**



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Banco Central do Brasil.

Desses investimentos, em 2009, 73,2% dos recursos chineses foram aplicados no setor de bancos múltiplos, com carteira comercial, seguido pelo comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (4,0%), serviços combinados de escritório e apoio administrativo (4,0%), fabricação de motocicletas

¹⁶⁶ BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/ingressos/htms/index3.asp?idpai=INVEDIR>>. Acesso 15 Mai 2011.

¹⁶⁷ ESTADÃO. *Investimentos chineses cresceram 36,6% em 2010*. Disponível em:

<http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110119/not_imp668043,0.php>. Acessado em: 15 Mai 2011.

(2,8%) e comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho (1,5%)¹⁶⁸.

Segundo o Banco Central do Brasil, a China subiu da 27ª colocação no Ranking dos principais países investidores no Brasil, em 2009, para a 20ª, em 2010¹⁶⁹.

Assim, levando em conta todos os dados estatísticos da China apresentados até o presente momento e o crescente potencial investidor que o país vem desenvolvendo, com um estoque de investimentos externos diretos no valor de US\$ 229,6 bilhões de dólares (2009)¹⁷⁰, a China deverá se considerada, cada vez mais, como investidor de peso na economia brasileira.

São várias as empresas chinesas que já marcam presença no Brasil e movimentam grandes fluxos de capitais na economia.

A siderúrgica estatal Wuhan Iron & Steel (WISCO), uma das maiores da China, anunciou em 2010 recursos de US\$ 11 bilhões em projetos em Minas Gerais e Rio de Janeiro. A maior parte do dinheiro será direcionada para o projeto siderúrgico no Porto do Açu, no norte do Estado do Rio de Janeiro.¹⁷¹ A empresa fechou a compra de 21,5% da MMX por US\$ 400 milhões, o que envolve contrato de longo prazo para fornecimento de minério por vinte anos. Também anunciou parceria com a EBX para a construção de uma siderúrgica com capacidade de produção de 5 mt no Porto do Açu. O valor do investimento seria de US\$ 4,7 bilhões de dólares, sendo 70% da China, com participação do China Development Bank¹⁷².

A Huawei, segunda maior fabricante mundial de equipamentos para redes móveis, está no Brasil desde 1999. Hoje, a empresa é líder no mercado de banda larga fixa e móvel, e detém 70% do mercado nacional de modems USB de acesso 3G, com mais de US\$ 1 milhão de terminais vendidos desde a implantação do sistema no país. Além disso, a empresa é líder no fornecimento de infraestrutura de redes para as

¹⁶⁸ BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/ingressos/htms/index3.asp?idpai=INVEDIR>>. Acesso 15 Mai 2011.

¹⁶⁹ Ibidem.

¹⁷⁰ PINTO, Eduardo. ACIOLY, Luciana. CINTRA, Marcos Antonio M. *As Relações Bilaterais Brasil – China: A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil*. IPEA, 2011, p. 35. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110408_estudochinaipeamre.pdf> Acessado em: 03 Mai 2011>. Acesso 03 Mai 2011.

¹⁷¹ ESTADÃO. *No Brasil, investimento chega a US\$ 20 bilhões*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100830/not_imp602255,0.php>. Acesso 13 Abr 2011.

¹⁷² EXAME. Disponível Em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/eike-vende-21-5-mmx-chineses-us-400-mi-515789>> Acesso 13 Abr 2011.

principais operadoras de telefonia móveis e fixas no Brasil. Em 2008, o faturamento da Huawei no Brasil atingiu US\$ 1 bilhão, numa crescente expansão de contratos e ampliação do trabalho de pesquisa e desenvolvimento.¹⁷³ A empresa anunciou em abril deste ano, durante a visita da presidente Dilma à China, que fará investimento de US\$ 350 milhões, para a construção de um centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Campinas (SP)¹⁷⁴.

A petrolífera Sinochem, também uma das maiores da China, adquiriu 40% do campo de Peregrino, na área do pré-sal, que pertencia à norueguesa Statoil, por US\$ 3,07 bilhões de dólares¹⁷⁵.

A empresa chinesa de energia elétrica State Grid, comprou sete concessionárias de transmissão que pertenciam à espanhola Plena por US\$ 1,7 bilhão. A State Grid assumirá ainda cerca de US\$ 720 milhões em dívidas. Em contato com o SECOM da Embaixada Brasileira em Pequim, representantes do escritório brasileiro do Standard Bank, que intermediou a compra das linhas de transmissão de energia, mencionaram que haveria projetos muito maiores em gestação¹⁷⁶.

A mineradora chinesa Honbridge investiu US\$ 400 milhões, em 2010, no projeto Salinas de minério de ferro, da Votorantim em Minas Gerais, e se comprometeu a investir US\$ 3 bilhões no projeto até 2013¹⁷⁷.

A mineradora East China Mineral Exploration and Development Bureau pagou, em 2010, US\$ 1,2 bilhão pela Itaminas e suas minas de ferro. A mineradora tem reservas de mais de 1,3 bilhão de toneladas e produz cerca de US\$ 3 milhões de toneladas (MT) de minério de ferro por ano¹⁷⁸.

O Grupo Chinês Sinopec comprou, em outubro de 2010, 40% das operações brasileiras da espanhola Repsol por US\$ 7,1 bilhões, criando uma das maiores empresas

¹⁷³HUAWEI. Disponível em: <<http://www.huawei.com/pt/catalog.do?id=302>>. Acessado em: 13 Abr 2011.

¹⁷⁴ESTADÃO. *Chinesa Huawei investirá US\$ 350 milhões em Campinas*. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/not_62325.htm>. Acessado em: 13 Abr 2011.

¹⁷⁵O GLOBO. *Estatual chinesa Sinochem compra fatia de 40% em campo de petróleo no Brasil*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/05/21/estatal-chinesa-sinochem-compra-fatia-de-40-em-campo-de-petroleo-no-brasil-por-us-3-bi-916645291.asp>>. Acessado em: 13 Abr 2011.

¹⁷⁶EXAME. *Eles já estão entrem nós*. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0970/noticias/eles-ja-estao-567881>>. Acessado em: 13 Abr 2011.

¹⁷⁷Ibidem.

¹⁷⁸CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/jornal/jc20100625.pdf>>. Acesso 14 Abr 2011.

privadas de energia da América Latina. A companhia está projetando uma produção de 200 mil barris de petróleo por dia¹⁷⁹.

A chinesa Zongshen, comprou 50% das ações da CR Motors (CR Zongshen), e comprou também em 2009 a brasileira Kasinski. Em janeiro de 2011 foi divulgado que a empresa está construindo em Manaus um centro industrial que vai abrigar, além de uma nova fábrica, com capacidade para 180 mil motocicletas ao ano, um grupo de fornecedores para operar em sistema modular. Três empresas da China já confirmaram unidades para produzir chassis, assentos e peças plásticas. Fabricantes de outras peças estão em negociação. O centro industrial ficará pronto em 2013. Outra fábrica será inaugurada no segundo semestre em Sapucaia (RJ) e concentrará a produção de motos e bicicletas elétricas. A unidade se chamará ePower e terá capacidade para 20 mil veículos ao ano¹⁸⁰.

A empresa chinesa de máquinas pesadas XCMG destinará cerca de R\$ 334 milhões de reais em Pouso Alegre, no sul de Minas Gerais, para a construção de uma fábrica, que deve gerar cerca de cinco mil empregos diretos e indiretos. Este valor é o maior investimento da China no Brasil até o momento. As obras da nova fábrica chinesa devem começar em julho, com início da produção programada para os primeiros meses de 2012¹⁸¹.

Empresas como Lenovo, de computadores, e ZTE, de equipamentos para telecomunicação, já produzem há alguns anos no Brasil.

Em relação a perspectivas de investimentos chineses no Brasil, a Haier, uma das maiores chinesas produtoras de eletrônicos e eletroeletrônicos, também negocia a instalação de uma fábrica no país¹⁸².

A Chery, maior montadora chinesa de automóveis, anunciou que estabelecerá uma fábrica no Brasil em um investimento de US\$ 700 milhões em três anos. O

¹⁷⁹ O GLOBO. *Sinopec compra 40% da Repsol Brasil por US 7,1 bi*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/10/01/sinopec-compra-40-da-repsol-brasil-por-us7-1-bi-922674745.asp>>. Acesso 14 Abr 2011.

¹⁸⁰ ESTADÃO. *Dona da Kasinski investe em nova fábrica e atrai fornecedores da China*. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/Neg%C3%B3cios+Ind%C3%BAstria,dona-da-kasinski-investe-em-nova-fabrica-e-atrai-fornecedores-da-china,not_52773.htm>. Acesso 14 Abr 2011.

¹⁸¹ ESTADÃO. *Empresa Chinesa fará investimento recorde no Brasil*. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/empresa-chinesa-fara-investimento-recorde-no-brasil>>. Acesso 14 Abr 2011.

¹⁸² A GAZETA. *Vila Velha quer gigante Chinesa dos eletrônicos instalada no município*. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/04/a_gazeta/minuto_a_minuto/830218-vila-velha-quer-gigante-chinesa-dos-eletronicos-instalada-no-municipio.html>. Acesso 14 Abr 2011.

presidente da empresa declarou que a fábrica será construída em Jacareí (SP) para produzir inicialmente 50 mil carros ao ano, e a previsão é de atingir produção de 150 mil veículos ao ano¹⁸³.

A Sany Heavy Industries investirá US\$ 100 milhões em uma fábrica de guindastes e escavadeiras no interior paulista nos próximos anos¹⁸⁴.

A Haima, marca chinesa, representada pelo grupo Districar declarou que irá investir R\$ 200 milhões para a montagem de automóveis compactos no Brasil, inicialmente com peças importadas da China. A montadora tem planos de iniciar montagem de um sedã e um utilitário em 2013. De acordo com o presidente da empresa, a primeira fase prevê produção de 30 mil a 50 mil unidades anuais¹⁸⁵.

O presidente do China Investment Corporation (CIC), fundo soberano do país que possui US\$ 500 bilhões para investir, anunciou recentemente que o Brasil está entre suas prioridades e receberá mais dinheiro do que a Europa. Além disso, recentemente, a Petrobras recebeu um aporte de US\$ 10 bilhões do governo chinês, a ser pago em barris de petróleo ao longo dos próximos anos¹⁸⁶.

Já em relação à saída de IED do Brasil, ainda que os fluxos de investimento brasileiro no mundo tenham crescido consideravelmente nos últimos anos, a presença de empresas brasileiras no exterior ainda é muito limitada. No ambiente asiático, em especial, os fluxos destes investimentos são bastante escassos, principalmente em função da distância física e psíquica entre os continentes¹⁸⁷.

No entanto, as relações comerciais entre o Brasil e a China têm se intensificado nos últimos anos, e as empresas brasileiras estão adquirindo cada vez mais participação no mercado chinês, apesar do marco regulatório da China dificultar muito a instalação

¹⁸³ ESTADÃO. *Montadora chinesa terá fábrica de US\$ 700 milhões em Jacareí*. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios+industria,montadora-chinesa-tera-fabrica-de-us-700-milhoes-em-jacarei,not_30280,0.htm>. Acesso 14 Abr 2011.

¹⁸⁴ CÂMARA BRASIL-CHINA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Disponível em: <http://www.cbcd.org.br/home/noticias_detalhe.asp?paCodNoticia=3543>. Acesso 14 Abr 2011.

¹⁸⁵ ESTADÃO. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/jt-seu-bolso/tag/haima/>>. Acesso 15 Abr 2011.

¹⁸⁶ CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. Disponível em: <<http://www.cebc.org.br/sites/500/521/00001335.pdf>>. Acesso 15 Mai 2011.

¹⁸⁷ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Estudo sobre Investimentos Brasileiros Diretos na República Popular da China*. CARBONELL, Livia. Brasília: 2001, p. 22-23.

de empresas estrangeiras no país, contendo várias restrições à entrada de IED. O governo impõe restrições a propriedades de capital estrangeiro em diversos setores¹⁸⁸.

Dentre as principais empresas brasileiras instaladas na economia chinesa, encontra-se a Embraer, empresa do setor de aviação, que iniciou sua presença no país no ano de 2000, em Pequim. Em 2002 esta empresa assinou acordo para a constituição, por meio de uma *joint-venture*, de uma unidade de produção com a empresa chinesa AVIC II. A unidade se encontra operante e tem como objetivo produzir, montar e coordenar as operações de venda e suporte pós-venda dos aviões da família ERJ-145, de 50 lugares. A empresa vem tentando sem êxito uma licença do governo para produzir um avião maior, o E-190 (capacidade para 120 passageiros). Como a China está desenvolvendo esse tipo de avião, a empresa está enfrentando dificuldades na obtenção de autorização para fabricação dessa aeronave¹⁸⁹.

A mineradora brasileira Vale também se encontra na China, onde produz pelotas de minério de ferro na China. A empresa tem participação de 25% em duas usinas de pelotização: a de Anyang e a de Zhuhai YPM, que faz parte do Complexo Siderúrgico de Yueyufeng e possui instalações portuárias usadas para enviar minério. A empresa ainda tem uma participação minoritária em outras duas empresas no país: Longyu e Yankuang para a produção de carvão, além de uma refinaria de níquel, atividades de pesquisa e um escritório em Xangai¹⁹⁰.

A empresa catarinense WEG, fabricante de motores elétricos, possui planta industrial na China desde 2005, quando adquiriu uma planta que pertencia à chinesa Weifu Electric Moto. A fábrica está localizada na Zona de Desenvolvimento Econômico da província de Jiangsu¹⁹¹.

A empresa de rodas automotivas Maxion instalou uma fábrica de rodas rodoviárias na China em 2008, com o objetivo de usar o país como base de exportação.

¹⁸⁸ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Estudo sobre Investimentos Brasileiros Diretos na República Popular da China*. CARBONELL, Lívia. Brasília: 2001, p. 22-23.

¹⁸⁹ EMBRAER. *Conheça a Embraer: Presença Global*. Disponível em <<http://www.embraer.com/pt-R/ConhecaEmbraer/PresencaGlobal/Paginas/Home.aspx>>

e Estadão: *China deve manter acordo com o Brasil na aviação*. 04 mar 2011. Disponível em <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110304/not_imp687420,0.php> Acesso em 14 Mai 2011.

¹⁹⁰ VALE. *Vale no Mundo*. Disponível em: <<http://www.vale.com/pt-br/conheca-a-vale/mundo-afora/paginas/default.aspx>> Acesso em 14 Mai 2011.

¹⁹¹ O ESTADO DE SÃO PAULO: *Empresas brasileiras mudam foco na China e buscam o mercado local*. 18 Set 2009. Disponível em <<http://www.weg.net/br/Media-Center/WEG-na-Imprensa/O-Estado-de-S.Paulo/Empresas-brasileiras-mudam-foco-na-China-e-buscam-o-mercado-local>> Acessado em: 14 Abr 2011.

A planta está localizada na Zona de Desenvolvimento Econômico de Nantong, na província de Jiangsu. A capacidade atual de produção da empresa é de 600 mil rodas para veículos comerciais, e a intenção é atingir a capacidade de produção de 1,8 milhão de rodas por ano em 2012 ¹⁹².

Recentemente, em julho de 2010, a Fras-le, empresa brasileira produtora de materiais de fricção, inaugurou uma fábrica na cidade de Pinghu, na Província de Zhejiang, na China. O presidente da empresa anunciou que em outubro a fábrica passará pela primeira expansão com acréscimo de área e de funcionários. A ampliação da Fras-le Asia, que somente em maquinário exigiu investimentos de US\$ 2,5 milhões, agregará uma área adicional de 4.400 m² aos atuais 3.500 m². Os 75 funcionários passarão a 140 até o final de 2010. A nova área da Fras-le Asia abrigará almoxarifados, expedição de produtos e laboratório de controle de qualidade, além da área administrativa ¹⁹³.

Os investimentos brasileiros na China enfrentam uma série de obstáculos, que variam desde impedimentos no país de origem, como a alta carga tributária que incide sobre as empresas e a falta de incentivos do governo, até barreiras no país receptor, em especial a forte regulação dos IED pelo governo chinês. Dificuldades específicas enfrentadas pelas empresas brasileiras na China são as diferenças no idioma, nas relações interpessoais, nos métodos gerenciais e na relação do governo com a produção no país. Poucas empresas brasileiras possuem a disposição e os recursos necessários para ingressar de maneira bem sucedida no mercado chinês ¹⁹⁴.

O marco regulatório complexo e restritivo da China também configura um forte impedimento para a instalação de empresas estrangeiras no país. Ademais, as empresas brasileiras enfrentam muitas barreiras por atuarem em setores concorrentes com as empresas chinesas. Uma das principais barreiras é a obrigatoriedade de formação de parceria com empresas locais em diversos setores de interesse brasileiro ¹⁹⁵.

¹⁹² MAXION (NANTONG) WHEELS CO. *About Us*. Disponível em <<http://www.maxionwheels.com.cn/web/en/index.php>> Acesso em 14 Mai 2011.

¹⁹³ FRAS-LE PORTAL CORPORATIVO. *Fras-le Asia é inaugurada oficialmente*. Jul 2010. Disponível em: <<http://www.fras-le.com.br/fras-le/Noticias/Estrutura.asp?NumFuncionalidade=97&NumCategoria=548&NumCategoriaF=%20548&NumPublicacao=5297&MenuLateral=s>>. Acessado em: 14 Mai 2011.

¹⁹⁴ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Estudo sobre Investimentos Brasileiros Diretos na República Popular da China*. CARBONELL, Lívia. Brasília: 2001, p. 22-23.

¹⁹⁵ IPEA. Comunicado nº 86: *Relações comerciais e de investimentos do Brasil com os demais países do BRICS*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110413_comunicadoipea86.pdf>. Acessado em: 14 Mai 2011. p. 38.

Ademais, o modelo econômico adotado pela República da China, foi um sucesso, e possibilitou esta grande internacionalização de empresas chinesas que vemos hoje. Sem seu governo atuando fortemente, por meio de políticas públicas eficazes, isto não teria sido possível.

Assim sendo, o próximo capítulo falará, em linhas gerais, do quanto estes planos de ação governamentais são importantes para a expansão das firmas.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO A INTERNACIONALIZAÇÃO

Em meio à grande globalização e consequentemente a uma economia internacional, caracterizada por uma concorrência acirrada de mercados, pode-se dizer que grande parte dos governos já reconhece a importância e necessidade dos IEDs para o aumento da competitividade e desempenho nacional, o que justifica uma atuação proativa do setor público, cada vez maior, no apoio a esses investimentos¹⁹⁶.

“Embora a decisão de se internacionalizar esteja ligada à estratégia da firma, e não ao governo, as políticas públicas atuam como estimulantes à empresa para expandir suas atividades fora da fronteira nacional, da mesma maneira que a ausência, ou inconsistência delas pode agir de forma a inibir a ação das firmas”¹⁹⁷.

Assim, com o objetivo de firmar a importância que as políticas públicas de apoio à internacionalização exercem sobre os resultados de expansão das multinacionais no globo, este capítulo se dividirá em três seções, onde a primeira irá conceitualizar o tema; a segunda apresentará as atuais políticas públicas existentes no Brasil; enquanto a terceira e última seção dissertará sobre os principais desafios e perspectivas a cerca do tema para as empresas brasileiras.

3.1 DEFINIÇÃO

As políticas públicas constituem princípios norteadores das atividades do poder público, através de um conjunto de regras e procedimentos para as relações entre o Estado e a sociedade. São políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em

¹⁹⁶. ALÉM, Ana Cláudia. CAVALCANTI, Carlos Eduardo. *O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões*. Revista do BNDES, v. 12, n. 24, DEZ. 2005, p. 66. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2403.pdf

¹⁹⁷ ALÉM, Ana Cláudia, MADEIRA, Rodrigo. *Internacionalização e competitividade: a importância da criação de empresas multinacionais brasileiras*. Além, Ana Cláudia. Giambiagi, Fábio. O BNDES em um Brasil em transição. Rio de Janeiro: BNDES, 2010, cap 2, p. 49. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_brasil_em_transicao/brasil_em_transicao_completo.pdf>. Acessado em: 15 Mai 2011.

documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que envolvem aplicação de recursos públicos¹⁹⁸.

No geral, baseado na observação da experiência internacional, a pauta das políticas públicas de apoio à internacionalização de empresas, conta com: liberalização das restrições aos investimentos no exterior, criação de instrumentos internacionais que facilitem e protejam os IED, informação e assistência técnica, incentivos fiscais; mecanismos de seguros para os investimentos e financiamento¹⁹⁹.

Na América Latina no geral, e em especial no Brasil, o apoio à internacionalização das empresas pelo governo através da elaboração de políticas públicas ainda é pouco expressivo²⁰⁰.

As políticas públicas não seguem uma linha fixa, podendo variar de acordo com diversos fatores como, por exemplo, o grau de desenvolvimento do país, o nível de competição setorial das firmas que irão se internacionalizar, as condições do balanço de pagamentos e os acordos de integração regional. De acordo com dados da UNCTAD, as principais medidas de políticas públicas de apoio a internacionalização em países desenvolvidos são: disponibilidade de financiamentos, provisão de informações, seguros e garantias, organização de missões e o desenvolvimento de projetos²⁰¹.

Entre os PEDs que possuem papel mais ativo quanto às políticas públicas de promoção a internacionalização, destacam-se os países asiáticos como a China, Índia, Cingapura, Coreia do Sul, Malásia e Tailândia. Onde, “A China merece atenção especial como um caso de internacionalização planejada, com forte inter-relação entre governo e empresas”²⁰².

¹⁹⁸ TEIXEIRA, ELENALDO CELSO. *O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade*. AATR-BA, p. 2. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf> Acessado em: 15 Mai 2011.

¹⁹⁹ ALÉM, Ana Cláudia. CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões. *Revista do BNDES*, v. 12, n. 24, DEZ. 2005, p. 66-67.

Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2403.pdf>. Acessado em: 15 Mai 2011.

²⁰⁰ ALÉM, Ana Cláudia, Fábio Giambiagi. O BNDES em um Brasil em transição. ALÉM, Ana Cláudia, MADEIRA, Rodrigo. Cap 2: Internacionalização e competitividade: a importância da criação de empresas multinacionais brasileiras. Rio de Janeiro: BNDES, 2010, p. 49.

²⁰¹ Ibidem. p. 50.

²⁰² COUTINHO, HIRATUKA E SABATTINI, 2009 *apud* Módolo, Débora Bellucci.

UM ESTUDO COMPARATIVO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS, CHINESAS E INDIANAS. p. 10. Disponível em:

<http://www.sep.org.br/artigo/5_congresso/2209_1cc4406cc97da2b12fe1ee6999a3e3ef.pdf>. Acessado em: 15 Mai 2011.

No entanto, para que os países obtenham sucesso quanto ao apoio à internacionalização, não basta só elaborar e implementar políticas públicas, é necessário também que o Estado adote critérios claros de cobrança do desempenho das empresas que usufruem das políticas de apoio a internacionalização, como por exemplo, inspecionando periodicamente o quanto a empresa tem transferido de tecnologia para o país, o quanto tem importado de insumos e etc²⁰³.

3.2 INSTRUMENTOS E AÇÕES DE APOIO A INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS

No Brasil - considerando o fato que somente no ano de 2005 é que foram introduzidas as primeiras medidas específicas de apoio ao IED - as políticas públicas ainda são um tanto quanto restritas e se encontram em fase de maturação e implementação²⁰⁴.

Assim, a maioria dos casos de empresas brasileiras que se internacionalizaram e alcançaram sucesso no mercado externo foram provenientes da iniciativa das próprias empresas e não de uma política governamental deliberada de apoio à criação de multinacionais²⁰⁵.

O atual processo de internacionalização vivenciado pelo Brasil nos últimos anos representa um momento histórico na economia nacional e é peça fundamental e determinante para o desenvolvimento do país. Ademais, diante deste novo quadro, torna-se essencial a participação do Governo na adaptação e elaboração de estratégias que visem facilitar, apoiar e intensificar as propriedades desse processo.

“Se é de interesse do Brasil que suas empresas continuem a prosperar em solo estrangeiro e cada vez mais sigam a trajetória de internacionalização, urge que o Governo, em parceria com a iniciativa privada, desenvolva

²⁰³ ALÉM, Ana Cláudia. CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões. Revista do BNDES, v. 12, n. 24, DEZ. 2005, p. 69. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2403.pdf>. Acessado em: 15 Mai 2011.

²⁰⁴ MÓDOLO, Débora B. *Internacionalização das Empresas Brasileiras, Chinesas e Indianas*. Universidade de Campinas, [data desconhecida], p. 11. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/5_congresso/2209_1cc4406cc97da2b12fe1ee6999a3e3ef.pdf>. Acessado em: 20 Abr 2011.

²⁰⁵ Ibidem. p.12

políticas públicas que incentivem esse processo. Como demonstram as experiências de Países Desenvolvidos, o apoio governamental ao Investimento Direto Externo (IDE) é de fundamental importância para a expansão da internacionalização de empresas”²⁰⁶.

Apesar das políticas públicas de apoio a internacionalização de nossas empresas ainda serem incipientes e insuficientes, nota-se esforços cada vez maiores por parte do governo de ampliar suas ações nesta esfera.

Segundo o MRE, governo brasileiro vem promovendo iniciativas que, de forma geral, visam: acelerar e garantir os contratos de empresas brasileiras no exterior em caso de mudanças na legislação dos países receptores; fortalecer apoio ao setor de pesquisa e desenvolvimento; inserir a internacionalização na pauta dos acordos bilaterais e multilaterais; institucionalizar o diálogo entre os setores público, privado e acadêmico; e estimular a divulgação de informações sobre investimentos, além de reforçar a promoção da marca Brasil. E, no âmbito das relações diplomáticas, verifica-se esforços para concretizar relações políticas favoráveis do Brasil com os demais países do globo, o que protege e facilita a expansão de IBD.

Ademais, serão listados, a seguir, os principais esforços do governo brasileiro para apoiar à internacionalização de empresas no país.

3.2.1 ACORDOS INTERNACIONAIS

Dentre os acordos internacionais relevantes ao tema, temos:

- O Acordo Brasil – União Européia: Projeto de Apoio à Inserção Internacional de Pequenas e Médias Empresas (PAIIPME) – constitui o maior programa de internacionalização do Brasil e tem como objetivo principal contribuir para a inserção competitiva do país na economia mundial e, em especial, reforçar os laços econômicos e comerciais com a União Européia. Atende atualmente cerca de 700 pequenas e médias empresas brasileiras (PME)²⁰⁷.

²⁰⁶ BRASILGLOBALNET. Disponível em:

<<http://www.brasilglobalnet.gov.br/Internacionalizacao/frmApresentacao.aspx>> Acessado em 05 Mai 2011.

²⁰⁷ FORUM INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO BRASIL-UNIÃO EUROPÉIA PARA SUPERAÇÃO DE BARREIRAS TÉCNICAS. Disponível em:

<<http://www.paiipme.com.br/forum/Sobre.php>>. Acessado em 05 Mai 2011.

▪ Os Acordos para evitar dupla tributação (ADT's) – como o próprio nome já sugere, os ADT's têm como principal objetivo a eliminação da dupla tributação entre os signatários. Mas são úteis também como instrumentos para impedir evasão fiscal, reduzir barreiras a investimentos e evitar tratamento discriminatório contra empresas com operações no exterior. Atualmente, segundo dados da Receita Federal, são vinte e sete os ADT's em vigor no Brasil, com os seguintes países: África do Sul, Argentina, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, China, Coreia, Dinamarca, Equador, Espanha, Filipinas, Finlândia, França, Hungria, Índia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Países Baixos, Peru, Portugal, República Eslovaca, República Tcheca, Suécia e Ucrânia²⁰⁸.

▪ Os Acordos de Proteção de Investimentos (APPI's) – tem como objetivo proteger os IED através da limitação do poder do Estado receptor nas questões vinculadas

“ao tratamento dos investimentos estrangeiros e evitar os chamados riscos ‘não-comerciais’, ou políticos, por meio de dispositivos que asseguram ao investidor tratamento justo e equitativo, livre gestão e operação, além de livre transferência do capital investido, seus rendimentos e outras quantias associadas ao investimento. Ainda, eles impõem condições à adoção de medidas de nacionalização e desapropriação e, quando as admitem, obrigam ao pagamento de indenização imediata, justa e adequada; e estabelecem mecanismos de solução de controvérsias entre o *investidor* e o Estado receptor do investimento, inclusive fora do âmbito da jurisdição local”²⁰⁹.

Na década de 1990, quatorze APPI's foram assinados pelo governo brasileiro, mas nenhum deles foram ratificados por objeção do Congresso Nacional, preocupado com às cláusulas de definição de investimento, de investidor-Estado, de livre-transferência, de desapropriação e de desapropriação indireta. Em 2007, foi elaborado um acordo-modelo, com linguagem alternativa para as cláusulas essenciais dos APPIs, além de propor uma linha-geral de política externa relativa ao tema²¹⁰.

3.2.2 INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTOS

²⁰⁸ BRASILGLOBALNET. Disponível em:

<<http://www.brasilglobalnet.gov.br/Internacionalizacao/frmPoliticasPublicas.aspx>>. Acesso 05 Mai 2011.

²⁰⁹ AZEVEDO, Débora Bithiah. Os Acordos para a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos Assinados pelo Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001, p.5. Disponível em:

<http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2542/acordos_promocao_azevedo.pdf?sequence=1>. Acessado em: 05 Mai 2011.

²¹⁰ BRASILGLOBALNET. Disponível em:

<<http://www.brasilglobalnet.gov.br/Internacionalizacao/frmPoliticasPublicas.aspx>>. Acesso 05 Mai 2011.

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – onde, dentre os seus principais objetivos estão à promoção do crescimento e do desenvolvimento econômico, alcançados através do aumento da competitividade das empresas brasileiras. Para isso, o BNDES disponibiliza diversas linhas de financiamento, com baixas taxas anuais de juros²¹¹.

Segundo MRE, o BNDES atua no apoio a internacionalização de empresas brasileiras através de uma linha de crédito específica aos investimentos vinculados à construção de novas unidades, à aquisição, ampliação ou modernização de unidades instaladas e à participação societária, bem como necessidades de capital de giro se associadas aos investimentos previstos acima. O BNDES também realiza operações de captação externa para repasses às empresas que desejam se internacionalizar e prevê a participação acionária do Banco no capital da empresa que pretende expandir sua participação internacional²¹².

- Banco do Brasil (BB):

“Atua através do fornecimento de capital de giro e de descontos de títulos comerciais, bem como mecanismos de financiamento à importação e de emissão de cartas de crédito de importação tanto para empresas estabelecidas no exterior como subsidiárias de grupos empresariais brasileiros quanto para multinacionais clientes do BB no Brasil. [...] E, no exterior, o posicionamento estratégico do Banco é direcionado aos segmentos de atacado e varejo em favor do apoio às comunidades de imigrantes brasileiros, do financiamento às empresas brasileiras com negócios envolvendo a corrente de comércio exterior e da atuação em mercado de capitais”²¹³.

3.2.3 APOIO INFORMACIONAL, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E OUTRAS ORIENTAÇÕES

Onde temos em destaque:

²¹¹SILVA, D.P.R..O Governo Brasileiro e a Internacionalização de Empresas. Pontifícia Universidade Católica de Minas, 2010. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20100920143702.pdf?PHPSESSID=7aa50454c994859bfd4af1087ce4af82>. Acessado em 05 Mai 2011.

²¹²BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINEM/index.html>. Acessado 05 Mai 2011.

²¹³BRASILGLOBALNET. Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/Internacionalizacao/frmPolíticasPublicas.aspx>>. Acesso 05 Mai 2011.

▪ O Ministério das Relações Exteriores – que promove atividades de inteligência e de promoção comercial, prestando assistência aos empresários nacionais e estrangeiros de diversas formas. Estas ações são coordenadas pelo seu Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR), com apoio dos 86 Setores de Promoção Comercial (SECOMs)²¹⁴ localizados em mais de 70 países. Onde, o Departamento utiliza como principal ferramenta de difusão de informação e das suas atividades de inteligência comercial o sítio da BrasilGlobalNet²¹⁵.

Outros esforços do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos estão sendo feitos para a reestruturação da rede do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI) e das atividades de planejamento estratégico que permitam a coordenação das atividades dos atores governamentais interessados em estimular a internacionalização de empresas²¹⁶.

As missões para a promoção e atração de investimentos constam cada vez mais na pauta das vistas presidenciais e nas Missões Ministeriais, em especial naquelas realizadas para os países da América Latina e para a África²¹⁷.

Recentemente, como a mais nova ferramenta de apoio governamental às empresas brasileiras, do DPR, houve a criação do Projeto “Radar da Internacionalização”, que tem como objetivo:

“implementar um eficiente sistema de implementação de um sistema de inteligência sobre as multinacionais brasileiras, que inclui o monitoramento dos movimentos mais recentes, das intenções futuras e das necessidades de apoio das empresas que já atuam ou pretendem atuar no exterior por meio de investimentos diretos externos. Informações sobre o Radar da Internacionalização podem ser obtidas no link relacionado ao tema. O Projeto prevê a constituição de uma rede de cooperação entre o setor privado e órgãos do Governo interessados na internacionalização de empresas. Essa rede, que será coordenada pelo MRE, terá ampla agenda estratégica de atividades, que permitirá maior convergência entre os esforços de promoção comercial e de investimentos empreendidos pelo Governo e os interesses do setor privado”²¹⁸.

²¹⁴ De acordo com definição do MRE, “OS SECOMs são responsáveis pela captação e divulgação de informações sobre oportunidades comerciais e de investimento. Apóiam empresas brasileiras em busca de novos mercados e negócios, bem como a participação de empresários em feiras, em missões e em outros eventos. Produzem pesquisas de mercado e de outros produtos, além de análises de competitividade e concorrência.”

²¹⁵ BRASILGLOBALNET. Disponível em:

<<http://www.brasilglobalnet.gov.br/Internacionalizacao/frmPoliticasPublicas.aspx>>. Acesso 05 Mai 2011.

²¹⁶ Ibidem.

²¹⁷ BRASILGLOBALNET. Disponível em:

<<http://www.brasilglobalnet.gov.br/Internacionalizacao/frmPoliticasPublicas.aspx>>. Acesso 05 Mai 2011.

²¹⁸ Ibidem.

Segundo consta no sítio da BrasilGlobalNet, o site do “Radar da Internacionalização” deverá entrar no ar nos próximos meses.

- Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil) - A APEX vem sistematizando:

“projetos de internacionalização de empresas por setores específicos, orientando empresas desde a fase de inicial de decisão até a implementação do projeto, e fornecendo assessoria no planejamento estratégico pré-operacional, com a realização de estudos de mercado, prospecção de novas oportunidades e organização de missões e de eventos relacionados ao tema”²¹⁹.

- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) – desenvolve programas que “mobilizam e reúnem entidades de fomento, representativas, acadêmicas, privadas e governamentais, contribuindo para a definição de estratégias que elevem o patamar de competitividade da indústria por meio da inovação, com foco na disseminação transversal de novas tecnologias e na inserção internacional das empresas brasileiras”²²⁰.

3.2.4 OUTROS INCENTIVOS

Com o objetivo de estabelecer um foro de discussão entre as agências do Governo que tratam do tema de internacionalização, foi criado, em 2009, o Grupo de Trabalho Interministerial Sobre Internacionalização de Empresas, coordenado pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), onde fazem parte órgãos como Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), MRE/DPR, ABDI, BNDES, BB, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério da Fazenda (MF), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre outros²²¹.

O governo federal também possui outros programas, como os de incentivo a inovação tecnológica como forma de garantir a competitividade a longo prazo das empresas, onde constam a Política do Desenvolvimento Produtivo (PDP) e o

²¹⁹ Ibidem.

²²⁰ AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/Paginas/sobre_abdi.aspx>. Acessado em: 05 Mai 2010.

²²¹ Ibidem.

Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação – MCT (PACT I), que em linhas gerais priorizam como objetivos a expansão e a consolidação do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I); a promoção da inovação tecnológica nas empresas; o incentivo à pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) em áreas estratégicas; e a promoção da ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) para o desenvolvimento social. E ainda, se pensando em nível de qualidade de mão de obra pro futuro, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi criado com o objetivo de aumentar a qualidade da educação básica, propiciando uma base profissional mais sólida através da boa formação²²².

Assim sendo, com base no conteúdo exposto no decorrer deste trabalho, apresentar-se-á os principais desafios a serem superados pelas multinacionais brasileiras para que se consiga um melhor desempenho dos fluxos de IBD no mundo, bem como será feita uma análise sobre as futuras perspectivas a cerca do tema internacionalização de empresas, no Brasil.

3.3 PRINCIPAIS DESAFIOS E FUTURAS PERSPECTIVAS PARA AS EMPRESAS BRASILEIRAS

As empresas brasileiras estão buscando como nunca sua internacionalização. E o Estado tem papel indispensável para esta conquista, pois é ele quem irá promover através de políticas públicas de estímulo e auxílio à competitividade nacional e internacional as bases para que ocorra este fenômeno²²³.

Vistas como entrantes tardias no processo de globalização, e com um movimento de internacionalização relativamente novo, as empresas brasileiras encontram diversos obstáculos para adentrarem os mercados externos e conseguirem se

²²² ALÉM, Ana Cláudia, Fábio Giambiagi. O BNDES em um Brasil em transição. ALÉM, Ana Cláudia, MADEIRA, Rodrigo. Cap 2: Internacionalização e competitividade: a importância da criação de empresas multinacionais brasileiras. Rio de Janeiro: BNDES, 2010, p. 51. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_brasil_em_transicao/brasil_em_transicao_completo.pdf>. Acessado em: 15 Mai 2011.

²²³ PELLEGRINELLI, Júlia Fernandes. Internacionalização de Empresas Brasileiras. Estudo de Caso: Churrascaria Fogo de Chão. Belo Horizonte: UNI-BH, 2010, p. 15. Disponível em: <http://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/jc3balia-pellegrinelli-internacionalizac3a7c3a3o-de-empresas-brasileiras_estudo-de-caso_-churrascaria-fogo-de-chc3a3o.pdf>. Acessado em: 15 Mai 2011.

fixar, fazendo com que o processo de internacionalização acabe sendo um enorme desafio.

Segundo o MRE, entre os principais problemas encontrados pelas empresas brasileiras quanto a internacionalização estão: o elevado custo de capital para financiar as operações internacionais; os limitados mecanismos de incentivo e programas de apoio do governo que possam minimizar os custos da operação no exterior, como prospecção de mercado, apoio jurídico, marketing, reconhecimento de marcas e normas técnicas; a escassez de acordos bilaterais de proteção e promoção de investimentos; reduzidas opções de financiamento. E ainda, se tratando de problemas externos, as dificuldades de caráter burocrático e de natureza jurídica no país receptor e a falta de conhecimento do mercado de destino, além dos riscos políticos, são fatores que desestimulam a entrada de empresas brasileiras em novos mercados²²⁴.

O baixo volume de IBD está, tradicionalmente, relacionado a três características das empresas brasileiras: o ambiente macroeconômico do país de origem que impõem restrições ao crescimento e internacionalização de empresas; a concentração das exportações do país em *commodities*, que não demandam internacionalização da produção (que não àquela em busca de recursos naturais em outros territórios) e a baixa participação das exportações nas vendas das empresas brasileiras (empresas cuja grande parte da renda seja proveniente de exportações tendem a internacionalizar com mais frequência que aquelas mais focadas para o mercado interno)²²⁵.

As elevadas cargas tributárias, as políticas cambiais brasileiras e as poucas linhas de financiamento são grandes barreiras ainda a serem superadas para internacionalização das empresas domésticas.

No que se refere à cargas tributárias, a falta de ADT's acabam intimidando a ação de empresas brasileiras. Faltam acordos voltados para a América Latina, pois a maioria dos ADT's do Brasil são com países europeus²²⁶.

²²⁴ BRASILGLOBALNET. Disponível em:

<<http://www.brasilglobalnet.gov.br/Internacionalizacao/frnRadarInternacionalizacao.aspx>>. Acessado em 06 Mai 2011.

²²⁵ Ministério das Relações Exteriores. *Estudo Investimentos Brasileiros Diretos na República Popular da China*. CARBONELL, Livia. Brasília: 2001, p. 20.

²²⁶ VALOR ECONÔMICO. *Valor Especial: Multinacionais Brasileiras*. Ano 3. Vol. 3. Set 2010. p. 14.

Outro fator de peso constantemente citado pelas empresas brasileiras é em relação a falta de financiamento. As multinacionais brasileiras muitas vezes realizam IED com recursos próprios, o que limita sua capacidade de expansão. Segundo Alem e Cavalcanti (2005)²²⁷, é enorme o número de empresas brasileiras que se internacionalizaram a partir de iniciativas próprias, sem o apoio específico do governo à criação de multinacionais brasileiras.

Pesquisa realizada pela Sobeet/Valor²²⁸ verificou que apenas 9,5% das empresas indicaram, em 2010, o BNDES como fonte financiadora de sua internacionalização.

A falta de apoio do governo e carência de mão-de-obra qualificada também são problemas comuns enfrentados pelas empresas brasileiras que tentam expandir seus negócios, seja no nível técnico ou gerencial. Essa deficiência na formação de pessoal dificulta tanto a produção de maior valor agregado quanto o desenvolvimento das qualidades gerenciais necessárias para a internacionalização²²⁹.

Outro ponto importante, dentre as dificuldades a serem superadas para que haja uma atuação estruturada e duradoura das empresas brasileiras nos mercados externos, está vinculada a maneira com a qual estas empresas conseguirão chegar ao mercado externo de uma forma competitiva, disputando com paridade com os outros players internacionais.

Entendendo competitividade como “a capacidade da empresa de formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam expandir ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado”²³⁰.

Existem três fatores que irão determinar o desempenho competitivo da empresa²³¹:

²²⁷ PELLEGRINELLI, Júlia Fernandes. Internacionalização de Empresas Brasileiras. Estudo de Caso: Churrascaria Fogo de Chão. Belo Horizonte: UNI-BH, 2010, p. 16. Disponível em: <http://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/jc3balia-pellegrinelli-internacionalizac3a7c3a3o-de-empresas-brasileiras_estudo-de-caso_-churrascaria-fogo-de-chc3a3o.pdf>. Acessado em: 15 Mai 2011.

²²⁸ PELLEGRINELLI, Júlia Fernandes. Internacionalização de Empresas Brasileiras. Estudo de Caso: Churrascaria Fogo de Chão. Belo Horizonte: UNI-BH, 2010, p. 11. Disponível em: <http://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/jc3balia-pellegrinelli-internacionalizac3a7c3a3o-de-empresas-brasileiras_estudo-de-caso_-churrascaria-fogo-de-chc3a3o.pdf>. Acessado em: 15 Mai 2011.

²²⁹ Ministério das Relações Exteriores. Estudo *Investimentos Brasileiros Diretos na República Popular da China*. CARBONELL, Livia. Brasília: 2001, p. 21.

²³⁰ FERRAZ, HAGUENAUER, KUPFER, 1997 *apud* [nome desconhecido]. Internacionalização de Empresas: Estudo de Caso de uma empresa exportadora de Software. p.1. Disponível em: <http://www.economia.aedb.br/seget/artigos08/413_Internacionalizacao_de_Empresas_-_Estudo_de_Caso_de_uma_empresa_exportadora_de_Software.pdf> p.4. Acesso 06 Mai 2011.

▪ Os Fatores denominados sistêmicos, que são aqueles externos ao ambiente da empresa - representados por: fatores macroeconômicos (taxa de câmbio, oferta de crédito e taxas de juros); fatores políticos e institucionais (políticas tributárias e tarifárias, regras estatais de compras e esquemas de suporte ao risco tecnológico); fatores regulatórios (políticas de proteção à propriedade industrial, de preservação ambiental, de defesa da concorrência e de proteção ao consumidor); fatores de infraestrutura (disponibilidade, qualidade e custo da energia, transporte, telecomunicações e serviços tecnológicos); fatores sociais (qualificação da mão de obra e legislação trabalhista e de seguridade social); os fatores relacionados à dimensão regional (distribuição espacial da produção); e os fatores internacionais (tendências em termos de comércio internacional, investimentos, relações com organismos internacionais, acordos internacionais e políticas de comércio exterior)- podem afetar de forma direta a configuração dos fatores estruturais e a capacidade competitiva da empresa²³².

Recentemente popularizou-se o termo “custo-Brasil” para se referir a um conjunto de fatores que prejudicam as empresas domésticas como a carga tributária, a baixa qualificação de mão-de-obra, condições limitantes de transporte, instabilidade política e alto custo de transporte²³³.

O Brasil é um dos países com uma das maiores taxas tributárias do mundo superando países com Japão, Estados Unidos, Suíça e o Canadá, de acordo com estudo²³⁴ realizado pela Receita Federal no ano de 2010. Assim não é preciso de muito esforço para se chegar à conclusão de que a maioria dos fatores citados não favorecem a competitividade das empresas brasileiras.

▪ Os fatores estruturais estão relacionados ao setor que a empresa opera e englobam: as características gerais dos mercados consumidores (distribuição geográfica, faixas de renda, grau de sofisticação, acesso ao mercado externo e custos de comercialização); a configuração geral da indústria na qual a empresa atua (grau de

²³¹ COUTINHO E FERRAZ, 2002 *apud* WOOD, Thomaz Jr. CALDAS, Miguel P. Empresas Brasileiras e o Desafio da Competitividade. São Paulo: FGV. Revista de Administração de Empresas. Vol. 47. Nº3. Jul./Set. 2007, p 70-71. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902007000300006&script=sci_arttext>. Acesso 15 Mai 2011.

²³² WOOD, Thomaz Jr. CALDAS, Miguel P. Empresas Brasileiras e o Desafio da Competitividade. São Paulo: FGV. Revista de Administração de Empresas. Vol. 47. Nº3. Jul./Set. 2007, p 70-71. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902007000300006&script=sci_arttext>. Acesso 15 Mai 2011.

²³³ Ibidem.

²³⁴ FOLHA.COM. *Carga tributária no Brasil é maior do que nos EUA; Dinamarca lidera*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/792959-carga-tributaria-no-brasil-e-maior-do-que-nos-eua-dinamarca-lidera.shtml>>. Acessado 06 Mai 2011.

concentração, escalas de operação, qualidade dos insumos empregados, relacionamento com fornecedores, clientes e concorrentes, grau de verticalização e diversificação setorial, e condições da evolução tecnológica); e o modelo de concorrência (o sistema fiscal-tributário, a regulamentação das práticas de importação e exportação, e a propriedade intelectual e dos meios de produção)²³⁵.

Os fatores estruturais são aqueles em que a capacidade de intervenção da empresa é limitada pela mediação do processo de concorrência, ficando assim apenas de forma parcial sob a área de influência da empresa²³⁶.

No Brasil é comum presenciar um elevado número de pequenas empresas, problemas com o baixo nível tecnológico e reduzida articulação na cadeia de valores, entre outros fatores, que prejudicam mais uma vez a competitividade das empresas domésticas²³⁷.

▪ E, por fim, os fatores internos à empresa ou também chamados de fatores empresariais que estão associados às condições que estão sob a esfera de decisão dos empresários e incluem as competências e recursos acumulados ao longo do tempo pela empresa, podendo se qualificar como algum tipo de vantagem competitiva ou comparativa em relação aos adversários. Estão associados aos fatores internos: o domínio de uma certa tecnologia; a propriedade ou controle de certa capacidade de produção; a competência mercadológica e operacional de seus recursos humanos; a capacidade de atender os requisitos de qualidade e os desejos dos clientes e a articulação bem sucedida de toda a cadeia de valores; e a competência em gestão, se tratando da capacidade dos gestores de gerar valor do produto através do uso eficiente e eficaz de todos os recursos a que a empresa se dispõe.

Os fatores empresariais também são pontos abalados nas empresas brasileiras, como consequência desde ao ambiente fechado da nossa economia durante

²³⁵ WOOD, Thomaz Jr. CALDAS, Miguel P. Empresas Brasileiras e o Desafio da Competitividade. São Paulo: FGV. Revista de Administração de Empresas. Vol. 47. Nº3. Jul./Set. 2007, p 70-71. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902007000300006&script=sci_arttext>. Acesso 15 Mai 2011.

²³⁶ FERRAZ, HAGUENAUER, KUPFER, 1997 *apud* [nome desconhecido]. Internacionalização de Empresas: Estudo de Caso de uma empresa exportadora de Software. p.1. Disponível em: <http://www.economia.aedb.br/seget/artigos08/413_Internacionalizacao_de_Empresas_-_Estudo_de_Caso_de_uma_empresa_exportadora_de_Software.pdf> p.4. Acesso 06 Mai 2011.

²³⁷ WOOD, Thomaz Jr. CALDAS, Miguel P. Empresas Brasileiras e o Desafio da Competitividade. São Paulo: FGV. Revista de Administração de Empresas. Vol. 47. Nº3. Jul./Set. 2007, p 70-71. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902007000300006&script=sci_arttext>. Acesso 15 Mai 2011.

tantos anos, levando à acomodação e baixa eficiência das empresas, até a implicações de fatores culturais²³⁸.

Muito ainda tem que ser superado pelo Brasil para que as empresas brasileiras consigam se destacar no cenário internacional. Conforme demonstra o ranking geral do Relatório de Competitividade Global 2010-2011, divulgado pelo “World Economic Forum”²³⁹, que avalia 110 indicadores – dentre eles, a abertura da economia, o papel do governo, o desenvolvimento do mercado financeiro, a qualidade da infra-estrutura, tecnologia, instituições políticas e judiciais, etc – os países BRICS no geral obtiveram destaque entre os 139 países analisados. Em primeiro lugar do ranking, como país mais competitivo, encontra-se a Suíça. O Brasil, nesta classificação, ocupa a 58ª colocação, caindo duas posições em relação a apuração de 2009-2010, fato este diretamente associada a crise econômica mundial vivenciada a pouco. Ainda dentre os critérios analisados pelo ranking, o Brasil é o 38º país em inovação em sofisticação das práticas operacionais e estratégias empresariais, o 62º em infra-estrutura, o 50º em financiamento de desenvolvimento de mercado, 54º em tecnologia, e, aos tópicos relacionados ao governo, o Brasil é o 93º país em instituições públicas, e 111º em ambiente macroeconômico, onde, esses dois últimos tópicos levam em consideração fatores como uso efetivo de gastos públicos, corrupção, tributação, eficiência do sistema tributário, formulação de políticas governamentais, inflação, débitos do governo, entre outros.

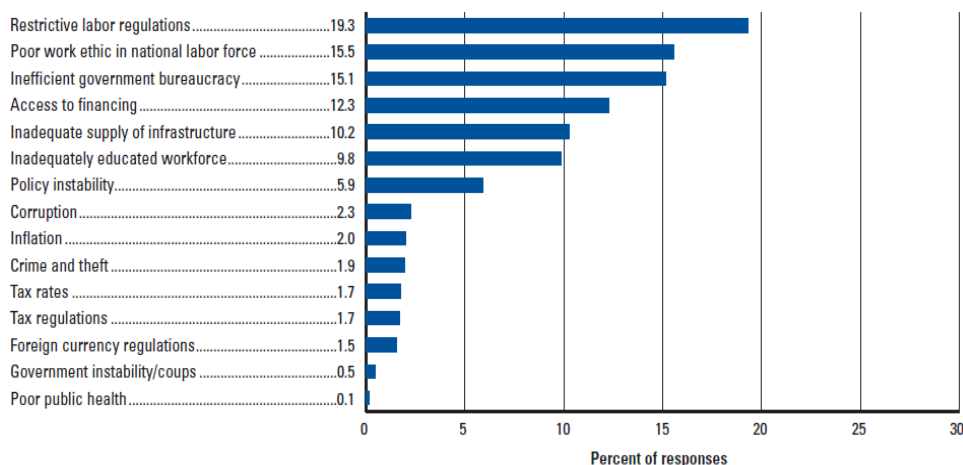
Os tópicos relacionados ao governo, em relação ao Brasil, foram os que tiveram piores colocações, conforme demonstra a figura, a seguir, elaborada pelo “World Economic Forum” dos principais fatores de empecilho ao desenvolvimento dos negócios no país, onde as leis de trabalho restritas, ineficiências de burocracias governamentais, instabilidade política, suporte inadequado de infraestrutura e acesso a financiamentos, taxas de impostos, corrupção, inflação são os fatores em maior evidência que impedem e atrapalham iniciativas empresariais no exterior.

²³⁸ Ibidem.

²³⁹ THE WORLD ECONOMIC FORUM. *The Global Competitiveness Report 2010-2011*. Disponível em: < http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalCompetitivenessReport_2010-11.pdf >. Acessado em: 06 Mai 2011.

FIGURA 3.1- PRINCIPAIS FATORES QUE IMPEDEM A EXECUÇÃO DOS NEGÓCIOS NO BRASIL 2010

The most problematic factors for doing business



Note: From a list of 15 factors, respondents were asked to select the five most problematic for doing business in their country and to rank them between 1 (most problematic) and 5. The bars in the figure show the responses weighted according to their rankings.

Fonte: WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Competitiveness Report 2010-2011*.

“Tomados em conjunto, tais índices situam o Brasil em um grupo intermediário de nações, a uma distância Considerável dos países desenvolvidos e também com uma lacuna importante em relação aos países em desenvolvimento mais bem-sucedidos. Uma análise geral também leva a deduzir que os problemas mais críticos envolvem os fatores sistêmicos e os fatores estruturais”²⁴⁰.

É preciso que o Brasil supere as diversas dificuldades relatadas no decorrer desta sessão, com ênfase nos fatores relativos ao governo, que pode se comportar como fonte estimulante ou de constrangimento à internacionalização.

Apesar, das estatísticas supracitadas, o governo brasileiro está se mostrando nos últimos anos, cada vez mais preocupado, comprometido e empenhado com o tema da internacionalização de empresas, atuando de forma diversificada, através da elaboração de estratégias e políticas públicas que contribuam para o aumento do deste índice de IBD.

O Brasil se vê em fase de ampliação dos seus IBD, em um ambiente internacional propício, onde as empresas, assim como os órgãos governamentais, devem

²⁴⁰ COUTINHO, 2004 *apud* WOOD, Thomaz Jr. CALDAS, Miguel P. *Empresas Brasileiras e o Desafio da Competitividade*. São Paulo: FGV. Revista de Administração de Empresas. Vol. 47. Nº3. Jul./Set. 2007, p 6. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902007000300006&script=sci_arttext>. Acesso 15 Mai 2011.

avaliar este cenário e elaborar estratégias que favoreçam a entrada das empresas brasileiras no mercado externo.

O crescente aumento do PIB chinês verificado nas últimas décadas e a tão falada ascensão da China como potência nos últimos tempos, com perspectivas de se tornar a maior economia mundial até os próximos quarenta anos, faz com que a experiência vivenciada pela China seja estudada para que se possa absorver alguns dos seus fatores condicionantes para perspectiva brasileira, apesar das duas economias possuírem modelos econômicos diferentes.

Segundo a Revista Valor²⁴¹, uma das principais mudanças no governo da presidenta Dilma Rousseff, será a de adoção de uma política econômica baseada no modelo chinês. Desde 2008, ainda no governo Lula, já foram feitas algumas alterações políticas inspiradas neste modelo. Um exemplo desta alteração, foi quando, em 2008, o governo decidiu capitalizar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que o transformou no maior banco de fomento do mundo e na maior fonte de investimentos da economia nacional. Um outro exemplo é a taxa de câmbio que, depois de anos sob um regime de livre flutuação, o governo impôs políticas para restringir a entrada de capital especulativo e conter a valorização do real.

Fazendo uma breve síntese do histórico do modelo de desenvolvimento chinês, pode-se observar as amplas reformas traçadas pelo país, com políticas de longo prazo, que podem ser divididas em três momentos: em primeira instância foram implementadas reformas estruturais na agricultura, através de investimentos no setor rural que resultaram no aumento da produção e da produtividade, o que gerou grandes volumes de excedentes de poupança rural, que foram utilizados para financiar o desenvolvimento industrial na região. A “política das portas abertas” que implantou as ZEEs para atrair capitais e *Know how* dos países estrangeiros também pode ser citada como importante reforma que remodelou a economia da China²⁴².

Em um segundo momento, podemos citar as reformas implementadas no setor industrial que: transferiu as empresas estatais de médio porte para o setor cooperativo; incentivou as pequenas e médias empresas; e fez com que o setor experimentasse vários

²⁴¹ VALOR ECONÔMICO. *Para Nomura, Dilma deve adotar o modelo chinês*. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/online/brasil/4526/340111/para-nomura-dilma-deve-adotar-modelo-chines-na-politica-economica>>. Acessado em: 06 Mai 2011.

²⁴² MACHADO, Guilherme Almeida.. *OS MODELOS ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL E DA CHINA NO PERÍODO 1979-1989*. Universidade Católica de Brasília, 2000. Disponível em: <<http://analgesi.co.cc/html/t249.html>>. Acessado em: 06 Mai 2011.

tipos de propriedades como o da empresa estatal-cooperativa, cooperativa, privada, estatal-estrangeira²⁴³.

E por último o movimento de desnacionalização de toda indústria e privatização das estatais, encerrando o ciclo de desenvolvimento, com louvor do mercado chinês.²⁴⁴

O governo da China é um grande provedor de incentivos e apoio para a realização de IED por suas empresas. Esta atuação ativa é identificada através de diversos meios.

Em 2000, com vistas a facilitar os procedimentos e aumentar os fluxos de IED chineses no exterior foi lançado o programa “*Going Global*”, que traz como seus objetivos principais “a reformulação do sistema de exame e aprovação de projetos, para assegurar o direito das empresas em fazer as suas próprias decisões de investimento, ampliar os canais de financiamento a projetos de internacionalização, simplificar e regulamentar os procedimentos para o exame e aprovação dos projetos de investimento, etc”²⁴⁵.

Dentro dos desdobramentos deste programa, o IPEA²⁴⁶ organizou um resumo constando as principais ações, onde temos:

- A Formação do Fundo Soberano – criado em 2007, tem agido de forma bastante agressiva na compra de vários ativos. O Fundo Soberano da China está entre os maiores do mundo, e é frequentemente para adquirir participações em empresas estrangeiras.
- Promoveu mudanças nos procedimentos administrativos com objetivo de simplificar os procedimentos de análise a aprovação de projetos através do Conselho de Estado e da criação de três agências para organizar soluções e estratégias que facilitem os procedimentos e a aprovação dos investimentos chineses no exterior.
- Vários projetos de incentivos fiscais e financeiros para IED, amplamente apoiados pelo governo, sustentados por linhas de crédito abaixo das praticadas no mercado, onde como projetos preferenciais constam: projetos para cobrir a falta de recursos domésticos; projetos industriais e de infra-estrutura que estimulem a exportação doméstica, a geração de empregos e de tecnologia; projetos de pesquisa e

²⁴³ MACHADO, Guilherme Almeida.. *OS MODELOS ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL E DA CHINA NO PERÍODO 1979-1989*. Universidade Católica de Brasília, 2000. Disponível em: <<http://anagesi.co.cc/html/t249.html>>. Acessado em: 06 Mai 2011.

²⁴⁴ Ibidem.

²⁴⁵ ACIOLY, Luciana. ALVES, Maria Abadia S. LEÃO, Rodrigo Pimentel F. A Internacionalização das Empresas Chinesas. IPEA. p. 11 Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/091111_notatecchina.pdf>.

²⁴⁶ Ibidem. p. 11-15.

desenvolvimento; projetos de fusões e aquisições para aumentar a competitividade e auxiliar no desenvolvimento das empresas no exterior. Além disto, o governo da China ainda disponibiliza fundos especiais de incentivo a internacionalização das empresas chinesas, provendo empréstimos favorecidos e subsídios diretos aos investidores.

- Criou o MOFCOM que disponibiliza informações que vão desde aquelas relacionadas ao ambiente de negócios no país até questões ligadas a cultura e política. E, visando o aumento da competitividade, criou o *Council Research and Development Centre* e a *China's Academy of Social Sciences*, além de outras instituições de estudo a questões de competitividade e à política industrial.

- Nota-se ainda outros esforços do governo chinês em relação aos IED, além de um contínuo empenho para estabelecer contratos bilaterais e para o fortalecimento diplomático com outros países.

Assim, ficam nítidos os efeitos multiplicadores e encadeadores do processo de internacionalização sobre a economia com o determinante consenso por parte do governo brasileiro de que é preciso internacionalizar suas empresas.

Copilando o modelo chinês, o Brasil ainda tem que realizar mudanças -em diversos aspectos da sua estrutura- de forma gradual e com visão de desenvolvimento a longo prazo.

Como atitudes imediatistas, levando em conta que o papel institucional é fundamental para a internacionalização, o governo brasileiro deveria aprofundar e expandir o seu leque de estratégias de apoio à internacionalização de empresas, que ainda se encontra em fase prematura com um sistema de políticas públicas que não atende a maioria das necessidades e dificuldades de nossas firmas.

As novas políticas públicas devem ser desenvolvidas considerando as reais dificuldades enfrentadas pelos seus empresários brasileiros atualmente.

E, talvez, como primeiros passos para uma nova forma de ação de apoio à internacionalização dos negócios, estas devam priorizar o aumento e difusão de linhas de crédito, fazendo com que de fato estas sustentem o financiamento à internacionalização de empresas, pois os existentes no Brasil ainda apresentam grande nível de desvantagens se comparados a de outros países.

Assim como a China, dever-se-ia criar agências que diminuíssem as inúmeras barreiras burocráticas no país. Bem como criar uma estrutura de governança adequada

(com uma melhor transparência e políticas públicas que atendam as necessidades econômicas do país; garantia de estabilidade política e monetária; investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico no país, etc.) que permitisse um grau mais sólido de competitividade internacional para as empresas brasileiras.

CONCLUSÃO

Embora o termo internacionalização de empresas não seja nenhuma novidade para os países desenvolvidos, foi só após o início da década de 1990, com a abertura comercial, criação de blocos econômicos e intensificação do processo de globalização mundial, que a economia brasileira ganhou um novo rumo, fazendo com que as empresas entrassem num processo crescente e contínuo de busca por novos mercados.

Esta entrada tardia de empresas no mercado internacional é uma característica das empresas de países emergentes, que cresceram em mercados protegidos da competição global e que agora tendem a ter um destaque cada vez maior, por estarem começando a investir em seu potencial, até então pouco utilizado.

As empresas brasileiras demoraram a se engajar no processo de internacionalização, em parte, pela vigência até os anos de 1980 da política de substituição de importações no país.

A globalização fez com que toda a dinâmica mundial fosse alterada, levando a necessidade de se internacionalizar não só para as empresas como às nações para que atinjam seu desenvolvimento. Como efeito deste fenômeno, as empresas que atrelam sua produção exclusivamente ao mercado doméstico, acabam por sofrer com a concorrência das empresas estrangeiras dentro do próprio país, e assim, se vêm obrigadas a engajarem no processo de internacionalização como forma de sobrevivência.

Assim, foi na década de 1990, em meio às diversas reformas estruturais introduzidas no Brasil, que trouxeram à abertura comercial, é que o país foi conduzido a uma nova inserção no mercado internacional, com suas empresas buscando alternativas em outros mercados, inicialmente como forma defensiva.

A falta de estratégia e a necessidade de se internacionalizar em um meio desconhecido, sem nenhuma experiência e/ou competitividade, e ainda com ausência de políticas públicas de apoio à internacionalização, foram fatores que prejudicaram a internacionalização das empresas brasileiras, fazendo com que poucas fossem as empresas que alcançassem o sucesso fora de suas fronteiras, conseguindo ser competitivas.

Foi só durante os anos de 2000 - com a valorização do real, com a melhora do mercado doméstico de capitais, altos preços das *commodities* e a liquidez nos mercados financeiros internacionais – é que tivemos uma participação mais significativa das empresas brasileiras no cenário internacional.

Entretanto, os fluxos de IED emitidos pelo Brasil ainda são incipientes se relacionados à capacidade econômica que o país dispõe. O Brasil já percebeu a importância desses fluxos para o seu desenvolvimento e medidas governamentais têm sido elaboradas visando promover e estimular o processo de internacionalização das empresas brasileiras.

Como foi verificado neste trabalho, nas experiências de internacionalização de empresas nos PDs, o apoio governamental direcionado à expansão do IED, constituiu uma importante ferramenta.

As políticas públicas são fundamentais para que haja a internacionalização de empresas no país, pois atuam como estimulantes de tal processo, podendo influenciar - de forma positiva ou negativa - no volume, na natureza e nas motivações de saída de IED de inúmeras formas. Assim, pode-se dizer que o padrão dos fluxos de IED, de alguma maneira, é o reflexo do contexto institucional e político do país, haja vista que é sobre estes que as estratégias de internacionalização de empresas do país se desenvolvem.

Entre as maiores dificuldades encontradas pelas empresas brasileiras para se internacionalizar, estão fatores como a carga tributária, a falta de financiamentos, e a falta de apoio do governo.

Os esforços governamentais brasileiros a cerca do tema internacionalização de empresas ainda se encontram em fase inicial e imatura, entretanto nota-se que vem se desenvolvendo, aos poucos, novos mecanismos que possibilitem superar as barreiras que atualmente impendem à expansão deste processo.

A China, através da sua política gradual e de longo prazo foi capaz de promover um bem sucedido processo de abertura comercial, e hoje atua como a segunda maior economia do mundo.

O Estado foi de essencial importância nesta trajetória de desenvolvimento e ascensão do país. Em especial, em relação ao aumento dos fluxos de saída de IED, o governo atuou como estimulante na instalação de suas empresas em outros mercados,

com fortes políticas de apoio à internacionalização que conseguiam atender a demanda das empresas a respeito de suas dificuldades, desde a informação até financiamentos e instrumentos de minimização de riscos (onde, cabe ressaltar o programa “*Going Global*” implantado pelo governo da China e que oferece inúmeros incentivos para a realização de IED por suas empresas).

Assim, a China conseguiu superar suas barreiras físicas e psíquicas, e hoje suas empresas atuam de forma competitiva no mercado internacional, estando espalhadas por todo o globo.

O governo brasileiro deveria apresentar estímulos mais favoráveis à internacionalização de suas empresas, através de políticas governamentais que atendessem a dificuldade real de nossas firmas.

A ação do governo é fundamental para a mudança deste cenário. E dever-se-ia elaborar um plano de ação mais estratégico e rigoroso no Brasil. A administração das políticas no país é um fator a ser repensado. O sistema público brasileiro, em geral, ainda é burocrático, corrupto e desorganizado, sem clareza nas suas ações, onde em muitas das vezes, se destina enormes quantias de dinheiro público a medidas impensadas de improviso, que em sua maioria, acabam se perpetuando por décadas, sem trazer desenvolvimento algum ao país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, C.A.; GOULART, L.; BRASIL, H.V. **Estratégias de Internacionalização: Competitividade e Incrementalismo**. In: Fundação Dom Cabral. Internacionalização de Empresas Brasileiras. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

AMATUCCI, Marcos. **Teorias de Negócios Internacionais e a Economia Brasileira – de 1850 a 2007**. AMATUCCI, Marcos (Org.). Internacionalização de empresas: teorias, problemas e casos. São Paulo: Atlas, 2009, cap. 1.

BAUMANN, Renato, et al. **Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRITTA, Gustavo. **Abertura Comercial e coeficientes de conteúdo importado na indústria**. In: LAPLANE, Mariano. COUTINHO, Luciano. HIRATUKA, Célio. (Org.). Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil. São Paulo: Unesp, 2003, cap. 2.

CARBONELL, Livia Machado. **Fluxos mundiais de investimento estrangeiro direto e a participação do Brasil como receptor desses investimentos**. Centro Universitário de Brasília, 2008.

CARBOUGHT, Roberto J. **Economia Internacional**. São Paulo: Thomson, 2004.

DOMINICK, Salvatore. **Economia Internacional**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 6ª Ed., 1998.

FUNDAÇÃO Alexandre de Gusmão. **O Brasil no mundo que vem aí. Seminário: China. Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI** : (Rio de Janeiro: 2008) : Brasília:, 2008.

FUNDAÇÃO Alexandre Gusmão.. **Ascensão da China como Potência: Fundamentos Políticos Internos**. LYRIO, Maurício Carvalho. Brasília: 2010.

FUNDAÇÃO Dom Cabral. **Pesquisa Sobre a Internacionalização da Empresa Brasileira**. 2002.

GALINA, Simone V.R. **Desenvolvimento Global de Produtos: O Papel das Subsidiárias Brasileiras de Fornecedores de Equipamentos do Setor de Telecomunicações**. Universidade de São Paulo, Escola Politécnica. São Paulo: 2003.

GONÇALVES, Reinaldo, et al. **A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

HOLLAND, Neila A. **A Internacionalização dos Negócios**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

HELD, David & MCGREW, Antony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

IGLESIAS E VEIGA, 2002 apud TAVARES, Márcia. **Investimento brasileiro no exterior: panorama e considerações sobre políticas públicas**. CEPAL SERIE Desarrollo productivo. Santiago, Chile: Nações Unidas, nov. 2006, n. 172.

KUAZAQUI, Edmir. **Estratégias de Entrada e Operação em Mercados Internacionais: China**. In: Amatucci, Marcos (Org.). Internacionalização de empresas: teorias, problemas e casos. São Paulo: Atlas, 2009, cap. 6.

MINISTÉRIO das Relações Exteriores. **Estudo Investimentos Brasileiros Diretos na República Popular da China**. CARBONELL, Livia. Brasília: 2001.

MINISTÉRIO das Relações Exteriores. **Exportação Passo a Passo**. Brasília: 2007.

OLIVEIRA JUNIOR, M. M. **Multinacionais Brasileiras: Internacionalização, inovação e estratégia global**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

PALLOIX, Christian. **As Firms Multinacionais e o Processo de Internacionalização**. Lisboa: Estampa, 1974.

PAULINO, Luíz Antônio. **O Plano Real e os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002)**. In: PIRES, Gustavo Cordeiro. (Org.). Economia Brasileira da Colônia ao Governo Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

PERIN, Fernanda. **PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS: Um estudo sobre o Investimento Direto Externo, 2001-2008**. Universidade Federal de Florianópolis, 2010.

SILBER, S. D. **A globalização dos mercados**. In: VASCONCELOS, M. A. S.; LIMA, M.; SILBER, S. (Orgs.). Gestão de Negócios Internacionais. São Paulo: Editora Saraiva, 2006, v. 1.

ZANATTA, Mariana Nunciaroni. **Políticas Brasileiras de Incentivo à Inovação e Atração de Investimento Direto Estrangeiro em Pesquisa & Desenvolvimento**. Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SITES:

ACIOLY, Luciana. PINTO, Eduardo Costa. CINTRA, Marcos Antonio. AS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL – CHINA: A ASCENSÃO DA CHINA NO SISTEMA MUNDIAL E OS DESAFIOS PARA O BRASIL. IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110408_estudochinaipeamre.pdf>. Acesso 09 Mai 2011.

ACIOLY, Luciana. ALVES, Maria Abadia S. LEÃO, Rodrigo Pimentel F. A Internacionalização das Empresas Chinesas. IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/091111_notatecchina.pdf>. Acessado 14 Mai 2011.

AZEVEDO, Débora Bithiah. Os Acordos para a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos Assinados pelo Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001, p.5. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2542/acordos_promocao_azevedo.pdf?sequence=1>. Acessado em: 05 Mai 2011.

ALÉM, Ana Cláudia, MADEIRA, Rodrigo. *Internacionalização e competitividade: a importância da criação de empresas multinacionais brasileiras*. Além, Ana Cláudia. Giambiagi, Fábio. O BNDES em um Brasil em transição. Rio de Janeiro: BNDES, 2010, cap 2, p. 49. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_brasil_em_transicao/brasil_em_transicao_completo.pdf>. Acessado em: 15 Mai 2011.

ALÉM, Ana Cláudia, Fábio Giambiagi. O BNDES em um Brasil em transição. ALÉM, Ana Cláudia, MADEIRA, Rodrigo. Cap 2: Internacionalização e competitividade: a importância da criação de empresas multinacionais brasileiras. Rio de Janeiro: BNDES, 2010, p. 49.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/Paginas/sobre_abdi.aspx>. Acessado em: 05 Mai 2010.

A GAZETA. *Vila Velha quer gigante Chinesa dos eletrônicos instalada no município*. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/04/a_gazeta/minuto_a_minuto/830218-vila-velha-quer-gigante-chinesa-dos-eletroeletronicos-instalada-no-municipio.html>. Acesso 14 Abr 2011.

ARQUIVOCHINA.COM. Disponível em: <<http://arquivochina.wordpress.com/2006/08/16/top-100-multinacionais-do-seculo-21-41-chinas-e-12-brasileiras/>>. Acessado em: 14 Mai 2011.

AVERBUG, André. *Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90*. Revista do BNDES, n. 11. Rio de Janeiro: BNDES. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_02.pdf>. Acessado em: 25 Abr 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em:
<<http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/ingressos/htms/index3.asp?idpai=INVEDIR>>.
Acesso 15 Mai 2011.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINEM/index.html>. Acessado 05 Mai 2011.

BEZERRA, Christiane Luci. *Considerações Sobre a Evolução da Indústria Brasileira no Ambiente de Abertura Comercial da Década de 90*. Revista Teoria e Evidência Econômica. Passo Fundo: v.13, n. 24, maio de 2005, p. 40-41. Disponível em:
<http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n24_2005_art3.pdf>. Acessado em: 25 Abr 2011.

BRASILGLOBALNET. Disponível em:
<<http://www.brasilglobalnet.gov.br/Internacionalizacao/frmApresentacao.aspx>>
Acesso: 06 Abr 2011.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook: China*. Disponível em:
<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>>. Acessado em: 13 Mai 2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:
<<http://www.camara.gov.br/internet/jornal/jc20100625.pdf>>. Acesso 14 Abr 2011.

CÂMARA BRASIL-CHINA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Disponível em: < http://www.cbcde.org.br/home/noticias_detalhe.asp?paCodNoticia=3543>.
Acesso 14 Abr 2011.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. Disponível em:
<<http://www.cebc.org.br/sites/500/521/00001335.pdf>>. Acesso 15 Mai 2011.

CRESCIMENTO ECONÔMICO DE LONGO PRAZO NA CHINA: UMA INVESTIGAÇÃO ECONOMETRICA. Disponível em:
<<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A067.pdf>> Acesso em: 13 Mai 2011.

ESTADÃO. *Dona da Kasinski investe em nova fábrica e atrai fornecedores da China*. Disponível em:
<http://economia.estadao.com.br/noticias/Neg%C3%B3cios+Ind%C3%BAstria,dona-da-kasinski-investe-em-nova-fabrica-e-atrai-fornecedores-da-china,not_52773.htm>.
Acesso 14 Abr 2011.

ESTADÃO. *Empresa Chinesa fará investimento recorde no Brasil*. Disponível em:
<<http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/empresa-chinesa-fara-investimento-recorde-no-brasil>>. Acesso 14 Abr 2011.

ESTADÃO. *No Brasil, investimento chega a US\$ 20 bilhões*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100830/not_imp602255,0.php>. Acesso 13 Abr 2011.

ESTADÃO. *Montadora chinesa terá fábrica de US\$ 700 milhões em Jacaré*. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios+industria,montadora-chinesa-tera-fabrica-de-us-700-milhoes-em-jacarei,not_30280,0.htm>. Acesso 14 Abr 2011.

ESTADÃO. Disponível em: < <http://blogs.estadao.com.br/jt-seu-bolso/tag/haima/>>. Acesso 15 Abr 2011.

ESTADÃO. *Investimentos chineses cresceram 36,6% em 2010*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110119/not_imp668043,0.php>. Acessado em: 15 Mai 2011.

ESTADÃO. *Chinesa Huawei investirá US\$ 350 milhões em Campinas*. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/not_62325.htm>. Acessado em: 13 Abr 2011.

ESTADÃO. *Estudo prevê o Brasil como o 4º PIB mundial em 2050*. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+brasil,estudo-preve-o-brasil-como-o-4eordm-pib-mundial-em-2050,not_50225,0.htm> . Acessado em: 12 Maio 2011.

EXAME. Disponível Em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/eike-vende-21-5-mmx-chineses-us-400-mi-515789>> Acesso 13 Abr 2011.

EXAME. *Eles já estão entre nós*. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0970/noticias/eles-ja-estao-567881>>. Acessado em: 3 Abr 2011.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Disponível em: <<http://www.eiu.com>>. Acessado em: 15 Mai 2011.

Disponível em: <<http://www.tiberiogeio.com.br/index.php?id=82>>. Acessado em: 17 Abr 2011.

FOLHA.COM. *Fusão entre JBS-Friboi e Bertin preocupa produtores e rivais menores*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u625195.shtml>>. Acesso em 26 Abr 2011.

FOLHA.COM. *Carga tributária no Brasil é maior do que nos EUA; Dinamarca lidera*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/792959-carga-tributaria-no-brasil-e-maior-do-que-nos-eua-dinamarca-lidera.shtml>>. Acessado 06 Mai 2011.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. *Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010. Repensando as estratégias globais*. 2010 p. 10.

Disponível em: <http://www.fdc.org.br/pt/Documents/ranking_transnacionais_2010.pdf>. Acessado em: 26 Abr 2011

GAZETA DO POVO. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=876683&tit=Crise-ameaca-os-paraisos-fiscais>>. Acesso 16 Mai 2011.

GERDAU S.A. Disponível em: <<http://www.gerdau.com.br/sobre-gerdau/perfil-do-grupo-gerdau-em-numeros.aspx>>. Acessado em: 26 Abr 2011.

HUAWEI. Disponível em: <<http://www.huawei.com/pt/catalog.do?id=302>>. Acessado em: 13 Abr 2011.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *Foreign Direct Investment in Emerging Market Countries — Report of the Working Group of the Capital Markets Consultative Group (CMCG)*. Set, 2003. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/cm/cg/2003/eng/091803.HTM>> Acesso 18 Mai 2011.

INDEXINVEST BRASIL 2010. Disponível em: <http://www.cindesbrasil.org/site2010/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=22&Itemid=34>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=0&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb>> Acessado em: 26 Abr 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Comunicados do IPEA nº 84. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110405_comunicadoipea84.pdf>. Acessado em: 15 Mai 2001.

INSTITUTO DO PVC. TREVISAN, Cláudia. Disponível em: <http://www.institutodopvc.org/publico/?a=conteudo_link&co_id=102>. Acessado em: 15 Mai 2011.

Internacionalização de Empresas: Estudo de Caso de uma empresa exportadora de Software. p.1. Disponível em: <http://www.economia.aedb.br/seget/artigos08/413_Internacionalizacao_de_Empresas_-_Estudo_de_Caso_de_uma_empresa_exportadora_de_Software.pdf> p.4. Acesso 06 Mai 2011.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro10_perspectivasdo desenvolvimento.pdf>. Acessado em: 06 Jul 2011.

JBS-FRIBOI. Disponível em: <<http://www.jbs.com.br/QuemSomos.aspx>>. Acesso 26 Mai 2011.

MACHADO, Guilherme Almeida.. *OS MODELOS ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL E DA CHINA NO PERÍODO 1979-1989*. Universidade Católica de Brasília, 2000. Disponível em: <<http://analgesi.co.cc/html/t249.html>>. Acessado em: 06 Mai 2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-estado-de-sao-paulo/2010/08/10/pais-amplia-estoque-de-investimento-no-exterior>> Acessado em: 15 Mai 2011.

MORAES, Antônio Luiz Machado. *A Liberalização Econômica da China e sua importância para as Exportações do Agronegócio Brasileiro*. Brasília: EMBRAPA, 2004, p. 15. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/folderTextoDiscussao/arquivos-pdf/Miolo_22.pdf>. Acessado em: 04 Mai 2011.

THE WORLD ECONOMIC FORUM. *The Global Competitiveness Report 2010-2011*. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalCompetitivenessReport_2010-11.pdf>. Acessado em: 06 Mai 2011.

VALOR ECONÔMICO. *Para Nomura, Dilma deve adotar o modelo chinês*. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/online/brasil/4526/340111/para-nomura-dilma-deve-adotar-modelo-chines-na-politica-economica>>. Acessado em: 06 Mai 2011.

WOOD, Thomaz Jr. CALDAS, Miguel P. Empresas Brasileiras e o Desafio da Competitividade. São Paulo: FGV. Revista de Administração de Empresas. Vol. 47. Nº3. Jul./Set. 2007, p. 70-71. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902007000300006&script=sci_arttext>. Acesso 15 Mai 2011.

MACHADO, Guilherme Almeida.. *OS MODELOS ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL E DA CHINA NO PERÍODO 1979-1989*. Universidade Católica de Brasília, 2000. Disponível em: <<http://analgesi.co.cc/html/t249.html>>. Acessado em: 06 Mai 2011.

O GLOBO. *China cresce 10,7% e pode tirar da Alemanha posto de 3ª maior economia do mundo*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/01/25/287553181.asp>>. Acessado em: 13 Mai 2011.

O GLOBO. *Estatual chinesa Sinochem compra fatia de 40% em campo de petróleo no Brasil*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/05/21/estatal-chinesa-sinochem-compra-fatia-de-40-em-campo-de-petroleo-no-brasil-por-us-3-bi-916645291.asp>>. Acessado em: 13 Abr 2011.

O GLOBO. *Sinopec compra 40% da Repsol Brasil por US 7,1 bi*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/10/01/sinopec-compra-40-da-repsol-brasil-por-us7-1-bi-922674745.asp>>. Acesso 14 Abr 2011.

VIEIRA, Flávio Vilela. VERISSIMO, Michele Polline. *Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul*. Economia e Sociedade. Campinas: 2009, v.18, p. 513-546. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182009000300004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acessado em: 17 Abr 2011.

PORTAL G1. *JBS-FRIBOI compra americana SWIFT por US\$ 1,4 bilhão*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1551527-5602,00.html>>. Acessado em: 26 Abr 2011.

PIMENTEL, João Eduardo. *Empresas Multinacionais Brasileiras e Chinesas: Uma Perspectiva Teórica sobre as Possibilidades de Estreitamento das Relações*. Universidade de São Paulo: 2009, p. 4.

Disponível em
<<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/122.pdf>>.

Acessado em: 02 Mai 2011

VILLARES, Paulo. OLIVEIRAS, Amaury. *ÍNDIA E CHINA COMO NOVOS DESAFIOS À GOVERNANÇA GLOBAL E AO MULTILATERALISMO*. São Paulo: OBREAL/EULARO, 2006, p 12.

PINTO, Eduardo. et al. *As Relações Bilaterais Brasil – China: A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil*. IPEA, p. 11. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110408_estudochinaipeamre.pdf> Acessado em: 03 Mai 2011

PINTO, Eduardo, et al. *As Relações Bilaterais Brasil – China: A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil*. IPEA, 2011, p. 10. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110408_estudochinaipeamre.pdf> Acessado em: 03 Mai 2011.

MARTI, 2007; CUNHA & ACIOLY, 2009, *apud* PINTO, Eduardo, et al. *As Relações Bilaterais Brasil – China: A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil*. IPEA, 2011, p. 9. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110408_estudochinaipeamre.pdf> Acessado em: 03 Mai 2011

PORTO, Lana. et al. *Análise do Modelo de Uppsala com Foco nas Competências Requeridas para sua Operacionalização*. Revista Eletrônica Gestão e Sociedade, 2008, v. 2, n° 3. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/gestoesociedade/article/viewFile/558/541>>. p. 5. Acessado em: 09 Set 2010.

MACADAR, B. M. B. *A internacionalização de grandes empresas brasileiras e as experiências do Grupo Gerdau e da Marcopolo*. 4º Encontro de Economia Gaúcha. Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2008, p. 3-4. Disponível

em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/tds/036.pdf>>. Acessado em: 09 Nov 2010.

MÓDOLO, Débora B. *Internacionalização das Empresas Brasileiras, Chinesas e Indianas*. Universidade de Campinas, [data desconhecida], p. 10. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/5_congresso/2209_1cc4406cc97da2b12fe1ee6999a3e3ef.pdf>. Acessado em: 20 Abr 2011.

O Brasil e os demais BRICs – Comércio e Política. Brasília: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010, p. 134. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/2077LivroBRICsPRAImCap.pdf>>. Acessado em: 17 Abr 2011.

SILVA, D.P.R..O Governo Brasileiro e a Internacionalização de Empresas. Pontifícia Universidade Católica de Minas, 2010. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagetdb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20100920143702.pdf?PHPSESSID=7aa50454c994859bfd4af1087ce4af82>. Acessado em 05 Mai 2011.

PELLEGRINELLI, Júlia Fernandes. *Internacionalização de Empresas Brasileiras. Estudo de Caso: Churrascaria Fogo de Chão*. Belo Horizonte: UNI-BH, 2010, p. 16. Disponível em: <http://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/jc3balia-pellegrinelli-internacionalizac3a7c3a3o-de-empresas-brasileiras_estudo-de-caso_-churrascaria-fogo-de-chc3a3o.pdf>. Acessado em: 15 Mai 2011.

SERRA, Eduardo Gonçalves. *Considerações Sobre o Impacto da Entrada da China na OMC*. Disponível em: <<http://www.charlespennaforte.pro.br/China%20na%20OMC%20-%20Impactos.pdf>>. Acessado em: 03 Mai 2011.

TEIXEIRA, ELENALDO CELSO. *O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade*. AATR-BA, p. 2. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf> Acessado em: 15 Mai 2011.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *UNCTADStat*. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org>> Acessado em: 12 Mai 2011.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *World Investment Report 2009: Transnational Corporations, Agricultural Production and Development*. Genebra: United Nations. p. 228-230. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/wir2009_en.pdf>. Acessado em: 06 Abr 2011.

WORLD BANK. Disponível em: <<http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/0,,menuPK:476823~pagePK:64165236~piPK:64165141~theSitePK:469372,00.html>>. INTERNATIONAL MONETARY FUND. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/data.htm>>. Acessado em: 17 Abr 2011.

WOSIAK, Carolina R. NIQUE, Walter. 4º Congresso do Instituto Franco-Brasileiro de Administração de Empresas – IFBAE. Porto Alegre: EA/UFRGS, 2007, p. 3. Disponível em: <<http://www.ifbae.com.br/congresso4/pdf/B151.pdf>>. Acessado em: 20 Abr 2011.

VALOR ECONÔMICO. *Valor Especial: Multinacionais Brasileiras*. Ano 3. Vol. 3. Set 2010. p. 14

VALE DO RIO DOCE. Disponível em: <<http://www.vale.com/pt-br/Paginas/default.aspx>> Acessado em: 26 Abr 2011.

VALOR ONLINE. *Gerdau Ameristeel Acerta compra da Chaparral Steel por US\$ 4,22 bilhões em dinheiro*. Disponível em: <http://valoronline.com.br/online/empresas/44/239965/gerdau-ameristeel-acerta-comprada-chaparral-steel-por-us-422-bilhoes-em-d?page=2&quicktabs_3=0>. Acessado em: 26 Abr 2011.